

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SISBI/UFU



1000214810

**AS TRAJETÓRIAS DE SERRA DO MEL E DO  
PROJETO BAIXO-AÇU/RN: experiências de  
desenvolvimento com agricultura familiar**

**EMANOEL MÁRCIO NUNES**

UBERLÂNDIA, MARÇO DE 2003.

EMANOEL MÁRCIO NUNES

MON  
332.43(213.0),  
113921  
TEC/MEM

**AS TRAJETÓRIAS DE SERRA DO MEL E DO  
PROJETO BAIXO-AÇU/RN: experiências de  
desenvolvimento com agricultura familiar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – IE/UFU, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

**Orientador:** Prof. Dr. Antônio César Ortega

Área de concentração: Agricultura e  
Desenvolvimento Sustentável

UBERLÂNDIA – MG  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2003

Dissertação defendida e aprovada em 11 de abril de 2003, pela banca examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio César Ortega  
Orientador

Doutor pela Universidade de Córdoba (Espanha)  
Professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade  
Federal de Uberlândia – IE/UFU

---

Prof. Dr. Guilherme Costa Delgado

Doutor pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (São Paulo)  
Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasília)

---

Prof. PhD. Shigeo Shiki

PhD. / University College London –UK (Inglaterra)  
Professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade  
Federal de Uberlândia – IE/UFU

---

Prof. Dr. Antônio César Ortega

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia – IE/UFU

## AGRADECIMENTOS

Estes dois anos em Uberlândia-MG representaram um dos espaços mais valiosos da minha vida, dignos de lembranças maravilhosas que serão registradas para sempre na parte mais nobre da minha vida. Diversas são as pessoas e instituições que fizeram parte e contribuíram de alguma forma com a realização deste trabalho e que merecem ser mencionadas, pois devem tomar conhecimento do quanto lhes sou grato por terem sido suporte em muitos dos momentos importantes desta trajetória.

Reconheço que, ao citar o nome de alguns implica sempre no risco de ocultar a outros... Mas, mesmo correndo este risco, não posso deixar de agradecer:

- . Primeiramente aos meus pais José Nunes da Silva e Marina Amador de Oliveira, pela formação de vida baseada em princípios e valores como integridade, honestidade, simplicidade, dignidade e respeito, os quais sempre procuro inserir nas relações com as pessoas e nas atividades que desenvolvo, inclusive no presente trabalho;
- . Aos meus irmãos que, mesmo distantes, se constituíram num apoio importante, pois sempre representaram meu principal referencial de base familiar;
- . A Kallianne Freire Godeiro, pela compreensão da necessidade da ausência e pelo desconforto da espera por alguém que se encontrava fisicamente distante, além da força e do carinho enviados através dos contatos telefônicos, praticamente diários;
- . A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte pelo financiamento e, em especial, ao Departamento de Economia, por realizar minha liberação em tempo integral.
- . A Universidade Federal de Uberlândia e aos meus mestres, em especial o Prof. Dr. Antônio César Ortega, meu orientador acadêmico, pelo crédito concedido ao meu propósito, o qual procurarei sempre ser digno e pela paciência e dedicada orientação.
- . Aos professores, Dr. Guilherme da Costa Delgado do IPEA/Brasília e Dr. Shigeo Shiki, atualmente assessor do Ministério do Meio Ambiente, pelas inestimáveis contribuições quando de suas participações na banca julgadora deste trabalho.
- . Aos colegas do Núcleo de Agricultura, Helen Cordeiro, Rômulo Gama Ferreira e Clésio Marcelino, pela amizade construída, e as secretárias do IE/UFU, Vaine, Rejane, Tereza e Ana Castro, as quais sempre se disponibilizaram quando solicitadas.

Por fim, não menos importante, meus agradecimentos aos agricultores familiares, lideranças comunitárias, pesquisadores, técnicos de diversas organizações e outros atores sociais, que participaram ativamente deste trabalho, desejando que um dia, com a ajuda de seus saberes, seja possível construir e desenvolver um mundo melhor.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO 1. CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA FAMILIAR.</b>	17
1.1 O Capitalismo e as Teorias da Agricultura Familiar	19
1.2 Mercado e a Caracterização da Agricultura no Desenvolvimento Econômico	24
1.3 Uma Análise Econômica da Agricultura Familiar Brasileira nos Anos 90	35
<b>CAPÍTULO 2. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL.</b>	42
2.1 O Conceito de Pluriatividade e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar	43
2.2 Estratégias de Desenvolvimento Rural e Agricultura: um debate recente	49
2.2.1 O Novo Rural Brasileiro	50
2.2.2 O Desenvolvimento Territorial	52
2.2.3 O Desenvolvimento Local	56
2.3 Agricultura Familiar e a Comercialização Agrícola: uma reflexão a partir da teoria	61
<b>CAPÍTULO 3. A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DE SERRA DO MEL – RN.</b>	67
3.1 Características Gerais do Desenvolvimento Rural de Serra do Mel	67
3.1.1 O Processo de Organização Social e Produtiva	71
3.1.2 O Programa de Reestruturação e a Agricultura Familiar	73
3.1.3 O Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável	81
3.2 O Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Tecnologia para o Beneficiamento Artesanal da Castanha de Caju	85
3.3 As Relações Entre o Local e o Global	91
3.4 A Dinâmica Gerada pela Comercialização da Castanha de Caju	93
3.5 Serra do Mel: o antes e o depois a partir dos indicadores sócio-econômicos	98
<b>CAPÍTULO 4. A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO PROJETO BAIXO-AÇU – RN.</b>	101
4.1 Transformações Ocorridas no Sistema Agrícola do Vale do Açu-RN a partir da Implantação de Projetos de Irrigação nos Anos 80 e 90	101
4.2 O Papel do Estado na Política de Irrigação em todo o Vale do Açu-RN	108
4.3 Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais Decorrentes da Implantação de	110

	Grandes Projetos de Irrigação no Vale do Baixo-Açu-RN	
4.4	O Projeto Baixo-Açu e Características Gerais do seu Desenvolvimento Rural	112
4.4.1	O Processo de Organização Social e Produtiva	116
4.4.2	A Formação da Infra-Estrutura de Produção e a Agricultura Familiar	119
4.4.3	A Limitação de Recursos e a Deficiência do Modelo Aplicado	123
4.5	O Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Tecnologia para Produzir na Realidade de um Perímetro de Irrigação	126
4.6	A Comercialização dos Principais Produtos e a Dinâmica Gerada	129
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	134
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	138

## ÍNDICE DAS TABELAS E FIGURAS

- TABELA 01 Crédito agrícola concedido na década 1990
- TABELA 02 Serra do Mel: Estrutura e formas de organização
- TABELA 03 Cooperativas existentes e número de sócios participantes
- TABELA 04 Valores liberados em empréstimos realizados no mercado financeiro no período de 1991 a 2000 e as principais fontes de financiamento
- TABELA 05 Crédito rural: valores contratados e liberados por finalidade (1991-2000)
- TABELA 06 Culturas que mais demandaram financiamento no período (1991-2000)
- TABELA 07 Evolução dos principais produtos agropecuários de Serra do Mel
- TABELA 08 Estrutura de patrimônio rural existente
- TABELA 09 Principais empresas e instituições parceiras e de relacionamento
- TABELA 10 Desempenho do produção de castanha beneficiada nos últimos 05 anos
- TABELA 11 Produtos agroindustrializados e/ou beneficiados localmente
- TABELA 12 Participação da castanha de caju nas exportações brasileiras de frutas
- TABELA 13 Produção de castanha de caju do Brasil, do Nordeste e seus três principais estados
- TABELA 14 Principais produtos de Serra do Mel comercializados e mercados de destino
- TABELA 15 Destino dos produtos na cadeia produtiva
- TABELA 16 Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino
- TABELA 17 Ocupações geradas ao longo da cadeia e principais produtos
- TABELA 18 Evolução do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano no período 1991-2000
- TABELA 19 Área irrigada ao longo do rio Piranhas-Açu, municípios com empresas instaladas e principais culturas desenvolvidas em 1990
- TABELA 20 Área em ha das empresas consideradas, em relação aos hectares irrigados em 1990
- TABELA 21 Projetos de agricultura familiar irrigada implementados a partir de 1987 até 1990
- TABELA 22 Projeto Baixo-Açu: estrutura e formas de organização
- TABELA 23 Principais CULTURAS desenvolvidas no Projeto Baixo-Açu
- TABELA 24 Planejamento Físico da 1ª etapa
- TABELA 25 Distribuição da área irrigável da 1ª etapa
- TABELA 26 Planejamento Físico da 2ª etapa
- TABELA 27 Infra-estrutura dos núcleos habitacionais
- TABELA 28 Valores liberados por empréstimos contraídos na rede oficial de crédito (1991-2000)
- TABELA 29 Valores de contratos de crédito rural segundo a finalidade (1991-2000)
- TABELA 30 Principais instituições de relacionamento
- TABELA 31 Realidade atual de PRODUÇÃO IRRIGADA do Projeto Baixo-Açu
- TABELA 32 Participação da BANANA nas exportações brasileiras de frutas
- TABELA 33 Produção de BANANA do Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e Projeto Baixo-Açu
- TABELA 34 Principais produtos comercializados e mercados de destino
- TABELA 35 Destino dos produtos na cadeia produtiva
- TABELA 36 Potencial de EMPREGO gerado
- FIGURA 01 Canais de comercialização tradicional, moderno e avançado
- FIGURA 02 Mapa do município de Serra do Mel e distribuição espacial das agrovilas
- FIGURA 03 Mapa do Projeto Baixo-Açu e a distribuição dos lotes

## ÍNDICE DAS SIGLAS E ABREVIATURAS

AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo  
 ABC – Associação Brasileira de Cooperação  
 AJSM – Associação de Jovens de Serra do Mel  
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 CAI – Complexo Agroindustrial  
 CCE – Comunidade Comum Européia  
 CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
 CIDA – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário  
 CNPAT – Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical  
 COFIBA – Cooperativa de Fruticultura dos Irrigantes do Baixo-Açu  
 COMEX – Comitê de Comércio Exterior  
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
 COOPERCAJU – Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha de Caju  
 COOPERMEL – Cooperativa Agropecuária de Serra do Mel  
 CUT – Central Única dos Trabalhadores  
 DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais  
 DIBA – Associação do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu  
 DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
 EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
 EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte  
 ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró  
 EUA – Estados Unidos da América  
 FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
 FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte  
 FMI – Fundo Monetário Internacional  
 FNE – Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste  
 IBD – Instituto Bio-Dinâmico  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN  
 IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Médio  
 IGP-DI – Índice Geral de Preços  
 MAISA – Mossoró Agroindustrial S A  
 OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico  
 ONG – Organização Não-Governamental  
 PAC – Política Agrária Comum Européia  
 PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor  
 PDCI – Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado  
 PIDSSM – Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PROJETEC – Projetos Técnicos Ltda.  
 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
 SDS – Social Democracia Sindical  
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Médias e Pequenas Empresas  
 SERHID – Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos  
 STLM – Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Mossoró  
 SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste



## RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre agricultura familiar e tem como objetivo analisar a diferenciação do desenvolvimento rural do município de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, no Rio Grande do Norte. Insere-se nas análises de estratégias de produção e reprodução por parte de sociedades rurais e procura agregar-se, portanto, como contribuição aos estudos sobre desenvolvimento rural. No entanto, parte da seguinte hipótese: como experiências de agricultura familiar, que se submeteram a concepções de planejamento e a políticas públicas semelhantes, num determinado período construíram trajetórias diferentes? Neste sentido, a investigação objetivou demonstrar a evolução do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, desde o período de criação destes, identificando e apontando os principais fatores que determinaram a diferenciação. Partiu-se, então, do pressuposto de que a construção do *capital social*, a integração de atividades e a inserção em mercados competitivos através da prática da comercialização, nos dois casos são fundamentais, porém dificultados pela manutenção de práticas ou comportamentos, negando as bases e valores da ação participativa. O estudo constatou que as diferenças entre os caminhos trilhados por Serra do Mel e pelo Projeto Baixo-Açu estão relacionados à combinação de elementos estruturais, institucionais e culturais: a presença marcante do Estado; a fragilidade institucional da maioria dos mecanismos e instrumentos de gestão; recursos financeiros limitados; insuficiência e deficiência tecnológica; e a incompatibilidade de um modelo com elementos políticos e culturais contraditórios à participação.

## INTRODUÇÃO

Recentemente vem se difundindo entre pesquisadores brasileiros a preocupação com a necessidade de repensar temas associados ao mundo rural. Diversas razões informariam essa nova agenda. Por um lado, o fato dos temas relacionados com a agricultura familiar encontrarem-se na ordem do dia. Por outro lado, argumenta-se igualmente que o avanço da agricultura, decorrente de sua inserção na economia capitalista através das relações mercantis e da consolidação dos chamados complexos agro-industriais brasileiros, teria, além de transformado os agricultores de muitas regiões em um grupo profissional como outro qualquer, deslocado cerca de 45 milhões de pessoas do campo para as cidades nos últimos 50 anos. Muitos perceberam, com isso, que as mudanças proporcionadas pelo avanço do capitalismo no meio rural promoveram uma série de distorções na estrutura agrária e que necessitaria, com urgência, buscar caminhos para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural. Portanto, o desenvolvimento atual do capitalismo na agricultura estaria operando com um processo de homogeneização dos espaços agrários, citados como exemplos dessa superação a importância crescente da agricultura familiar, seja como espaço para a geração de ocupações mais remuneradas e assim diminuir as desigualdades de renda com o meio urbano e o fluxo campo-cidade, seja como o ambiente alternativo para iniciar um novo conceito de desenvolvimento.

Tais possibilidades teóricas e metodológicas, contudo, não parecem ter sido inteiramente satisfeitas e bem sucedidas e suas proposições não chegaram a materializar-se em rearranjos institucionais e reorientações para resgatar os estudos rurais ou intervir eficientemente em realidades concretas, sendo notório o reduzido interesse de pesquisadores que se dedicam a estes temas. Além disso, na área das abordagens teóricas, também não se descobriram as ferramentas analíticas que, assim se

esperava, surgissem ao longo da década de 1990. Todavia, evidenciar uma determinada situação, que em larga medida decorre de uma percepção relativamente subjetiva do estado da arte nesse campo do conhecimento, não implica em um diagnóstico rigorosamente preciso e, tampouco, na indicação de alternativas ou proposições fáceis e seguras de mudança. Na verdade, o que se verifica é que, na atualidade, o desafio exige reflexões não apenas sobre os objetos de pesquisa, mas também sobre o próprio itinerário da economia rural que tem como alvo às unidades rurais de produção e suas transformações.

O esforço materializado na presente dissertação não se arroga, por certo, a tarefa de indicar caminhos para essas reflexões mais gerais, mas pretende contribuir para reafirmar a necessidade de se manter um espaço próprio que se ocupa do estudo das relações do meio rural. Embora este objetivo seja indispensável, ainda não seria suficiente para melhor compreender seus objetos e construir aportes conceituais que produzam significados acerca das transformações rurais.

Este entendimento implica em admitir que o rural, como um espaço e emaranhado de relações sociais, econômicas e culturais, também é, ou poderá ser, objeto de análises interdisciplinares que possam responder às múltiplas facetas pelas quais operam suas transformações.

Embora os objetivos deste trabalho sejam confinados a uma delimitação bem mais restrita e definida, é inegável que se pretende aportar alguma contribuição, por modesta que seja, aos estudos sobre economia que enfatizam a realidade rural, tendo em vista o enfoque dado ao desenvolvimento rural a partir da análise de duas experiências nordestinas de agricultura familiar. Para tal, pretende-se construir essa contribuição à luz do debate atual e das reflexões centradas na diversidade e complexidade da agricultura familiar contemporânea.

Nestes termos, a reflexão que se propõe examina as relações da agricultura familiar com a emergência e consolidação das atividades produtivas a partir de experiências diferenciadas de desenvolvimento rural, identificadas pelas suas especificidades, uma delas a sua capacidade local de gerar e distribuir renda através da inserção em mercados via comercialização direta, como também pelos caminhos trilhados de forma distinta, mesmo sendo criadas numa mesma época e alvo da mesma concepção. Este trabalho procura agregar-se, portanto, aos estudos que vêm sendo realizados para aprofundar os conhecimentos sobre a agricultura familiar e suas possibilidades de contribuição com o desenvolvimento rural.

Diversos pesquisadores em período recente vêm dedicando seus estudos e análises às formas familiares sob diversos ângulos, deles se extraindo pelos menos dois ensinamentos. O primeiro indica que há diferentes estratégias de desenvolvimento rural pelas quais grupos e indivíduos identificados com a agricultura familiar vêm despertando iniciativas e viabilizando sua reprodução social e sobrevivência econômica. O segundo aprendizado, conforme apontamentos de ABRAMOVAY (1998), demonstra que, pelo menos nas nações mais desenvolvidas, o Estado tem sido responsável e determinante na moldagem da atual estrutura do capitalismo agrário, através da manutenção de políticas e formas de apoio para estimular a expansão e consolidação das unidades familiares. Convém insistir neste ponto, pois seria um equívoco, entretanto, imaginar que a implementação destas políticas resultou somente da força dos interesses dos agricultores. Na verdade, para GRAZIANO DA SILVA (1999), esta foi uma condição determinada pelo desenvolvimento capitalista, para que a agricultura desempenhasse um papel importante: diminuir, através da alimentação mais barata, o peso dos orçamentos dos consumidores urbanos.

Esta Dissertação situa-se no primeiro veio citado, alinhando-se às pesquisas cujo objetivo tem sido o de demonstrar os mecanismos e as estratégias que vêm viabilizando, e em certos casos até ampliando, as formas familiares no meio rural. Porém, isso não quer dizer que não seja necessária a participação do Estado e de suas políticas públicas como instrumento essencial na viabilização das estratégias de desenvolvimento rural.

O objeto central deste trabalho constitui-se no estudo de caso de duas experiências de agricultura familiar localizadas nas regiões Oeste e Central, no Rio Grande do Norte. Numa dessas experiências, o município de Serra do Mel, parte dos agricultores familiares não depende mais exclusivamente da atividade agrícola, pois ampliam o orçamento doméstico através do recurso à integração de atividades (beneficiamento e comercialização) como forma de agregação de valor de seu principal produto e, conseqüentemente, aumento da renda das famílias. Na outra, o Projeto de irrigação Baixo-Açu, ainda é evidente a dependência na atividade meramente agrícola por parte dos agricultores familiares, pois se apresenta sem a presença da diversificação, integração ou de atividades não agrícolas. Dessa forma, suas fontes de renda não vão além da agricultura e poucos que integram a família exercem outras atividades.

A diferenciação econômica do desenvolvimento rural das duas experiências estudadas é caracterizada pela dinâmica gerada em função de uma organização social, mais de uma que da outra, para criar oportunidades localmente e atingir às fases da

agroindústria e da comercialização de seus produtos. Vale ressaltar que essas fases são integradas e sem a separação da agricultura e da indústria (homogeneização do espaço rural), como anunciada pelos clássicos de inspiração marxista (Lênin e Kautsky). Elas acontecem precedidas da construção de uma estrutura interna (onde o ambiente da agricultura familiar torna-se favorável), a partir de um processo histórico de organização social e produtiva e planejamento, que tanto pode ser um recurso ao qual a experiência de maior sucesso faz uso, como garantia da reprodução social do coletivo que lhe corresponde. Além disso, as características da comercialização variam de acordo com cada experiência, pois tal prática acarreta efeitos distintos sobre as unidades de produção e as famílias. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e as políticas públicas, entre outros, são fatores determinantes acerca da evolução e tendências das duas experiências estudadas.

Esta delimitação da problemática investigada, bem como as hipóteses que orientam seu itinerário, fornecem o escopo da discussão teórica sobre o avanço do capitalismo no campo e a inserção dos agricultores via relações em mercados distintos (*parcial, incompletos, etc.*), trazendo um determinado significado e importância para a prática atual da comercialização na agricultura familiar. Trata-se de uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante a articulação direta com o mercado. Nesse sentido, assim argumenta-se, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em uma estrutura capitalista.

Do ponto de vista teórico, este trabalho sustenta-se a partir de um pressuposto, qual seja, de que para se explicar e tentar compreender as formas familiares nas sociedades modernas, não é preciso, necessariamente, entendê-las exclusivamente pelo papel ou função que exercem no processo de acumulação de capital. Neste sentido, a abordagem teórica que serve de base ao estudo da importância da prática da comercialização na agricultura familiar e dos mercados para o desenvolvimento rural orienta-se pela análise do processo social e econômico que têm levado à articulação ou superação das formas familiares de organização do trabalho e da produção nas sociedades contemporâneas. Nessas formas familiares também estão incluídos os

agricultores familiares de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, que no período recente vêm vislumbrando novas estratégias de garantia de sua reprodução social e econômica sem que tenha se alterado sua característica fundamental, qual seja, seu funcionamento com base no trabalho familiar. A questão que se apresenta, portanto, do ponto de vista da contribuição deste estudo ao conhecimento econômico, refere-se à elucidação dos mecanismos e das estratégias que explicam como essas unidades se relacionam com o mercado e a sociedade em geral e de que modo tais relações afetam e alteram o seu desenvolvimento e a sua existência.

Como se percebe, embora seja um trabalho empiricamente delimitado, que busca demonstrar, através das trajetórias de duas experiências, a contribuição do exercício da comercialização na agricultura familiar e a importância do mercado para o desenvolvimento rural, pretende-se participar do debate sobre as questões que desafiam o pensamento econômico, mormente as discussões em torno dos enfoques micro e macroeconômicos. Na verdade, pretende-se discutir a pertinência e a validade teórica e metodológica, à luz das mudanças que afetam as sociedades rurais no final do século XX. Esta tentativa é ensaiada ainda no primeiro capítulo, onde são apresentadas as contribuições dos clássicos de inspiração marxista, Lênin e Kautsky, que anunciavam o fim das formas familiares, a partir do avanço do capitalismo na agricultura. Outra contribuição foi ressaltada a partir dos aspectos do modelo proposto por Alexander Chayanov para estudar as unidades que se organizam com base no trabalho familiar.

A partir dessas orientações sustentadas teoricamente e a partir da perspectiva da agricultura familiar, o desenvolvimento rural, com ênfase na integração de atividades e na comercialização como contribuições será analisado, comparativamente, com base nos dois estudos de caso. Em um deles focalizando a localidade de Serra do Mel (município desde 1988), e o outro o Projeto Baixo-Açu (perímetro público de irrigação localizado nos municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra) no Rio Grande do Norte. Estas duas experiências fazem parte do programa Pólos, coordenado pelo Banco do Nordeste e inseridas no *Pólo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró-RN*.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas em profundidade orientadas por um questionário previamente elaborado, junto a atores representativos, lideranças locais, além de técnicos de instituições. O objetivo foi o de contatar informantes e obter evidências empíricas sobre a situação social e econômica das coletividades locais. A utilização do questionário constituiu-se na principal técnica de pesquisa.

O questionário foi aplicado destinando-se às organizações de produtores (Cooperativas, associações, etc.) que efetivamente exercem ou não a integração de atividades (produção, agroindústria e comercialização). Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com roteiro previamente elaborado, junto a outras instituições (crédito, assistência técnica, pesquisa, Ong's, etc), lideranças comunitárias e pessoas de referência da comunidade local com o objetivo de se inteirar melhor da situação social e econômica. Dessas entrevistas foram extraídos vários elementos de interpretação dos dados obtidos, embora tenha se optado por não transcrever diretamente passagens dessas entrevistas ao longo do texto.

O trabalho, em seu conjunto, está organizado em quatro capítulos. No primeiro são discutidas algumas das principais abordagens das teorias da agricultura familiar. O objetivo desse capítulo é introduzir o debate sobre o avanço do capitalismo na agricultura, a formação e características dos mercados e o papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, além analisar, de forma breve, o contexto em que o meio rural brasileiro encontrava-se inserido nos anos 1990. Alguns dos argumentos centrais expostos são: a constatação de que as formas familiares do campo buscaram formas de reprodução e não se extinguiram totalmente, como anunciaram os clássicos de inspiração marxista, mesmo se constatando a lei geral do desenvolvimento capitalista; e a ênfase na noção de *agricultura familiar* que é recente no Brasil devido à utilização anterior de outros conceitos como “agricultura de subsistência”, “agricultura camponesa”, etc. Estas noções vieram a ser substituídas por agricultura familiar somente no início da década de 1990, especialmente em razão das pressões do sindicalismo rural por uma política específica, materializada na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

No segundo capítulo discute-se, do ponto de vista conceitual, o estudo do desenvolvimento rural, dando ênfase às relações entre as principais correntes que defendem a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o rural no Brasil. São apresentados inicialmente os limites à utilização da noção de pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura, pois se trata de noção que se refere mais a um conjunto de formas de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, que podem variar segundo o contexto e a situação histórica. Para operacionalizar este deslocamento teórico e torná-lo útil à interpretação de situações concretas investigadas sugere-se, ainda, à luz de tais considerações na última seção, que o diálogo proposto utilize como

uma reflexão a partir da teoria, à prática da comercialização e a manutenção de mercados, como contribuição à viabilização do desenvolvimento rural.

No capítulo terceiro é apresentada a problemática da pesquisa, além da metodologia utilizada para a análise empírica do estudo de caso localizado no município de Serra do Mel. Nesta parte, a interpretação das situações concretas centra-se em cinco blocos principais: os fatores determinantes do desenvolvimento rural de Serra do Mel; o processo de inserção e aperfeiçoamento da tecnologia para o beneficiamento artesanal da castanha de caju; a relação entre o local e o global; a comercialização da castanha de caju e a dinâmica gerada a partir desta; e, concluindo, mostra-se o antes e o depois, utilizando indicadores sócio-econômicos.

No quarto capítulo é apresentada a problemática da pesquisa, além da metodologia utilizada para a análise empírica do estudo de caso localizado no Projeto Baixo-Açu. A interpretação das situações selecionadas centra-se em seis tópicos principais: as transformações ocorridas nas estruturas rurais do Vale do Açu a partir da implantação de projetos de irrigação nos anos 80 e 90; o papel do Estado na política de irrigação no Vale do Açu; os impactos sócio-econômicos e ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de irrigação; a formação e as características do desenvolvimento rural do Projeto Baixo-Açu; o desenvolvimento da tecnologia para produzir em um perímetro de irrigação, e concluindo o capítulo, a comercialização dos principais produtos e a dinâmica gerada.

O último capítulo, na verdade, é complementar ao anterior, no sentido que nele desenvolve-se uma análise semelhante, porém, com a diferença de que neste são analisadas informações que se referem exclusivamente à sua especificidade, servindo para explicitar a diferenciação do desenvolvimento rural dos dois estudos de caso.

Ao leitor ficará claro, por certo, que este é um trabalho que necessitará de continuidade, pois se iniciou de forma não tão clara. Com base nisso, vê-se um forte motivo para decidir, em ocasião mais adiante, aprofundar a dedicação acerca deste tema. Pois, no momento, observando academicamente o que se define desenvolvimento rural, pode-se afirmar que o exercício da comercialização na agricultura familiar não é efêmero, mas uma característica que se acentua em proporções cada vez mais significativas, à medida que a agricultura familiar se defronta com a possibilidade e a necessidade de, nestes tempos de globalização, se inserir em mercados cada vez mais competitivos, via integração à divisão do trabalho.



# CAPÍTULO 1

## CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA FAMILIAR.

Apesar do debate acerca da estrutura econômica e social da agricultura nos países capitalistas avançados ser secular, a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade no meio científico brasileiro em um período recente, passando a ser utilizada pelos órgãos governamentais e não-governamentais, além dos segmentos do pensamento acadêmico que se preocupam e estudam o setor agropecuário e as demais atividades rurais.

Da crença no fim das formas familiares da agricultura, em que estas seriam substituídas pelas capitalistas, como apontavam os clássicos de inspiração marxista, à atual conceituação de agricultura familiar, teorias e modelos econômicos buscaram definir e esclarecer qual o rumo da reprodução das relações no meio rural a partir das transformações causadas pela penetração do capitalismo na agricultura.

Dessa forma pretende-se, neste capítulo, desenvolver três partes, que também servirão de referencial teórico para os estudos acerca do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, constantes nos capítulos 3 e 4. Neste sentido, realizaremos apontamentos acerca de teorias da agricultura familiar buscando compreender sua trajetória, a partir das transformações proporcionadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo no século XX. Com isso, daremos ênfase às teses que anunciavam o fim da agricultura familiar, dentre outras que identificavam a existência de uma lógica no interior da unidade familiar de produção, responsável pela determinação da reprodução desse estrato de tecido social que, mesmo inserido num ambiente capitalista, se transforma e se reproduz a partir dele mesmo.

No primeiro item é sintetizado o debate acadêmico realizado a partir das teorias desenvolvidas inicialmente pelos clássicos de inspiração marxista (Kautsky e Lênin), demonstrando as modificações da agricultura familiar diante do avanço do capitalismo, e a contribuição de Alexander Chayanov, acerca das especificidades que mantêm essas formas familiares se reproduzindo no ambiente capitalista, representando, tudo isso, um esforço de reflexão sobre as razões históricas que permitem a sobrevivência e a reprodução da agricultura familiar sob o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Uma revisão abrangente e detalhada das teorias inspiradas na literatura marxista acerca da agricultura familiar, pela sua complexidade e magnitude, certamente não é tarefa das mais simples, nem a principal preocupação aqui. Nesse sentido, é preciso reconhecer trabalhos relevantes, como o estudo de Ricardo Abramovay do ano de 1992 com 2ª edição em 1998, que proporcionaram a análise dos principais paradigmas teóricos utilizados pelos estudos de sociedades rurais nas últimas décadas, particularmente quando ressaltaram os limites das formulações dos clássicos de inspiração marxista. O estudo de ABRAMOVAY (1998), particularmente, tentou situar os limites epistemológicos de cada uma das vertentes teóricas e indicou que os clássicos se interessavam pelos desígnios do que hoje se denomina “agricultura familiar” à medida que esses tinham um papel de caráter político a desempenhar como classe no processo de desenvolvimento do capitalismo.

O segundo item busca identificar e demonstrar as principais características da agricultura no que diz respeito às suas formas de inserção nos mercados e suas relações mercantis. Outras particularidades apontadas no âmbito do setor agrícola referem-se às suas limitações naturais como ramo produtivo no desenvolvimento econômico no momento em que participa do processo de consolidação do modo de produção capitalista. Dessa forma, realizando uma ponte entre as transformações históricas ocorridas nos países desenvolvidos com a inserção das formas capitalistas na agricultura brasileira, este item se propõe a uma breve análise dos resultados do período posterior a II Guerra Mundial, do surgimento de um novo contexto de divisão internacional do trabalho, apontando a modernização agrícola no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 1980, como uma tentativa de reprodução das transformações históricas da agricultura capitalista daqueles países.

E o terceiro item procura realizar uma análise a partir dos impactos sentidos pelo setor agrícola, principalmente a agricultura familiar brasileira na década de 1990.

## 1.1. O Capitalismo e as Teorias da Agricultura Familiar

Antes de adentrar nas questões ligadas ao debate acerca da evolução do capitalismo no campo, cabe enfatizar que sua retomada está relacionada, ao mesmo tempo, aos referenciais teóricos que guiam o presente estudo e ao próprio objeto a que foi proposto. Ao procurar entender as particularidades da agricultura familiar, a partir da análise do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, faz-se necessário apresentar os argumentos que dão sustentação à proposição aqui colocada e que guia essa perspectiva analítica. As teorias acerca do desenvolvimento capitalista no campo que se estenderam pelo século XX ajudam na formação da base do debate central a qual estão colocadas considerações sobre a evolução da agricultura de pequeno porte no desenvolvimento do capitalismo e suas relações mercantis.

A importância deste debate é compreender as particularidades de produção e reprodução da agricultura familiar, visando uma inserção importante nas economias mercantis contemporâneas, apesar das avaliações anteriores de destruição dessa forma de organização produtiva. Cabe ressaltar que, para a adequada compreensão do desenvolvimento capitalista no campo, um breve resgate da contribuição teórica dos autores clássicos Kautsky e Lênin, especialmente deste último, é imprescindível.

A obra de Kautsky, publicada no final do século XIX, procura analisar o desenvolvimento da agricultura capitalista à luz das experiências inglesa e alemã, adotando os princípios básicos da teoria marxista do valor e da renda da terra. Portanto, admite a existência de uma lei geral do avanço do capitalismo, sendo que após a sua análise concluirá que esta não se aplica totalmente ao meio rural. Conforme REYDON (1988, p.101), Kautsky desenvolve sua investigação analisando basicamente o processo de subordinação da agricultura familiar ao capital, colocando em evidência a maior capacidade produtiva e de concorrência das propriedades capitalistas. A partir disso, passa a analisar os limites que essa produção capitalista encontra para o seu pleno desenvolvimento, o que passa a demonstrar com isso certo pessimismo em sua análise, apesar de ter clareza de que o capital tem maneiras de tentar superar esses limites.

Lênin, por outro lado, mais preocupado com os efeitos do desenvolvimento capitalista sobre as classes sociais e as possibilidades, a partir disso, da criação das condições para o socialismo, já demonstra um relativo otimismo. Esse otimismo deve-se à sua visão de que há especificidades do desenvolvimento da agricultura, mas que este segue a lei geral, elevando a produção e a produtividade do trabalho. Independente disso

há a ampliação da contradição básica do capitalismo existente entre os possuidores dos meios de produção e os despossuídos. É a partir de um estudo dos censos dos Estados Unidos que Lênin procura comprovar a lei geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e acaba percebendo que, inclusive no meio rural americano, há uma tendência ao desaparecimento da agricultura de pequeno porte (REYDON, 1988).

Na busca do entendimento da permanência das unidades familiares rurais sob o desenvolvimento capitalista, confirma-se a necessidade desta ser justificada. Nesse momento, para REYDON (1988), aparecem de forma explícita as diferenças entre os dois autores, que se originam no método que ambos utilizam e defendem enquanto forma de apreender a realidade e sua dinâmica. Enquanto Lênin parte do geral para explicar o comportamento do específico, aplicando assim um método dedutivo, Kautsky, apesar de também tentar estabelecer uma lei geral acaba por eleger uma análise a partir do método indutivo na qual, a partir dos casos específicos, procura apreender a lei geral.

Lênin tem como objeto central de análise, para entender a dinâmica do capitalismo, as relações sociais de produção: a forma como se organiza a produção e em decorrência disto a intensidade de aplicação de capitais, que por sua vez é possibilitada pelas mesmas relações de produção. A dinâmica desse conjunto de elementos que determinam o desenvolvimento do capitalismo é dada pelas relações sociais, as aplicações de capitais e as mudanças nestas relações. É a partir desta lógica que Lênin consegue observar a existência de uma lei geral de acumulação, comum a todos os países capitalistas. Dentro desta lei, o aspecto mais importante é a consolidação do processo produtivo com mão-de-obra fundamentalmente assalariada. Para ele, como nas cidades, a tendência no campo é o assalariamento dos pequenos produtores, fazendo com que as antigas e diferentes formações sociais sejam eliminadas ou submetidas à lógica do capitalismo. Isso determinará a forma na qual ocorrerá o desenvolvimento capitalista de forma diferenciada<sup>1</sup>, mas ainda segundo a lei geral (ABRAMOVAY, 1998: 41).

---

<sup>1</sup> O processo de diferenciação social é resultado de um minucioso esforço de Lênin tentando demonstrar a **heterogeneidade** do mundo rural. De acordo com ABRAMOVAY (1998), para Lênin, longe de qualquer sinal de fortalecimento do campesinato, o que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver. A insistência nesse ponto é importante pois em torno dele formou-se talvez o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária: o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores, a essência da vida agrária de qualquer país capitalista.

Dentro desta análise, Lênin observa que a tendência geral é a hegemonia da exploração por parte da grande empresa capitalista na agricultura com predomínio de utilização de assalariados.

Por outro lado, KAUTSKY (1980) analisa o desenvolvimento da agricultura com a preocupação básica referida à eficiência técnica do modo de produção capitalista, tentando, a partir das tendências observadas nos diferentes países, estabelecer a existência ou não de uma lei geral do avanço do capitalismo no campo.

A partir deste método, que parte do específico para o geral, Kautsky acaba por fazer uma análise que privilegia as relações intersetoriais entre agricultura e indústria, muitas vezes não percebendo a dinâmica interna da própria agricultura<sup>2</sup>. O paradigma oferecido por Kautsky, segundo ABRAMOVAY (1998: p. 47), concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade da unidade familiar rural incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria.

Segundo afirmações de REYDON (1988), apesar das diferenças de concepção teórica e metodológica que determinou a dinâmica e a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo, ambos os autores entendem a agricultura moderna capitalista como tendo os seguintes elementos: 1) elevada divisão do trabalho; 2) utilização prioritária e crescente de mão-de-obra assalariada; 3) aplicação de recursos tecnológicos na agricultura; 4) maior escala de produção; e 5) produção voltada basicamente para o mercado com cada vez maior intensidade das relações mercantis.

Em grande medida, estas características da produção agrícola capitalista parecem enquadrar a agricultura em uma lei geral. Em ambos os autores há especificidades, e estas se apresentam em diferentes matizes, mas com uma causa comum: a origem feudal da propriedade privada da terra.

Quando Kautsky analisa a maior eficiência da grande propriedade, se observa mais claramente o obstáculo que a propriedade privada impõe ao capital. REYDON (1988) aponta que, em termos mais gerais, os empecilhos ao desenvolvimento capitalista da agricultura para Kautsky referem-se a renda da terra. Esta, com o desenvolvimento, passa a ser extremamente elevada, fazendo com que as necessidades

---

<sup>2</sup> Para Kautsky, diferentemente de Lênin, somente a agricultura nos moldes capitalistas poderia integrar-se à indústria e isso resultaria num processo de eliminação do campesinato pelas propriedades capitalistas, gerando uma realidade **homogênea** no campo.

de imobilizar capitais na compra de terras sejam muito grandes, dificultando a aplicação de capitais no processo produtivo. A partir disso, a tendência de utilização da terra dar-se-á através do arrendamento capitalista, que pela pequena duração dos contratos inviabiliza o progresso técnico.

Lênin, por outro lado, aponta em primeiro lugar que o processo de mercantilização da agricultura é gradativo em função do monopólio da propriedade privada da terra. Este retardo no desenvolvimento do capitalismo no campo acaba causando as desproporções entre os diferentes ramos da economia, contribuindo para a alta do custo de vida e acarretando crises (REYDON, 1988, p.109).

Mas, LÊNIN (1985) acaba por entender que o capital subordina a si e transforma à sua maneira todas as diferentes formas da propriedade fundiária, fazendo com que o processo de verticalização da produção agrícola, apesar de acirrar as contradições entre indústria e agricultura, acabará por tornar a produção agrícola num ramo da indústria.

É preciso reconhecer, entretanto, que os clássicos de inspiração marxista da questão agrária tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há unanimidade, mesmo para os teóricos da economia rural familiar: quais as transformações que sofre a unidade familiar rural a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e como se dá a sua crescente e gradual inserção nas relações mercantis? Contrariando as idéias de Lênin e Kautsky, e contribuindo assim para o debate em torno desse tema, têm-se as preocupações do economista russo Alexander Chayanov.

Tentando contrariar às afirmações de Lênin e Kautsky, Chayanov afirma que a unidade familiar rural se mantém reproduzindo como formação social, pois a reprodução da família se configura como preocupação fundamental. E, para ele, a participação do agricultor familiar no mercado se dá não de forma capitalista em que a acumulação é o objetivo, e sim pelas necessidades de reprodução.

Para Lênin e Kautsky, possuidores da inspiração marxista, com o avanço do capitalismo no campo somente haverá capitalista ou proletário a partir da evolução da lei geral que, de forma distinta, resultará em “diferenciação” para Lênin e “integração” para Kautsky. Neste sentido, com base no referencial teórico desses autores, o modo de produção capitalista não reconhece e nem aceita meio termo ou parcialidade: a agricultura de pequeno porte desaparecerá e o agricultor que conseguir se inserir nas relações mercantis tornar-se-á capitalista e o que não conseguir será submetido às tendências do mercado de trabalho transformando-se em proletário.

Ainda na tentativa de contrariar Lênin que enxergava a diferenciação, Chayanov aponta para a identidade social da agricultura familiar, onde sobre a base desta identidade moldam-se as novas tendências do desenvolvimento capitalista que, na época, se caracterizava pela integração vertical (através das relações entre as unidades familiares e a agroindústria). Dessa forma, o ponto de partida da teoria de Chayanov é a determinação dos comportamentos individuais em função da unidade social interna em que se inserem, ou seja, a família (ABRAMOVAY, 1998: 61).

Porém, a integração com a agroindústria, apontada por Kautsky, nos moldes capitalistas, significa em última análise que o agricultor familiar não é mais o sujeito ativo criador e controlador de seu próprio destino.

Mesmo não sendo suficiente para contrariar a lei geral, Chayanov constata que a relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário a que sejam atingidas é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual a agricultura familiar se define. Como são os fatores internos que determinam o desempenho produtivo do agricultor familiar, no entanto, há um elemento capaz de alterar a sua “limitada” racionalidade que é a existência de um mercado de trabalho, onde as necessidades básicas podem então ser alcançadas não mais com base no trabalho no interior da unidade produtiva, mas da venda da força de trabalho. Isso revela uma previsão do surgimento de estratégias de reprodução como a pluriatividade e as atividades não-agrícolas, conforme veremos no capítulo 2.

Enfim, a contribuição de Chayanov é válida apenas no momento em que defende a importância da unidade familiar rural como estrutura social, apontando a necessidade de organização dos agricultores e a proteção do Estado como alternativa de aliviar os efeitos nocivos causados aos agricultores familiares pelo avanço capitalista. Porém, sua abordagem, como é colocada, expressa certa fragilidade dessa estrutura social no momento em que é observada a limitação nas relações com o mercado, passando a construir assim uma imagem do agricultor familiar como se este fosse possuidor de uma racionalidade limitada, o que não é. Esta imagem, portanto, se configura na principal ameaça da defesa de Chayanov, quando é constatada a lei geral de Lênin e Kautsky.

Neste sentido, confirmando o ponto de vista dos autores clássicos Lênin e Kautsky, uma vez admitida a existência do mercado de trabalho, característico do sistema capitalista, a unidade de produção familiar deixa de ser exclusivamente a fusão equilibrada entre o empreendimento produtivo e a família consumidora apontada por Chayanov, assumindo outras formas de reprodução (ABRAMOVAY, 1998: 93).

Ainda no terreno deste debate, diversos economistas debruçaram-se sobre o tema propondo modelos baseados em relevantes trabalhos de campo, tentando demonstrar as formas de permanência e reprodução dos agricultores familiares no modo de produção capitalista. Uma apresentação completa de todos eles nos distanciaria do objetivo básico desta parte do presente trabalho, que é a compreensão e a tentativa de uma definição cada vez mais clara e operacional da agricultura familiar no capitalismo.

Em resumo, a preocupação expressa pelas teorias acerca da unidade rural de produção familiar não foi suficiente para explicar as particularidades que esta formação social passaria a incorporar (formação de mercados, cumprimento de papéis no desenvolvimento econômico, etc.) com o avanço do capitalismo no campo, como condição de sua própria reprodução. E é sobre isso que procuraremos tratar a seguir.

## **1.2 Mercado e a Caracterização da Agricultura no Desenvolvimento Econômico**

A utilização do conceito marxista de modo de produção para caracterizar a unidade rural familiar reforça a idéia de que suas características fundamentais são independentes das condições históricas em que se insere, ou seja, mesmo havendo a evolução natural dos modos de produção, essas características se mantêm, mesmo na condição de externalidades. Este conceito é uma certa unidade entre relações sociais de produção e forças produtivas sociais, que geram um tipo de comportamento cujo eixo de determinação é caracteristicamente interno.

A unidade indissolúvel da sua existência, vista fora da lógica capitalista está no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam, ou seja, a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são somente exploradores desumanos. O funcionamento do mercado no ambiente da agricultura familiar, neste caso, supõe laços impessoais entre agentes que acaba gerando o que Marx conceitua de caráter social da produção e distribuição. Porém, é nos mercados em que se insere que se constitui sob a ótica econômica, a sociabilidade rural familiar. É, portanto, na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os itens necessários à sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica "interna". Além de seu caráter familiar, do ponto de vista econômico, esta agricultura (não capitalista) se define pela integração parcial nos mercados. A natureza



dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social e que a lei geral defendida por Lênin e Kautsky tende a alterar ou eliminar. Pode-se definir por sua integração parcial a mercados imperfeitos, a capacidade da agricultura familiar de sobreviver no interior de sociedades capitalistas ser extremamente precária, ou seja, o ambiente se apresenta rigorosamente hostil (ABRAMOVAY, 1998: 104).

Apesar disso, à parte da agricultura familiar “não capitalista” caracteriza-se não só por sua organização social específica, mas pela forma como se insere na sociedade global através de relações econômicas particulares. Neste sentido, a característica básica das sociedades rurais em que predomina essa agricultura é que, entretanto, sua escolha não consiste simplesmente em escolher pela melhor ocasião para vender determinado produto, mas sim no fato de que, caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará comprometido, confirmando assim a integração parcial. Comercializar determinado produto ou reservá-lo ao consumo familiar não significa que o mercado deixe de ser levado em consideração, mas que o agricultor familiar atua segundo uma estratégia na qual o grau de sua integração ao mercado não é dado de antemão e é, neste sentido, parcial (ABRAMOVAY, 1998).

Por outro lado, uma das características centrais dessas sociedades rurais, que neste caso coincidem mais com o Projeto Baixo-Açu do que com Serra do Mel (ver caps. 3 e 4), é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. Nesse ambiente, os comerciantes maiores, com sua rede de prepostos locais, fazem o vínculo entre o agricultor e o mercado mais geral. Isso significa que, muitas vezes, a integração ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. Além disso, deficiências de informação e de infraestrutura são importantes na explicação do fenômeno. Mesmo numa situação de relativa prosperidade, a relação com o mercado acontece de tal forma que os agricultores entregam o produto ao comerciante e somente passam a tomar conhecimento do preço<sup>3</sup> depois que o comerciante retorna dos principais mercados consumidores e em épocas bastante diferentes.

Dada a condição de limitações desse agricultor familiar e sua necessidade do crédito para sobreviver até o momento da colheita, não é difícil perceber que, nestas

---

<sup>3</sup> Essa característica na inserção dos agricultores familiares em mercados imperfeitos proporciona um aprisionamento destes apenas ao limite da produção sem praticarem relações com o mercado, ficando vítimas do intermediário representante do capital comercial usurário que adquire o produto do agricultor quando este possui a maior quantidade possível pelo menor preço, repassando as informações mais atualizadas principalmente quando o agricultor não mais dispõe de produto comercializável.

condições, ele não tem outra chance senão se submeter à ação do intermediário representante do capital comercial usurário. Mesmo alguns poucos que conseguem escapar desta dependência, nela mergulham caso aconteça imprevistos na família como problemas de saúde, por exemplo. Essa situação, segundo nossa pesquisa (caps. 3 e 4), é mais evidente no Projeto Baixo-Açu do que em Serra do Mel.

Por mais que esse seja um caso extremo, o importante é a existência, ao lado de uma agricultura funcionando segundo os mecanismos gerais de mercado, de uma ampla camada de produtores cuja pobreza impede o acesso ao crédito, obriga tomar empréstimos a comerciantes locais e favorece a reprodução – neste caso, num processo de deterioração acelerada – da estrutura econômica típica da sociedade rural de caráter familiar (ABRAMOVAY, 1998: 123).

Abordamos essa problemática apontando a condição de pobreza de parte dos agricultores familiares como forma de demonstrar, a partir de uma visão chayanoviana (que se apresenta incompatível com a lei geral defendida por Lênin e Kautsky), uma das bases em que se apóiam os mercados imperfeitos próprios desta categoria que necessita de ajuda para conseguir sua inserção no mercado num ambiente capitalista.

Há situações, entretanto, em que mesmo no quadro de certa abundância por parte dos agricultores, no qual as necessidades fundamentais das famílias estão preenchidas, o capital comercial também domina a produção e se apropria, via comercialização, da maior parcela da renda gerada. Em geral, as condições de isolamento das comunidades, a dificuldade de comunicação com o ambiente externo, favorecem situações em que operam com grandes vantagens àqueles comerciantes que conseguem formar uma rede de compra e venda que rompa as barreiras que separam a comunidade do mercado geral<sup>4</sup>. Apoderando-se dos caminhos pelos quais passa esta rede, o intermediário exercerá o poder econômico decorrente de sua situação de monopólio.

ABRAMOVAY (1998, p. 129) observa que a incompatibilidade entre o caráter familiar da agricultura e o ambiente capitalista foi posta em evidência principalmente por Marx, onde este procura mostrar que as classes sociais que se apropriam do trabalho e do produto excedente não são especificamente capitalistas e atuam sobre a base de um vínculo entre produtores e o mercado, incompatível com a evolução capitalista.

---

<sup>4</sup> Um caso com características semelhantes e que chama a atenção pela forma como os agricultores familiares diminuíram de forma evidente a dependência do capital comercial usurário, aconteceu em Itararé-SP com produtores de feijão. Mais detalhes ver (GRAZIANO DA SILVA, José. (Coord.). *Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: o caso dos produtores de feijão em São Paulo*. Campinas: UNICAMP, FCH/DEPE, set. 1982).

A ampliação dos horizontes sociais, a instauração do cálculo econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas, não permitem que o caráter localizado da unidade familiar de produção sobreviva, principalmente quando levado em consideração o fator renda da terra, principalmente a diferencial (KAUTSKY, 1980). Para ABRAMOVAY (1998), o que Marx (e depois LÊNIN e KAUTSKY) não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social da estrutura familiar rural não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como regra para o desenvolvimento capitalista na agricultura.

A evolução histórica dos acontecimentos nos países capitalistas mais avançados confirma o paradoxo: a constituição de um setor atomizado em milhões de unidades produtivas, mas que funciona de certa forma como organismo planejado, sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais cada vez mais com base em critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos, encontrando-se aqui não absolutamente a existência da “pequena produção” no interior do capitalismo. Em estudo realizado por ABRAMOVAY (1998), chega-se a conceber a agricultura familiar nos países capitalistas ricos como uma *criatura do Estado e de sua política agrária*.

O Estado, em favor do capital, interfere diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico em que os produtores operam e também na própria evolução das estruturas fundiárias. Segundo este autor, desde o século XIX, a organização dos mercados pelos próprios produtores, juntamente com o Estado, tem sido uma das condições básicas da prosperidade agrícola no capitalismo avançado. E a cooperação entre os agricultores como importante fator durante a modernização agrária, contrabalançando as limitações da estrutura fundiária à mecanização no meio rural.

Nesses países, a intensidade da modernização vem provocando no meio rural transformações no interior de suas unidades produtivas familiares, como o surgimento das ocupações em tempo parcial *part-time farming*, trazendo consigo necessidades da implementação de novas estratégias de reprodução do agricultor familiar. Dessa maneira, a agricultura familiar contemporânea passa a cumprir determinadas funções, seguindo a lei geral defendida por Lênin e Kautsky, e a reprodução da família como objetivo básico das atividades produtivas, tal como concebida por Chayanov, se confirma como unidade que sempre esteve ameaçada pelo desenvolvimento capitalista. A interação entre a produção agropecuária e outras atividades não-agrícolas (entre o rural e o urbano) e a inserção em mercados de produtos e serviços, chegam a ser fenômenos cada vez mais comuns em regiões rurais de vários países, inclusive no

Brasil. A pluriatividade, como veremos no primeiro tópico do capítulo 2 e a evolução do desenvolvimento rural de Serra do Mel, no capítulo 3, confirmam isto.

Para cumprir seu papel, a agricultura familiar, segundo observa GRAZIANO DA SILVA (1999), tem sido certamente o setor econômico que historicamente mais se submeteu a constrangimentos coletivos na organização da produção. E a absorção dos benefícios de mecanismos de comercialização desiguais praticados por monopólios passa a ser possível de maneira permanente onde as relações de mercado encontram-se em estágio precário de desenvolvimento. Isso quer dizer que preços baixos oriundos da agricultura familiar, não se transmitem necessariamente à sociedade.

Buscando contrariar esta situação, a agricultura nos países de capitalismo avançado, com a ajuda do Estado passou a ter um papel importante no desenvolvimento econômico, no que diz respeito ao rebaixamento permanente do custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma transferência intersetorial de renda, na qual se beneficiam não só os setores que lidam diretamente com a comercialização agrícola e a venda de insumos, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução por parte das famílias urbanas (RANGEL, 2000) de parte do orçamento direcionada diretamente à alimentação.

Esta é a base objetiva da capacidade que tem o Estado, em vários países industrializados, de estabelecer mecanismos institucionais como assistência técnica, crédito cooperativo e controle a partir da regulação da oferta e da demanda tomando por referência uma renda onde os agricultores avaliam sua atividade não com base no custo de oportunidade do capital, mas sim do custo de oportunidade do trabalho. As políticas do Estado têm a função básica de permitir uma melhor distribuição dos rendimentos mediante a regulação estatal sobre o nível da oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor.

Nos países capitalistas ocidentais, segundo análise de ABRAMOVAY (1998) vem funcionando o modelo "mill-marshalliano", que faz do mercado o agente de uma transferência intersetorial em detrimento da agricultura. Dessa forma, os agricultores produzem um excedente econômico que é canalizado para atividades de investimento no setor não-agrícola, sem exigir em troca uma transferência de valor produtivo equivalente para o setor agrícola. Neste sentido, o que caracteriza então a agricultura nos países de capitalismo avançado é uma forma dinâmica de tributação intersetorial, inteligentemente aplicada pela "mão invisível". Em muitos casos ocorre situação de inversão onde os preços em nível de consumidor se elevam e os preços em nível de

produtor declinam. É nesse momento que o Estado realiza intervenções para equilibrar economicamente a situação dos agricultores.

A partir da grande crise de 1929, e intensificando com a criação da Comunidade Econômica Européia, o Estado capitalista aperfeiçoou o aparato intervencionista sem o qual a estrutura agrícola concorrencial levaria o setor fatalmente à bancarrota e impediria que, de maneira minimamente estável, ele cumprisse as funções estratégicas que desempenhou desde então. Mais do que proteger os agricultores, o sentido da intervenção estatal tem sido de permitir a estabilização da oferta e dos preços agrícolas.

É exatamente por sua característica social específica e por sua natureza familiar, que a agricultura é obrigada a tolerar o mecanismo de transferência de renda com o qual a sociedade se beneficia de sua atividade. Ao mesmo tempo, para o bem do capital, o estado preserva esta estrutura familiar competitiva. Outra característica da agricultura, como citada por RANGEL (2000), é o de servir de instrumento econômico. Para este autor, é através da redução dos custos de reprodução da força de trabalho que os orçamentos domésticos dos assalariados passariam a se consagrar crescentemente a bens não alimentares, principalmente os de consumo duráveis, contribuindo decisivamente para o crescimento da indústria<sup>5</sup>. Neste sentido, no capitalismo avançado, não cabe à agricultura transformar-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade<sup>6</sup>, mas, sobretudo, auxiliar no processo geral de moldagem de um novo modelo de consumo e, por aí, de acumulação<sup>7</sup>. Paramos por aqui com esta discussão, pois merece um certo aprofundamento e não é o interesse principal do momento.

Além das funções social e econômica, outra importante característica particular da agricultura no capitalismo contemporâneo como setor produtivo, quando analisada a partir do seu papel no processo de desenvolvimento econômico, é a especificidade que somente é explicável valendo-se da condição natural a qual se assenta. Por maior que seja o progresso tecnológico e apesar das inovações trazidas, sobretudo depois da II

---

<sup>5</sup> Não é naqueles bens com os quais os assalariados gastam o essencial de suas rendas que se concentram os setores mais dinâmicos do sistema e que promovem o desenvolvimento econômico. De fato, o rebaixamento em longo prazo do valor da força de trabalho foi a condição necessária para a formação desta nova norma social de consumo. E neste sentido, o caráter familiar da produção abriu o caminho para que os alimentos pesassem cada vez menos nos orçamentos dos assalariados urbanos.

<sup>6</sup> Tese defendida no Brasil nos anos 50 pelo economista Ignácio Rangel, quando da necessidade de promover a reforma agrária. Ver (RANGEL, Ignácio. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 275p. p.42).

<sup>7</sup> Com efeito, o que caracteriza o momento anterior à II Guerra Mundial é o caráter extensivo do regime de acumulação vigente e a tendência daí decorrente de que o departamento de bens de capital (D1) cresça muito mais rapidamente que o setor responsável pela oferta de bens de consumo (D2), características do desenvolvimento econômico dos países.

Guerra Mundial, no plano genético, químico, mecânico, etc., o fato é que a agricultura conserva-se, enquanto atividade, dependente de elementos biológicos sobre cujo ritmo e seqüência o controle humano é limitado (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A partir de um estudo inspirado na teoria marxista acerca dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista, MANN & DICKINSON (1999) procuram construir um conceito de valor mediante a diferenciação entre tempo de produção e tempo de trabalho. Para estes autores, de acordo com a teoria do valor-trabalho, o tempo de produção é o que ainda se apresenta como uma das limitações históricas para a agricultura, quanto às suas condições de geração de riqueza e o seu papel no processo de desenvolvimento econômico. Em um sistema capitalista, confirmam MANN & DICKINSON (1999; p.17).

*[...] quanto mais coincidirem o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e auto-expansão do capital num dado espaço de tempo. Em consequência, a produção capitalista esforça-se para reduzir não somente o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, mas também o 'excesso' de tempo de produção sobre o tempo de trabalho.*

Neste mesmo sentido, para GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 42), a capitalização da agricultura avança mais rapidamente nas esferas onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso. Inversamente, as esferas da produção onde fatores naturais operam efetivamente no sentido de impedir qualquer redução significativa do tempo de produção, caracterizadas por uma relativamente rígida não-identidade entre tempo de produção e tempo de trabalho, tendem a não ser atrativas ao grande capital, e assim destinadas ao segmento da agricultura familiar.

Submetida a forças naturais e ao fato de lidar com elementos vivos, a agricultura, diferentemente da indústria, enfrenta obstáculos no processo de divisão do trabalho. Contribuindo ainda com o debate, GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 25) aponta que é impossível realizar na agricultura diversas tarefas ao mesmo tempo e no mesmo espaço como, por exemplo, plantar, capinar, colher, etc, pois como os processos de produção biológicos são sempre contínuos, não permitem que as partes se tornem independentes do todo. As inovações biológicas e as agrônômicas constituem, portanto, a base do processo que leva o capital a superar as barreiras naturais que encontra para o seu desenvolvimento na agricultura. Mas, para GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 47) é o caso de se perguntar por que, então, na tentativa do desenvolvimento capitalista tornar a

divisão do trabalho na agricultura próxima à indústria, esse caminho é percorrido de uma maneira lenta e desigual? Ou por que o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura se encontra atrasado em relação à indústria?

O uso generalizado das modernas biotecnologias seria, portanto, um caminho pelo qual a agricultura poderia se aproximar o máximo da lógica industrial. Neste caso sim, fica claro que o termo agricultura seria puramente sugestivo, ou seja, desapareceria a base fundiária, o ambiente rural e a dependência de circunstâncias naturais sobre as quais o homem não tem controle direto, na obtenção de animais e plantas.

Em resumo, a característica central da agricultura praticada nos países de capitalismo avançado no que diz respeito à formação e comportamento dos mercados é exatamente a necessidade e capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento. Quanto as suas limitações e particularidades, o que é particular à agricultura não é a superioridade da produção familiar, mas, diferentemente dos outros setores da economia, a inexistência clara de vantagens decorrentes do tamanho das unidades familiares de produção repousando sobre o uso de assalariados. Isso não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas dos limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, conseqüentemente, ao processo de desenvolvimento econômico e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura.

Especificando o caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista na agricultura se deu a partir do esquema da oposição inconciliável entre formas atrasadas e um inocente capitalismo, incapaz, mas necessitado de eliminá-las (GORENDER: 1979; p. 48).

Pois, dominando o capitalismo já na formação social a própria força espontânea da acumulação do capital, conforme GORENDER (1979), esta é ainda mais acelerada quando impulsionada pelo Estado.

O ponto de partida do avanço do capitalismo na agricultura no Brasil, como observa GRAZIANO DA SILVA (1999), é o período pós II Guerra Mundial, ainda no início dos anos 1950. Para este autor,

*[...] postulava-se, nessa época que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de "financiar" o esforço de substituição de importações, promover matérias primas para a indústria que nascia e alimentar a população urbana crescente com a urbanização (GRAZIANO DA SILVA: 1999; p. 87).*

Centrava-se, então, a atenção nas causas da insuficiência da oferta interna de alimentos, seus efeitos sobre os saldos cambiais e sobre os custos da produção industrial, como forma de garantir a expansão da indústria. Aumentar-se-ia, assim, a produção agrícola (alimentos e matérias-primas) e, por adquirir renda com a venda da produção, o poder aquisitivo dos agricultores garantiria a criação de um mercado interno para bens de consumo manufaturados como roupas, eletrodomésticos, etc.

O período após o ano de 1965 representa o marco da intensificação da modernização da agricultura brasileira iniciado nos anos 50 redefinindo o seu papel, antes como setor necessário na realização de transferência de excedente econômico para financiar a industrialização e, agora, em um segundo momento, com a função de manter a estabilidade econômica do país. Dessa forma, segundo DELGADO (1985, p. 63), um novo modelo de integração faz emergir uma nova configuração a partir da formação do Complexo Agroindustrial (CAI)<sup>8</sup>.

A definição de industrialização da agricultura brasileira a partir do CAI, conforme constata GRAZIANO DA SILVA (1996, p.77), possui semelhança ao pressuposto clássico de KAUTSKY (1980), onde este autor aponta a subordinação da agricultura à indústria e a separação entre elas. Alguns autores brasileiros buscaram com essa mesma idéia de industrialização da agricultura expressar a nova forma de produzir do setor agropecuário, semelhante ao conceito de indústria não no que diz respeito apenas a um corte setorial, mas a uma forma capitalista que se seguiu historicamente ao artesanato e à manufatura, como previsto por LÊNIN (1985).

Seguindo os pressupostos de LÊNIN (1985, p. 13), a ampliação do mercado interno apóia-se no processo em que há uma separação da agricultura, um após outro, diferentes tipos de transformação de matérias-primas e formam-se ramos industriais com existência própria. Dessa forma, a própria agricultura se transforma e no seu interior se opera igual processo de especialização.

Conforme aponta GRAZIANO DA SILVA (1996, p. 86), é com base nesta lógica que acontece no caso brasileiro, em um primeiro momento, a passagem do complexo rural aos CAIs, ou seja, a partir da dispersão do primeiro em função da gradativa urbanização e industrialização gerada por força da constituição de novos ramos de produção. E, num segundo momento, ocorre a internalização da indústria para a agricultura (D<sub>1</sub>) que

---

<sup>8</sup> Esta mesma configuração de industrialização da agricultura também foi levada em consideração pelo Estado, como vemos no capítulo 4, na concepção e implementação do Projeto Baixo-Açu no Rio Grande do Norte, a partir do início dos anos 1980.



completa o parque industrial brasileiro, principalmente nos anos 1970, gerando como consequência uma convergência de atividades por força da especialização em novos ramos<sup>9</sup> que foram se constituindo dentro e fora da agropecuária.

Nesse momento se completa o *tripé* composto a partir da integração *indústria – produção agropecuária – agroindústria*, em torno de uma cadeia produtiva com separação entre a agricultura e a indústria e com vínculos específicos entre si. Com isso, garante-se uma dinâmica particular determinada endogenamente nos diversos complexos, que contam no seu interior com o que ORTEGA (1996) classifica de representação de interesses<sup>10</sup>, responsáveis pela formulação das demandas específicas e pressão junto ao Estado.

O caráter histórico empreendido por GRAZIANO DA SILVA (1996) permite tratar os complexos agroindustriais, de um lado como o resultado de um processo de transformação em curso e, de outro, impõe que a sua delimitação seja multideterminada tornando flexível a inclusão ou exclusão de seus componentes em função da ênfase que se queira imprimir à análise.

Outros autores buscam designar o relacionamento da agropecuária moderna com outros setores da economia. MÜLLER (1989) e DELGADO (1985), por exemplo, vêem na modernização da agricultura o elemento impulsionador do seu desenvolvimento capitalista. Para eles o que caracteriza a constituição do CAI é a fusão intersetorial de capitais e não a integração de atividades agrárias numa determinada cadeia produtiva.

Neste contexto, segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), é consenso entre os autores quando vêem o Estado como o planejador que concede privilégios a alguns setores em termos de crédito, financiamento, preços, etc., de modo a possibilitar a cada agente econômico da cadeia a obtenção de uma taxa média de lucro. O Estado se coloca acima dos interesses dos capitais individuais planejando o CAI, expressando assim sua importância quando assume o papel de regulador dos preços, dos insumos, das margens de comercialização e das diferentes taxas de financiamento.

O Estado passa a estimular a maior parcela dos investimentos para produtos de maior valor agregado, os “agroindustrializáveis”, para servir de matéria-prima à

---

<sup>9</sup> Essa visão da constituição de vários complexos agroindustriais enfatiza, segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), a inter-relação entre os ramos de demanda final e aqueles setores produtores de insumos e meios de produção específicos para um determinado produto de origem agropecuária.

<sup>10</sup> Para uma leitura mais detalhada acerca deste assunto consultar: [ORTEGA, Antônio César. *Acción colectiva y articulación de intereses en los complejos agroindustriales brasileños: organizaciones especializadas por producto e interprofesiones*. Córdoba (Espanha): Universidade de Córdoba, 1996. (tese de doutorado)]

agroindústria e à exportação. Dessa forma, a maior parte das atividades são transferidas do meio rural e, em larga medida, urbanizadas e industrializadas. Com isso, a agregação de valor ocorre a partir dos setores à montante (indústria de insumos, implementos, etc.) e à jusante (agroindústrias), limitando na fase da produção a menor apropriação de valor da atividade. A concepção de integração no CAI brasileiro demonstra, de certa forma, que a preocupação maior do Estado é incentivar a produção agropecuária para a agroindústria e estimular, com isso, o surgimento de outras atividades, sem destinar a preocupação devida no que diz respeito à remuneração na fase da produção.

Esse modelo "modernizante" passa a privilegiar capitalistas – empresas e grandes cooperativas – e unidades familiares altamente tecnificadas e integradas ao CAI. Entretanto, a desorganização da oferta e demanda, neste contexto, define uma imperfeição no comportamento do mercado interno, consumidor de produtos agrícolas. A agricultura familiar, a parcela "não capitalista", não se inseria às cadeias agroindustriais, ficando fora das políticas agrárias do Estado. Esta parte da agricultura era vista pela "desprezível" contribuição em termos econômicos, não sendo suficientemente atrativa à ação institucional do Estado como regulação de mercado, pesquisa, difusão de tecnologia, crédito, etc. Não correspondia, assim, com a preocupação mais imediata da época: o processo de desenvolvimento econômico.

Entre os anos 1960 e 1970 e, mais acentuadamente nos anos 1980, a caracterização da agricultura no processo de desenvolvimento econômico se deu a partir da modernização "conservadora", o que revelou também no Projeto Baixo-Açu nos anos 1980 (ver capítulo 4), duas faces distintas: 1) de um lado a criação de um amplo mercado interno para a indústria, aumento da produção e produtividade, diferenciação do campesinato com a tecnificação e integração de parte deste ao CAI e a territorialização do capital; e 2) do outro, a proletarização de grande parte dos camponeses, concentração fundiária, êxodo rural, superexploração da força de trabalho e concentração da renda (GRAZIANO DA SILVA; 1999, p.134).

Diante das transformações históricas na agricultura dos países de capitalismo avançado e as características de reprodução das formas capitalistas na agricultura brasileira, busca-se compreender, especialmente em relação a esta última, o distanciamento ocorrido de forma evidente entre agricultores capitalistas e os familiares, a partir das políticas públicas destinadas à agricultura brasileira e implementadas de forma desigual. Nesse sentido, devemos verificar como vem se mantendo e se reproduzindo a agricultura brasileira e, em particular a agricultura familiar, num cenário

novo de mudanças intensas submetida aos impactos da implantação do neoliberalismo na década de 1990. E é sobre este assunto que trataremos o tópico seguinte.

### **1.3. Uma Análise Econômica da Agricultura Familiar Brasileira nos Anos 1990**

O principal objetivo deste item é, de forma resumida e tomando por base estudos realizados pelo Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais (DESER) e pelos autores GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, dar ênfase ao contexto em nível nacional em que se encontrava a agricultura brasileira na década de 1990, com vistas a referenciar numa melhor compreensão do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Baixo-Açu.

A direção dada pelos estudos citados se refere à ampliação, ao longo da década, da distância entre os agricultores capitalistas e a agricultura familiar marginalizada, demonstrando que o fosso entre estas categorias é cada vez maior; e que, no meio delas, um contingente de pequenas e médias unidades de produção, que vinham se fortalecendo nas décadas anteriores, perdem espaço, especialmente após a implementação do neoliberalismo e, mais ainda, a partir da execução do Plano Real.

Para GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (2001) ocorreu com a adoção de uma orientação neoliberal para as políticas agrícolas, um processo intenso de diferenciação dos agricultores nos anos 1990, surgindo a partir da diminuição da rentabilidade da atividade rural, em especial a desenvolvida por parte dos agricultores familiares, que passaram a depender cada vez mais de rendas não agrícolas e de transferências, principalmente dos pagamentos de seguridade. Essa queda da rentabilidade se deve, na opinião dos autores, a três pontos fundamentais: a queda dos preços dos produtos agropecuários e a desestruturação dos mecanismos de regulação; a elevação dos custos do trabalho e do crédito rural com a elevação das taxas de juros; e a redução do ritmo de inovação tecnológica na agropecuária.

É no início da década de 1990 que o Brasil passa por uma transição de uma economia ainda caracterizada pela intervenção protecionista para uma economia aberta nos aspectos, comercial, tecnológico, financeiro e de investimentos. A política de sobrevalorização do real até 1998 e de juros elevados em relação ao mercado internacional, assim como as diferentes ênfases da política agrícola (crédito, preços mínimos e estoques reguladores), prejudicaram a rentabilidade do setor como um todo e, em particular, à rentabilidade da agricultura familiar, principalmente através da queda dos preços de seus produtos. Esta política, de certa forma favorecida pela paridade

cambial entre o real e o dólar, também reduziu o custo dos insumos importados, permitindo que um grupo limitado de agricultores tivesse, por um momento, acesso a um incremento tecnológico, a novas fontes de crédito rural, o que permitiu um adicionamento tecnológico apesar da queda de renda do setor produtivo.

Neste período, as importações de produtos agrícolas passaram de uma média de US\$ 1,7 bilhão no período 1987/89, para US\$ 6,9 bilhões no período 1995/97. A desvalorização cambial, a partir de janeiro de 1999 começou a reverter este processo. No ano de 2000, o volume das importações de produtos de origem agropecuária foi de 4,6 bilhões (DESER, 2001).

Outro efeito da política econômica ao longo da década foi à internacionalização do Complexo Agroindustrial (CAI). Conforme observam GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (2001), os preços de *commodities* agrícolas estão em queda há 30 anos. O resultado foi uma internalização dos baixos preços vigentes nos mercados internacionais, os quais refletem fundamentalmente as políticas agrícolas protecionistas dos países desenvolvidos e especialmente os subsídios às exportações de produtos agrícolas praticadas pelos EUA, Canadá e CCE. Acrescente-se a isso o desmonte do aparato institucional do Estado, que se refletiu na ineficácia operacional dos principais instrumentos de política agrícola ainda vigentes no final dos anos 80, como a política de preços mínimos e dos mecanismos de regulação estatal de nossos principais complexos agroindustriais, como o do açúcar e álcool, do trigo e soja, do café, etc.

Além disso, segundo informações do DESER (2001), estudo realizado pelo BNDES revela que o setor de alimentos no Brasil sofreu um intenso processo de fusões e aquisições. O setor do leite pode ser um bom exemplo. Atualmente os 10 maiores laticínios são responsáveis por 53% do leite entregue no mercado formal, dos quais 60% são de empresas estrangeiras. No final da década de 1980, este setor era amplamente dominado por cooperativas nacionais. Outro processo que afetou a cadeia de produção foi a concentração da comercialização agrícola por parte do mercado varejista em grandes redes, em sua maioria de capital internacional. Estas grandes redes impõem contratos diretos com grandes indústrias, cooperativas, atacadistas e grandes produtores e negociam prazos longos de pagamento, com perdas para quem produz. No setor de insumos cresce de forma gradual a transnacionalização das empresas e a concentração destas em grandes grupos que passam a dominar setores como o de sementes, adubos, agrotóxicos, etc. Empresas como a Monsanto e a Dupont são exemplos da concentração do setor de sementes transgênicas.

Dessa forma, as margens de agregação de valor e, conseqüentemente, a maior apropriação da renda da atividade rural têm acontecido à jusante e à montante da agricultura, o que tem afetado de forma evidente a renda na fase da produção. O leite é um bom exemplo da redução da margem do produtor em relação ao preço do consumidor. No final dos anos 80, segundo o DESER (2001), com a regulação governamental, o produtor de leite detinha 60% do preço ao varejo, as indústrias 31% e o varejo 9%. No ano 2000 a margem do produtor reduziu para menos de 30%. A ausência de uma política agrícola (pesquisa, extensão rural, crédito de investimento, preços mínimos, comercialização, etc.) tem agravado mais ainda este quadro.

Para o DESER (2001), em relação à tecnologia, a década de 1990 é marcada por dois momentos: até 1998, onde a valorização do real em relação ao dólar favoreceu as importações de máquinas, implementos e insumos para agricultores familiares capitalizados e de produtores de culturas de escala; e após 1998, onde a desvalorização da moeda encareceu os insumos que, em sua maioria dependiam de importações. A parte de agricultores familiares que combina mercado interno e externo e que conseguiu se tecnificar neste período, se beneficiou mais que a parcela marginalizada, além de se apropriar de maiores montantes de recursos oriundos das principais fontes de crédito, entre eles o PRONAF.

De acordo com GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (2001), o arrefecimento do ritmo de inovação tecnológica no meio rural neste período resultou na queda da rentabilidade da produção agrícola pós 1998, quando cai a capacidade de importação. Alguns segmentos defendem que houve um certo esgotamento do padrão de modernização da agricultura, baseado no cultivo intensivo apoiado na mecanização e uso de insumos químicos. Mas, a maioria concorda que a diminuição dos recursos públicos para a pesquisa agropecuária e a deficiência de operação por parte da estrutura institucional do Estado foi fundamental para a redução do ritmo de inovação, especialmente para parte dos agricultores familiares que não conseguiram ter acesso a novas tecnologias por mecanismos privados.

Desde os anos 1980, conforme aponta GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (2001), a expansão da produção agropecuária deixou de se basear no aumento da área cultivada e passou a realizar ganhos expressivos de produtividade que se fizeram acompanhar inclusive por maiores rendimentos físicos por unidade de área. A explicação para esses ganhos de produtividade está de um lado na maturação dos investimentos em pesquisa realizados pelo "Sistema EMBRAPA" nos anos 70,

especialmente das novas variedades e sistemas de produção que permitiram a incorporação de vastas áreas muito bem localizadas e antes consideradas inaproveitáveis dos cerrados. De outro, no complemento da mecanização na fase de colheita de culturas como a cana-de-açúcar e o café, que estão entre os principais demandadores de força de trabalho agrícola do país. Este processo foi acelerado pela importação de máquinas e equipamentos agrícolas beneficiado pela defasagem cambial vigente especialmente durante a primeira fase do Plano Real, antes de 1998.

Conforme demonstração de GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (2001), parte da elevação dos custos de produção foi provocada pela recuperação do valor real do salário mínimo promovido a partir do período de 1992 a 1994, que se refletiu no sistema de produção não apenas dos grandes empregadores, mas também daqueles agricultores familiares consolidados possuidores de poucos trabalhadores permanentes, mas muitos temporários. Outro ponto que contribuiu para o aumento dos custos de produção para agricultores capitalistas e familiares foi à elevação das taxas de juros vigentes para o crédito em geral e, de forma específica, para o crédito rural de curto prazo, o custeio, o qual já não embutia mais qualquer subsídio na medida em que se tornou pós-fixado com correção monetária integral desde meados dos anos 1980. Ressalte-se que o aumento dos custos de produção só não foi maior pela defasagem cambial vigente até a desvalorização do real no início de 1999, que barateava os insumos químicos, grande parte dos quais passou a ser novamente importada com a abertura da economia em 1990. Mas, essa defasagem cambial, por outro lado, contribuía para derrubar os preços internos na medida em que dificultava as exportações de *commodities* e incentivava as importações de produtos agrícolas dos países desenvolvidos. Em resumo, os anos 1990, do ponto de vista da lucratividade do "negócio agropecuário", foi bem menos favorável aos setores capitalistas nacionais que a década anterior.

Embora os agricultores familiares participem da produção de culturas de mercado interno e de exportação, como é o caso de Serra do Mel, por exemplo, sua renda depende principalmente das culturas de mercado interno. O contrário se verifica com a agricultura empresarial, pois nesta conjuntura a desvalorização do dólar a beneficia mais. O aumento do custo de produção não repassado ao mercado interno afeta mais os agricultores familiares. Os produtores com culturas de exportação ou de mercado interno, mas cujos preços são balizados pela paridade de importação como o trigo e algodão, beneficiaram-se da desvalorização cambial, puderam absorver estes aumentos do custo de produção. Os produtores de culturas de mercado interno

(agricultores familiares menos capitalizados) continuam com queda na renda, pois não conseguem repassar aumentos de custo de produção em função do poder das agroindústrias e das redes de mercado varejista e da própria queda de poder aquisitivo dos trabalhadores, em sua maioria urbanos.

Em relação à política agrícola brasileira, os principais instrumentos de regulação foram se desestruturando ao longo da década. De acordo com estudos realizados pelo DESER (2001), as políticas agrícolas (abastecimento, preços mínimos e crédito agrícola) também ficaram atreladas às medidas de ajuste estrutural. Esses mecanismos têm sido desprezados, a partir da adoção de políticas de ajuste neoliberais por parte do governo, e o crédito agrícola é um bom exemplo disso. Conforme dados da TABELA 01, tanto os recursos destinados a grandes produtores como a agricultores familiares, para estes últimos o PRONAF, foram se reduzindo ao longo da década.

TABELA 01: Crédito agrícola concedido na década 1990 (valores constantes em 1000 reais\*\*)

FONTES/ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Novas Fontes	8.273.069,82	7.035.153,65	10.200.408,39	5.204.098,56	6.397.599,87	6.162.232,46	7.459.257,58	7.334.901,46	6.813.302,73
Poupança Rural	7.309.217,03	6.028.161,07	7.841.283,10	3.690.922,55	813.102,77	1.087.452,78	1.833.087,87	2.520.953,33	2.251.243,15
Fundos Const.	497.990,61	758.693,04	1.123.392,99	920.174,59	1.331.344,10	724.968,52	987.047,31	1.005.699,47	917.115,07
Rec. Estaduais	16.064,21	13.794,41	67403579,70	40.896,64	26.805,58	25.891,73	28.201,35	13.409,32	18.812,61
FAT/PRONAF	0,00	0,00	0,00	0,00	1.965.742,97	2.382.039,44	2.242.007,47	2.172.310,85	1.991.001,95
FAE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.241.992,15	867.373,05	155.107,43	0,00	0,00
Outras Fontes	449.797,97	234.505,12	1.168.328,71	552.104,75	1.018.612,27	983.885,85	2.213.806,12	1.622.528,47	1.636.697,66
<b>Total</b>	<b>16.546.139,65</b>	<b>14.070.307,31</b>	<b>20.400.816,79</b>	<b>10.408.197,12</b>	<b>12.795.199,74</b>	<b>12.233.843,87</b>	<b>14.918.515,17</b>	<b>14.669.802,93</b>	<b>13.628.173,19</b>

Fontes: Massuquetti (1999) para os anos de 1992 a 1995.  
Anuários Estatísticos do Crédito Rural para os anos de 1996 a 2000.  
\*\*Deflacionado para os valores de 2000 pelo IGP-DI médio anual

Entre as principais características da política econômica adotada estariam instrumentos inibidores do investimento como juros elevados, câmbio sobrevalorizado e tarifas de importação baixas. Os produtos da agricultura familiar, por sua vez, foram muito prejudicados pela combinação de políticas de importação que desconsideraram o poder de regulação e o protecionismo na agricultura dos países ricos. Além disso, os efeitos da substituição em nível de consumidor geraram um declínio do preço relativo do trigo, por exemplo, trazendo prejuízos a vários produtos da agricultura familiar como feijão, mandioca e batata. Dessa forma, houve uma acentuada redução na renda dos produtores, e bem mais acentuada para a agricultura familiar, em torno de - 4,74% ao ano (DESER, 2001).

Entretanto, para o DESER (2001), apesar do declínio nos preços, a produção total da agricultura familiar na década de 1990 cresceu bem mais que a empresarial<sup>11</sup> (3% ao ano contra 2,6%). Houve, todavia, uma redução da área cultivada pela agricultura familiar em 2% ao ano e, segundo dados do censo agropecuário, nesses dez anos ocorreu uma diminuição de 906 mil no número total de propriedades familiares.

Finalmente, conforme apontamentos do DESER (2001), cabe mencionar e destacar um lado de bom desempenho da agricultura familiar em termos dos rendimentos físicos obtidos. A taxa de crescimento do índice agregado da produtividade da terra foi de 5,8% ao ano (sem os produtos animais), comparativamente à taxa de 3,3% ao ano da agricultura empresarial. Isso ajuda a explicar o bom desempenho da produção familiar brasileira, pois significou menores custos de produção. Esse evento, em parte favorecido pela abertura comercial (via menores preços de insumos), atenuou os efeitos desfavoráveis da política econômica dos anos 1990.

No período entre 1990 e 2000, as políticas macroeconômicas têm afetado o meio rural brasileiro penalizando mais a parcela menos capitalizada da agricultura que opera sistemas de produção voltados para o mercado interno. O estudo realizado pelo DESER (2001) aponta diferentes tipologias de agricultores familiares, tipo A, B, C e D, e uma concentração grande de pobres no campo, principalmente as três últimas categorias. O estudo aponta ainda que este segmento não tem sido atingido pelas principais políticas agrícolas de responsabilidade do Estado e é o mais impactado pela atual conjuntura. Apesar desta conjuntura, uma parte da agricultura familiar (o tipo A) se tecnificou e vem conseguindo aumentar a produtividade e a produção dos principais produtos que compõem seu sistema de produção. Como o acesso a crédito, tecnologia, e mercado tem se dado de forma diferenciada, cada vez mais um número menor de agricultores familiares e patronais respondem por uma parcela maior da agricultura.

É no contexto demonstrado acima que, enfrentando dificuldades, Serra do Mel e o Projeto Baixo-Açu se encontravam inseridos e construindo formas singulares e diferentes de agricultura familiar, a partir do recebimento de impactos da política econômica nacional e internacional que se adicionavam aos problemas estruturais internos. Com base na demonstração do período entre 1990 e 2000, onde se percebe uma incompatibilidade entre o modelo econômico vigente e o setor agrícola, torna-se

---

<sup>11</sup> Isto também se afirma quando analisamos a evolução do desenvolvimento rural do Projeto Baixo-Açu na década de 1990 (ver capítulo 4), onde comparamos a atuação de produção dos setores de agricultores familiares descapitalizados e dos lotes empresariais.



atualmente evidente a importância de analisar o meio rural não pela via exclusiva da eficiência e da racionalidade, mas em função de sua multifuncionalidade e de formas de reprodução da agricultura familiar como a pluriatividade. E é neste sentido que vem surgindo, no Brasil, um debate que exalta a preocupação em entender melhor a atual realidade das populações rurais, com vistas a elaborar estratégias de desenvolvimento. É disso que trataremos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 2

### AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

A partir da perspectiva da agricultura familiar, o presente capítulo visa a realizar uma revisão bibliográfica a ser utilizada em continuidade com o capítulo anterior, tendo em vista a necessidade de ligação com análise do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu, o que se faz necessário apreender a evolução das transformações capitalistas e as formas de produção e reprodução desta agricultura familiar. Dar-se-á, entretanto, ênfase às principais contribuições ao debate atual sobre desenvolvimento rural que surgem a partir da perspectiva de uma nova territorialidade, onde esta passa a ser estimulada por uma tendência à transformações econômicas e sociais e que busca promover, sobretudo, a sustentabilidade e a integração entre os ambientes rural e urbano, e das atividades rurais sem a separação entre agricultura e indústria, evidenciando a importância da ação local. E, neste caso, enfatiza-se a prática da comercialização exercida pelos próprios produtores, através de suas organizações, prática esta que passa a ser vista como um dos instrumentos específicos inseridos neste contexto, capaz de possibilitar importante contribuição ao desenvolvimento rural.

No primeiro item busca-se definir a pluriatividade, pois se trata de um dos elementos considerados importantes para compreender as características principais das unidades familiares de produção, além de dar ênfase à multifuncionalidade da agricultura familiar neste contexto. No segundo item se ensaia a formação de uma corrente entre as principais contribuições ao debate atual sobre a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento rural para o campo brasileiro. E, à luz de tais considerações conceituais, na última seção do presente capítulo sugere-se que o diálogo proposto deve, em função da expectativa da agricultura familiar, utilizar a prática da comercialização agrícola a partir de uma reflexão à teoria.

## 2.1 O Conceito de Pluriatividade e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar.

No capitalismo, quando uma forma de produção predominante perde sua hegemonia, a que a substitui firma-se como o novo paradigma passando a gerar transformações e a alterar toda uma estrutura a seu modo. Na Itália, quando seu modelo industrial baseado na grande empresa e financiado pelo Estado entrou em crise na segunda metade do século XX, despontou um novo processo, a *industrialização difusa*<sup>1</sup>, estruturando-se em regiões periféricas e consolidando-se como sistema flexível baseado em pequenas e médias empresas bastante ativas nos mercados estrangeiros, crescendo paulatinamente, por intermédio do reinvestimento dos recursos acumulados localmente. Constatou-se com isso que esses processos ocorrem onde a economia regional é estruturalmente ligada à agricultura de pequenas propriedades (BAGNASCO, 1999, p. 35).

Esse tipo de desenvolvimento aparece em zonas preponderantemente agrícolas e que tem uma população relativamente jovem. Trata-se, ainda, de espaços que têm uma forte tradição artesanal e que souberam fazer evoluir, endogenamente, uma indústria dinâmica. Estudando o caso da industrialização a partir do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, SCHNEIDER (1999) observa que também no Brasil o modelo de *industrialização difusa* baseia-se no caráter horizontal de sua distribuição no espaço e território, em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre o rural e o urbano, a economia e a sociedade. E, com base nesta observação pretendemos demonstrar, no capítulo 3, parte das características da evolução do desenvolvimento rural de Serra do Mel.

Os sistemas produtivos locais operam com base em relações de trabalho e produção peculiares que estão diretamente relacionados com o ambiente social e com a estrutura econômica, permitindo assim, uma articulação da produção industrial com o modo de vida local. A conjugação dessas atividades em um determinado espaço pode ser escrita como uma formação social organizada sobre uma base territorial de formação regional. A articulação desse tecido produtivo industrial com um ambiente sócio-econômico de características próprias leva à utilização do conceito de território como a

---

<sup>1</sup> Quase desconhecida no Brasil, essa noção tem sido utilizada por diversos estudiosos para entender os processos de industrialização regionais da Europa Mediterrânea, especialmente em países como Itália, Portugal e Espanha. No caso italiano, setores tradicionais como vestuário, calçados, cerâmica e móveis são comuns a produção em diversos distritos industriais da região que consta a Emilia-Romagna, Toscana, Veneto, etc., mais conhecida como a Terceira Itália.

unidade básica que caracteriza a forma de utilização social e econômica de um determinado espaço.

A crise do padrão *fordista*<sup>2</sup> de acumulação e as mutações em curso nas economias industrializadas, conforme observa SCHNEIDER (1999), permitiram o aparecimento de novas localizações industriais e de novas estruturas produtivas, de preferência ancoradas em um território. Para BAGNASCO (1999), a descentralização industrial, a flexibilização produtiva e a informalização das relações de trabalho estão entre as principais características do que vários autores têm denominado de *novo modelo de desenvolvimento* que substituirá o *fordismo*. Outra característica desse modelo é a inexistência de corte entre campo e cidade como espaços de vida e produção, que para GRAZIANO DA SILVA (1997) representa um *continuum*, no qual transcorrem relações de trabalho e de sociabilidade, ao mesmo tempo.

Segundo SCHNEIDER (1999), encontra-se em curso nos países de capitalismo avançado uma transição entre modos de regulação da economia que produzem transformações no modo de integração dos países e das regiões periféricas e semiperiféricas. A característica mais importante dessa transformação é que, em vez de desprezar ou pretender destruir as especificidades locais de cada país ou de cada região, as submete, alimenta-se delas e tende, por isso, a vinculá-las<sup>3</sup>.

A intensificação tecnológica inaugura um novo padrão de produção e as fábricas passam a flexibilizar os processos produtivos e a descentralizar suas unidades produtivas para zonas periurbanas<sup>4</sup>, fazendo surgir um tipo novo: o agricultor-operário.

As empresas trazem cotidianamente os trabalhadores para as unidades de produção e, após a jornada de trabalho, lhes proporcionam transporte para o seu local de moradia. Dessa forma, promove-se o assalariamento de populações que, de um lado, tornam-se operários de uma indústria e, de outro, permanecem agricultores – residindo na área rural, cultivando a terra e fazendo daquele espaço seu ambiente de produção e reprodução. Para CARNEIRO (1996), o ambiente social e econômico das regiões possuidoras dessas características, que antes eram identificadas pelo modo de vida rural,

<sup>2</sup> Para uma leitura mais aprofundada, ver (CLARKE, Simon. *Crise do fordismo ou crise da democracia?* Revista Lua Nova, n. 24, setembro de 1991).

<sup>3</sup> As políticas recomendadas pelas instituições internacionais multilaterais como o Banco Mundial, FMI, etc., são possuidoras destas características. O debate acerca do *desenvolvimento local* representa bem isso.

<sup>4</sup> Em contraste com a separação clássica entre a cidade e o campo, a área periurbana apresenta-se como um espaço em transição, muitas vezes extenso, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos. São regiões, muitas vezes rurais, correspondentes ao entorno dos principais centros urbanos, onde ocorre a descentralização e o fenômeno da *indústria difusa*.

é transformado pelas formas capitalistas de produção, fazendo aflorar a multifuncionalidade da agricultura.

Esta multifuncionalidade, para a autora, é identificada a partir do momento em que a agricultura e o meio rural passam a desempenhar determinados papéis: *social*, quando oferece moradia e promove a integração comunitária; *ambiental*, no que diz respeito à preservação da natureza pela menor exploração agrícola; *produtivo*, por se configurar um ambiente que combina fatores; *energético*, quando é fonte de fornecimento de parte da alimentação necessária às famílias; e *paisagístico*, quando a unidade de produção é explorada para atividades de lazer, o turismo rural, por exemplo.

Não obstante, no bojo dessas transformações gestou-se uma nova forma de regulação das relações de trabalho e um novo regime de acumulação, cujo objetivo principal era substituir os princípios rígidos do fordismo. Autores como BAGNASCO (1999) dentre outros, passaram a denominar este novo regime de *acumulação flexível*. Para SCHNEIDER (1999), o surgimento de economias regionais de características localizadas e fortemente integradas ao esquema global de acumulação capitalista, caso de Serra do Mel, é decorrente da crise do fordismo, elas representam uma possibilidade de flexibilização das relações de produção no escopo de um novo modelo de acumulação. Os principais motivos identificados são: o rebaixamento dos custos com força de trabalho, maior flexibilização, fuga das organizações sindicais e da rigidez dos contratos de trabalho, etc.

A busca da flexibilização dos processos produtivos industriais e o interesse das empresas por uma força de trabalho barata e cativa, com baixa mobilidade política, débil organização sindical e, portanto, mais suscetível a controles disciplinares acelerou ainda mais esses processos. Para CARNEIRO (1996), os agricultores familiares permanecem proprietários de suas terras e residindo no meio rural assumindo, em muitos casos, a condição de agricultores-operários e dando ênfase ao caráter multifuncional da propriedade.

As facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos agricultores familiares com as empresas capitalistas e a existência de um amplo mercado de trabalho, permitiram a combinação dos trabalhos agrícolas com o exercício de empregos não-agrícolas por parte de alguns membros das famílias. O conjunto das mudanças resultantes desse avanço dos empregos não-agrícolas, conforme aponta SCHNEIDER (1999, p.112), altera a própria caracterização da agricultura familiar que paulatinamente assume os traços de uma atividade de tempo parcial. A principal característica dessa

nova forma de trabalho, a *part-time farming*, é a dissociação de alguns membros da família rural do trabalho agrícola no interior da propriedade.

No sentido aqui empregado, trata-se da pluriatividade<sup>5</sup> da unidade familiar de produção e os indivíduos pluriativos são os agricultores familiares ou os componentes da família rural que além de estarem ligados às atividades agrícolas desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade agrícola.

A partir das observações de BATISTA (1997), percebe-se que, nos países desenvolvidos, o surgimento da pluriatividade e/ou *part-time farming*, se atribuiu, em grande medida, aos efeitos externos da estrutura agrária, sobretudo ao papel das políticas agrárias protecionistas do governo a partir dos anos 1980, neste caso a Política Agrária Comum Europeia – PAC, e à queda dos rendimentos agrícolas dos agricultores. Em síntese, o processo de descentralização<sup>6</sup> da indústria e a articulação da industrialização difusa com o ambiente social e econômico, em que predomina a agricultura familiar, faz parte uma trajetória recheada de peculiaridades históricas, sociais, econômicas e culturais, construída de forma lenta e gradual.

A industrialização difusa, ao ampliar o mercado de trabalho e criar novas formas de ocupação profissional possibilitou, de um lado, a reprodução da agricultura familiar (mediante o emprego de agricultores nas fábricas) e, de outro, a acumulação de capital. De certa maneira, para CARNEIRO (1996), pode-se afirmar que a possibilidade de assalariamento de membros da família – geralmente os mais jovens – nas indústrias representou uma sobrevida ao já decadente sistema agrícola.

No ambiente rural, onde predomina a propriedade familiar, a indústria encontra um mercado de trabalho pouco elástico onde a disciplina e a subordinação são maiores, devido a importância atribuída ao papel da família e aos graus de parentesco. A família, neste caso, passa a exercer um poder fiscalizador e coercitivo e é a responsável pela formação e inclinação dos mais jovens ao trabalho.

---

<sup>5</sup> Nos países de capitalismo avançado a pluriatividade tem sido funcional e revelado soluções a vários tipos de problemas: 1) como uma forma de amenizar a intensidade da produção agrícola e reduzir a superprodutividade; 2) como uma maneira de manter em patamares aceitáveis os níveis de renda dos agricultores; 3) como um modo de atenuar a pressão da agricultura sobre os recursos naturais; 4) como uma maneira de estimular a desconcentração industrial e populacional dos grandes centros urbanos e; 5) como forma de viabilizar o surgimento de novas atividades econômicas no meio rural (turismo, artesanato, etc.) não ligadas à produção agrícola.

<sup>6</sup> A descentralização é um processo de interiorização, das empresas em direção às áreas periurbanas nas quais estão as comunidades rurais. Tem como finalidade terceirizar determinadas atividades, principalmente as dependentes de trabalho humano intensivo, favorecendo-se da informalização das relações de trabalho através da prestação de serviços informais de sub-contratação.

Essa ligação com a agricultura faz com que esta cumpra o papel multifuncional, permitindo a disponibilidade de gêneros alimentícios de consumo básico, o acesso à moradia, além do repasse de rendas para outros setores. E, dessas vantagens, também se beneficiam as indústrias, uma vez que a redução dos custos com alimentação e alojamento implicam o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, o elemento diferenciador entre o agricultor-proletário e os outros trabalhadores é sua ligação com a terra. Segundo CARNEIRO (1996), é a propriedade da terra que garante o vínculo do empregado na indústria com o seu modo de vida. Embora ele seja um empregado assalariado, sua reprodução social e econômica se dá num ambiente estranho ao da fábrica. No ambiente rural em que transcorre sua vida e é o seu local de reprodução, este agricultor familiar pode extrapolar sua condição de assalariado e de fornecedor de força de trabalho.

Neste sentido, como observa CARNEIRO (1996), numa situação de crise da agricultura familiar cresce a perspectiva dos jovens de se inserirem no mercado de trabalho urbano-industrial através do assalariamento, afirmando a condição de desvantagem da atividade agrícola em relação às não agrícolas, como também na lógica do repasse intersetorial de rendimentos da agricultura para a sociedade urbana.

A emergência da categoria dos agricultores familiares-operários trouxe conseqüências para a agricultura familiar como, por exemplo, a transformação do processo de produção agrícola com a saída de parte dos membros da família para a indústria ou serviços e a reorganização do trabalho no interior da unidade familiar, forçando uma nova alteração interna da divisão do trabalho.

A partir do momento em que as atividades não-agrícolas se tornam a principal fonte de renda permanente da família, além de se alterar a divisão do trabalho, redefine-se, também, uma série de relações intrafamiliares de hierarquia como o poder patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a própria sistemática de reprodução do grupo familiar. Além de satisfazer, de forma imediata, as necessidades econômicas da família e atender aos interesses do capital industrial, os empregados não-agrícolas impulsionaram decisivamente as transformações na organização do trabalho e no processo de produção e reprodução da agricultura familiar. Neste sentido, inverte-se o papel que historicamente desempenharam as atividades não-agrícolas em sociedades camponesas: o de ser um rendimento complementar e esporádico (SCHNEIDER, 1999, p. 156).

Como visto, esse ambiente exerce uma influência decisiva sobre as relações sociais de trabalho que aí emergem em decorrência de transformações sociais e

econômicas mais amplas. Este processo vem ocorrendo através da ligação do sistema produtivo local que se forma em uma região, com o processo global de acumulação capitalista. Assim, o que há de estrutural num sistema produtivo local – o que define sua natureza de desenvolvimento local – é o fato de sua constituição e desenvolvimento resultar de processos relacionais de ordem territorial e, portanto, de mobilização de condições inscritas localmente.

A pluriatividade, segundo BATISTA (1997), ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da unidade agrícola de produção, caracterizando-se pelas múltiplas atividades produtivas desempenhadas pelas unidades familiares. Para CARNEIRO (1996), a atividade de tempo parcial e a pluriatividade<sup>7</sup> seriam formas residuais de persistência do campesinato que tende, no processo de desenvolvimento do capitalismo, ao assalariamento ou a capitalista. A agricultura de tempo parcial seria um fenômeno transitório e localizado em função das dificuldades de acesso institucional como crédito, assistência técnica, mercado, etc., que atingem geralmente agricultores familiares cujas propriedades encontram-se, em sua maioria, em regiões agrícolas mais desfavorecidas.

Para SCHNEIDER (1999, p.183), estudiosos das questões rurais apontavam a agricultura de tempo parcial como elemento característico das sociedades em processo de transição como, por exemplo, as que transitavam do rural para o industrial, do atrasado para o moderno, etc. Perceberam nesta forma de trabalho uma alternativa de fixação da população no meio rural, de redução das migrações e de assimilação dos impactos da modernização agrícola. Desde o pós-guerra, segundo BATISTA (1997), o predomínio da ideologia produtivista não reconhecia como agricultor o proprietário rural que não se dedicasse exclusivamente à produção agrícola. Neste caso, os indivíduos pluriativos eram considerados desviantes e, portanto, para os grandes sindicatos e associações de agricultores, o que significava exclusão das políticas públicas destinadas à agricultura.

De acordo com observação de BATISTA (1997), outro ponto que contribuiu para a consolidação da pluriatividade como tema de investigação, foram os debates em torno da reforma da Política Agrária Comum da Europa – PAC, em meados dos anos de 1980. O termo pluriatividade, para CARNEIRO (1996) tem o mérito de incluir tanto as

---

<sup>7</sup> A diferença existente entre *atividades de tempo parcial* e *pluriatividade*, é demonstrada quando a primeira é usada para designar agricultores que desempenham atividades fora da propriedade, e a segunda para caracterizar as propriedades que executam diversificação em múltiplas atividades produtivas.



características da agricultura de tempo parcial, das unidades que dedicam parte de seu tempo ao exercício de atividades fora da propriedade, como das unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimentos.

A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. No contexto da globalização, a emergência das formas de produção flexível e da descentralização da produção industrial para pequenas unidades com maior flexibilidade vem provocando expressivas mudanças na economia mundial, onde o espaço rural vem deixando de exercer uma função exclusiva de produção agropecuária.

Observa-se ainda que esse fenômeno acontece em determinadas regiões com características próprias e passa a ocorrer também em algumas localidades específicas de países periféricos, inclusive no Brasil, servindo de base para o debate, como veremos a seguir, no apontamento e elaboração de estratégias de desenvolvimento rural.

## **2.2 Estratégias de Desenvolvimento Rural e Agricultura: um debate recente.**

O debate em torno da importância da reforma agrária, onde o caráter meramente agropecuário das atividades rurais passa a ser questionado por alguns autores, vem retornando com força à pauta das principais discussões trazendo para a ordem do dia o destaque da agricultura familiar como segmento importante e instrumento indispensável na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento para o rural brasileiro. Para NAVARRO (2001), outros temas, na mesma direção, vêm ocorrendo com os estudos sobre as características do atual modelo, no que diz respeito às relações de trabalho na agricultura e os sistemas produtivos, expressando a preocupação com a garantia do abastecimento alimentar e os processos de comercialização e distribuição num contexto de economia globalizada.

A maior parte das discussões que ocorre atualmente na busca de estratégias de desenvolvimento para o rural, tanto fora do âmbito do Estado brasileiro como as defendidas por este são recentes, ou seja, datam da segunda metade da década de 1990, e apontam para a agricultura familiar como instrumento fundamental. No Brasil, conforme observa NAVARRO (2001), o tema desenvolvimento rural torna-se relevante, ainda que apresente algumas diferenças conceituais em torno dele (desenvolvimento

rural, local, territorial, sustentável, etc). Sua oportunidade é reforçada, por exemplo, pela verificação de não existir no Brasil uma consolidada tradição de análise das políticas públicas que investiguem amplamente as iniciativas dedicadas ao meio rural em nossa história agrária recente.

Mas, o que se torna evidente, na verdade, e o que veremos a seguir a partir da contribuição de alguns autores, é a urgência que se apresenta para tornar o desenvolvimento rural mais direcionado à viabilização da agricultura familiar e, conseqüentemente, inclusão dos agricultores marginalizados pelo atual modelo agrário.

### 2.2.1 O Novo Rural Brasileiro

Há poucas décadas, não se pensava que haveria um decréscimo gradual e persistente do emprego total dos setores industriais, à semelhança do que ocorria nas atividades agrícolas, nem que o emprego autônomo e outras formas flexíveis nas relações de trabalho características do meio rural, como visto no item anterior, viessem a ser uma alternativa à estrutura *fordista* das indústrias modernizadas.

Nos países periféricos, o Brasil inclusive, atualmente já se pode observar o fenômeno dos agricultores de tempo parcial, embora sem a mesma magnitude que assume nos países centrais. De acordo com GRAZIANO DA SILVA (1997), é evidente que há diferenças substanciais, ainda que se possa observar, em dimensões diferenciadas, tendo como base às particularidades das diferentes regiões brasileiras. A região Sul do Brasil é a que se configura, das regiões brasileiras, com o maior grau de semelhança, tendo em vista a descentralização industrial proporcionada pela *industrialização difusa*, onde o setor coureiro-calçadista estudado por SCHNEIDER (1999), além de outros setores como o têxtil, por exemplo, representam bem esse fenômeno. No Brasil, a importância das ocupações não-agrícolas é evidenciada por GRAZIANO DA SILVA (1997), dando ênfase às oriundas do ambiente caracteristicamente urbano. São ocupações geradas por indústrias e agroindústrias que encontram no meio rural o ambiente adequado para sua proliferação, favorecidas pelo processo de *difusão* fruto da descentralização. Para GRAZIANO DA SILVA (1997), um dos fatores a ser levado em consideração quanto a essas ocupações não agrícolas é o nível de renda proporcionado pela maioria delas, pois se apresentam, geralmente, superiores às rendas geradas pelas atividades meramente agrícolas. Neste sentido, este autor afirma que esse tipo de ocupação deve ser visto com destaque quando da necessidade de elaboração de estratégias de desenvolvimento rural para o Brasil, pois;

[...] as principais atividades não-agrícolas com importância crescente no ambiente rural brasileiro deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 83).

No entanto, referindo-se ao debate em torno da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, GRAZIANO DA SILVA (2001) constata que esta estratégia à luz do *novo mundo rural*, tem que ser vista pelo lado da necessidade urgente de inclusão da parcela de agricultores familiares que foi historicamente marginalizada pelo processo de modernização conservadora<sup>8</sup> da agricultura brasileira, e que consta atualmente em torno de 56 milhões de pessoas tanto no campo como os que moram nas cidades. Para GRAZIANO DA SILVA (2001), estes últimos representam o principal sentido para se pensar em estratégia de desenvolvimento rural, pois configuram o resultado da liberação de força de trabalho da agricultura moderna em seu processo de complementação da mecanização, principalmente na fase da colheita de culturas anteriormente fortes demandantes de mão-de-obra como cana, laranja, café, algodão, etc. As implicações desse diagnóstico para as políticas destinadas ao meio rural são várias, em especial para a reforma agrária, que para GRAZIANO DA SILVA (1997, p. 94) não mais precisa ser necessariamente agrícola. Entretanto, a defesa deste autor é a de uma estratégia de desenvolvimento rural includente, a partir da criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais sendo esta, portanto, a estratégia capaz de, simultaneamente, reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda, considerando a integração campo-cidade e gerando um importante dinamismo em nível local, caminho oposto trilhado pelo Projeto Baixo-Açu, como veremos adiante no capítulo 4.

O *novo rural brasileiro*, na concepção de GRAZIANO DA SILVA (2001) representa um conjunto de transformações, onde estas devem ser analisadas a partir de todo o ambiente rural e não se limitando apenas ao agrícola e ao pecuário. Nesse sentido, o novo rural se constitui num elemento importante para a elaboração de uma estratégia concebida a partir de uma visão holística que contempla as potencialidades da economia rural dando ênfase à inclusão via expansão das atividades não-agrícolas, em relação à diminuição gradual do exercício das tarefas meramente agrícolas. Busca-se, ainda,

---

<sup>8</sup> Conceito utilizado como destaque ao processo de modernização da agricultura brasileira que ocorreu sem realizar as alterações necessárias na estrutura fundiária e mantendo, de forma evidente, as relações conservadoras de força e poder no campo e a desigualdade econômica e social.

dentro do enfoque dado pelo *novo mundo rural* dos países desenvolvidos promover a inclusão social, o caráter multidimensional – como o processo iniciado em Serra do Mel a partir do início dos anos 1990, constante no capítulo 3, por exemplo – e o manejo sustentável dos recursos naturais a partir do desenvolvimento das potencialidades locais.

Para este autor esta é, portanto, uma das formas adequadas e necessárias na elaboração de estratégias para o rural, especialmente para a agricultura familiar brasileira, já acontecendo há décadas em diversas partes do mundo desenvolvido. Essa lógica representa a formação de relações sociais e econômicas geradoras de combinações de atividades que não respeitam as fronteiras formais entre os ambientes rural e urbano caracterizando-se assim [...] *numa estratégia de desenvolvimento rural que vem implícita a inclusão do urbano, espaço que lhe é contíguo e que representa, na maioria das vezes, a sua fonte de dinamismo maior* (GRAZIANO DA SILVA, 2001: p. 17).

Ainda no debate acerca das estratégias para o rural, fora às fronteiras formais que separa e exalta o urbano em detrimento do rural na maioria dos municípios do Brasil, o desenvolvimento territorial também não consegue ver o rural e o urbano como eixos distintos de desenvolvimento, sendo antes constituído de uma dinâmica semelhante. Nesta contribuição, como veremos a seguir, um dos pontos mais comuns com o tópico anterior é a evidente preocupação com a criação de oportunidades de ocupação no meio rural via atividades não-agrícolas, num contexto em que a *nova ruralidade* não é vista como sinônimo de atraso.

### 2.2.2 O Desenvolvimento Territorial

Atualmente qualquer esforço sério de desenvolvimento rural passa pela maximização de postos de trabalho remuneradores. É isso, para uma expressiva parcela de intelectuais, que pode garantir um processo gradual de redução da pobreza e a possibilidade de segurança alimentar no país.

Segundo observações feitas por NAVARRO (2001), constata-se em diversas partes do mundo uma certa redistribuição espacial de atividades econômicas, o que revela uma busca de localizações territoriais de menores custos para os investimentos, em resposta à maior competição promovida pela desregulamentação e pela abertura comercial.

Com base em regiões que engendraram uma lógica local de desenvolvimento, VEIGA (2000, p. 97) observa que no desenvolvimento rural, quando existem condições propícias à consolidação de sistemas agrários baseados em unidades familiares torna-se

inevitável à diminuição do agrícola decorrente da elevação da produtividade que tende a ser compensada pela proliferação de ocupações não-agrícolas.

Para VEIGA (2000), a crença de que o caminho do campo é o da grande empresa e assalariados (crença ainda em vigor pelo Estado com relação ao Projeto Baixo-Açu, demonstrada no capítulo 4) só faz sentido se esse caminho for o do subdesenvolvimento, pois as ações mais importantes neste sentido têm sido as desenvolvidas a partir de organizações de agricultores familiares, expressas em algumas dinâmicas locais e regionais que mais estão contribuindo para a ampliação das oportunidades no meio rural, como é o caso do município de Serra do Mel (capítulo 3).

Neste sentido, NAVARRO (2001) constata que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação de sua economia local impulsionada pelas características de sua agricultura. Esta é uma característica que VEIGA (2000) também defende e que se contrapõe, de forma evidente, com a agricultura empresarial e capitalista. Dessa forma, a agricultura familiar é colocada diante de um desafio quando colocada na condição de instrumento fundamental para contribuir com o desenvolvimento rural, tendo em vista os limites formais<sup>9</sup> entre o rural e o urbano e às formas de utilização do espaço e do território. Um exemplo disso é o município de Serra do Mel. Tendo em vista a distribuição espacial de suas agrovilas, esse município é classificado pelo IBGE como dotado de 84% de urbanização, o que passa a dificultar, formalmente, a entrada de políticas direcionadas para o meio rural.

Para VEIGA (2001), poucos se dão conta de que a opção por um rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, não é possível sem a adoção de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê preferência à expansão da agricultura familiar. Entretanto, deve-se levar em consideração a sua importância dentro de um plano nacional e de forma horizontal, através da ocupação uniforme do espaço e território.

Conforme observa VEIGA (2000, p. 138), onde predominou a grande propriedade as condições de moradia são precárias, quase não existe formas de lazer, e as consequências da desigualdade estão sempre presente. Ao contrário, onde predomina a agricultura familiar, existe uma *vitalidade social* responsável pelo dinamismo do desenvolvimento territorial. Esta vitalidade é estimulada pelo processo de mudança do

---

<sup>9</sup> Na concepção de VEIGA (2000), os limites de fronteira existente nos municípios brasileiros e que são frutos de decreto do Estado Novo da era Vargas, representam um enorme obstáculo quando da necessidade de elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, pois a maior valorização do urbano em detrimento do rural é um dos motivos que inibe o direcionamento de políticas públicas para o meio rural brasileiro.

ambiente educacional e pela formação de redes entre agentes e instituições, que extrapolam os limites setoriais criando mercados que valorizam potencialidades locais e que vem sendo enfatizada por economistas e outros estudiosos das sociedades rurais quando se referem ao *capital social*<sup>10</sup>.

A organização territorial específica da região centro-norte da Itália, como explica BAGNASCO (1999), mostrou que essas comunidades locais haviam estabelecido há muito tempo uma boa divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, uma organização articulada da sociedade urbana, e uma rede muito densa de comunicações. E, para VEIGA (2000), a relação entre essas formações locais e o *empreendedorismo* acaba sempre por enfatizar os fatores culturais que às vezes são compactados na noção de *capital social*, ou seja, um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que estimulam três dobradinhas fundamentais: a da concorrência com a cooperação, a do conflito com a participação, e a do conhecimento local e prático com o conhecimento científico.

Neste sentido, como veremos adiante no capítulo 3, quando analisamos o desenvolvimento rural de Serra do Mel, o desenvolvimento territorial representa uma força que estimula as atividades num mesmo espaço, mediante a implementação de políticas *ascendentes* (desenvolvimento de *baixo para cima*).

Com relação à Europa do Sul, BATISTA (1997) revela a existência de uma estratégia de desenvolvimento rural com objetivos bem definidos: controlar a diminuição do número de agricultores, promover a pluriatividade das famílias, atrair novas atividades e manter de maneira cada vez mais disponíveis os serviços.

Para VEIGA (2000), as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem muito dos laços que ela mantém com os centros urbanos, particularmente com as cidades pólos de sua própria região revelando que são as regiões rurais com relativa integração com centros urbanos as que mais geram empregos, e que algumas das essencialmente rurais e fortemente ligadas às principais cidades da região, como a Baixa-Baviera, por exemplo, estão entre as mais dinâmicas. Foi por perceber o desenvolvimento de regiões rurais possuidoras de uma determinada densidade de unidades familiares de produção integradas fortemente com o ambiente urbano, que a

---

<sup>10</sup> Esta afirmação servirá para enfatizar, com clareza, a diferenciação econômica do desenvolvimento rural de Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu. Trata-se da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que deve exprimir a capacidade de articulação local das forças dinâmicas de uma determinada região. Maiores detalhes ver (MOYANO, E. (1999) *El concepto de capital social y su utilidad para el analisis de los procesos de desarrollo*) ou no sub-item *desenvolvimento local*, neste capítulo.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE resolveu assumir o conceito de *ruralidade* não mais como sinônimo de atraso.

Conforme constata VEIGA (2000, p.172), foi com base em ambientes rurais constituídos por uma agricultura familiar sempre muito ligada a atividades urbanas como comércio e serviços, que se desenvolveram localmente institutos de formação profissional, redes bancárias e sistemas de comunicação que mais tarde engendraram a característica *difusa* de industrialização.

Por isso, para este autor, a necessidade de elaboração de uma estratégia, tendo em vista construir um ambiente institucional que vigora nessas localidades as principais características da industrialização difusa. Um ambiente institucional que só existe em espaços rurais fortemente marcados por uma agricultura familiar consolidada, diversificada e uma população relativamente jovem que combina um processo de urbanização e industrialização endógeno, descentralizado e promissor. Estas regiões, que numa comparação entre Serra do Mel e o Baixo-Açu, se identificam mais com a primeira, para NAVARRO (2001) algumas do Sul do Brasil servem de exemplo; são as que têm conseguido estabelecer um desenvolvimento mais equilibrado, com geração de emprego em várias atividades absorvendo tanto os excedentes de força de trabalho local quanto de outras regiões.

O declínio da importância da atividade agrícola no território, tanto nas regiões da Europa como no Brasil é, no entanto, acompanhado pelo emergir neste de ocupações não-agrícolas. E, no bojo dessas ocupações, a preocupação com a questão ambiental se faz presente. Isso acontece quando são inseridos valores morais<sup>11</sup> nas estratégias como a valorização de recursos locais, sejam eles bens primários de qualidade, artesanato tradicional, atividades educacionais, culturais, e de lazer (VEIGA, 2000, p. 195).

As dimensões territoriais, encontradas nas contribuições sobre estratégias para o rural, fundamentam o modelo de desenvolvimento e demonstram, como veremos a seguir, que as políticas públicas inovadoras podem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento local.

---

<sup>11</sup> O segmento da agricultura familiar se constitui no ambiente de maior característica quanto à prática desses valores, principalmente quando é expressa pelo agricultor familiar, a preocupação com a necessidade de preservar a pouca quantidade de terra que possui, pois essa será deixada para gerações futuras e é dela que se adquire o sustento e a qualidade de vida da família, além de representar, sobretudo, o ambiente principal de reprodução.

### 2.2.3 O Desenvolvimento Local

A seqüência de mudanças ao longo do século XX, especialmente no seu final com a globalização da economia mundial, foi de natureza diversa. A distribuição da riqueza material ocorreu de forma desigual, devido a alterações significativas nas relações entre capital x trabalho e estado x mercado, verificadas neste contexto.

A primeira relação (capital x trabalho) que já era uma relação de dominação reforçou-se ainda mais, pois o trabalhador se viu mais veementemente intimidado pela intensificação na utilização de sistemas produtivos e tecnologias que desprivilegiam o trabalho vivo. O individualismo apareceu como principal característica das pessoas que participam direta ou indiretamente da evolução no processo de globalização, o receio do desemprego aumenta a competição entre os trabalhadores e pequenos produtores e reforça a posição de subordinação destes às forças do capital.

A segunda relação (estado x mercado) alterou-se no sentido de subordinação dos Estados-Nação ao poder imperativo determinado pelo mercado. Reforçou-se a atribuição do estado de garantir a propriedade privada, com sua intervenção na economia ocorrendo quando esta se vê ameaçada. Neste sentido, a globalização facilita a oposição entre as forças estatais, empresariais e da classe trabalhadora, de tal maneira que estas forças travam entre si disputas para subordinar ou eliminar forças rivais.

Estas alterações introduziram no capitalismo contemporâneo algumas características que estão no cerne da questão discutida neste item, ou seja, o debate que aponta o desenvolvimento local como alternativa para o desenvolvimento rural, dado à dificuldade de viabilidade dos modelos adotados e desenvolvidos até o presente.

A ocorrência de crises, em geral, resulta em questionamentos acerca de padrões e convicções de determinado paradigma em um determinado momento histórico. A partir do pós-guerra, surgiram teorias desenvolvimentistas que buscavam uma solução para crises que surgiam.

No período pós-guerra, o mundo encontrava-se polarizado em uma luta ideológica e política. Um dos resultados deste confronto foi à constituição no mundo capitalista de um Estado de Bem-estar, *welfare state*, o qual teve sua finalidade ligada à necessidade de diminuir as diferenças sociais presentes no capitalismo; o estado passa, então, a ser responsável pelas questões sociais. Sendo isso um reflexo da nova ortodoxia, a teoria Keynesiana, o Estado passa a assumir o papel de provedor do desenvolvimento facultando ao capitalismo o crescimento econômico.



A teoria Keynesiana colocava o estado como regulador do comportamento do mercado. Desta forma, KEYNES colocou o estado como o “guardião” dos investimentos. No entanto, esta ortodoxia passou a conhecer dificuldades a partir dos anos 1960 como recessão, crise fiscal e inflação e, conforme OHMAE (1996), os governos já não mais conseguiam controlar essa situação. Com a ascensão das forças liberais<sup>12</sup> no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as mudanças promovidas por estas forças, conforme afirma FIORI (1997), foram sustentadas por intensos processos de desregulação dos mercados, privatização de empresas públicas e abertura comercial.

As idéias neoliberais foram, posteriormente, absorvidas por instituições internacionais multilaterais como FMI, BID, Banco Mundial, etc., as quais passaram a recomendar e difundir-las através da ideologia e da aplicação da teoria em políticas voltadas para o ajustamento econômico nos países da periferia.

A incapacidade do estado em promover o desenvolvimento e a crise das teorias keynesiana e desenvolvimentistas, conforme OHMAE (1996), contribuíram para o declínio do padrão *fordista*, fazendo surgir uma nova forma de gestão, baseada na tecnologia da informática e microeletrônica (III Revolução Industrial), que se propagou pelo mundo a partir dos anos 1970. O novo padrão, o *pós-fordismo* ou *produção flexível* foi um precursor do que atualmente se conceitua globalização. O padrão flexível destaca o interesse na produção diversificada e na descentralização e difusão de atividades econômicas, gerando uma lógica de ocupação espacial e territorial que, segundo BATISTA (1997), representa um processo de integração entre o rural e o urbano, responsabilizando-se por alterações nas relações entre capital e trabalho nas localidades, pois cada vez mais intensifica a valorização do capital através da diminuição e subordinação do trabalho vivo.

O desenvolvimento local aparece neste contexto como uma alternativa à diminuição do poder estatal. Promover o desenvolvimento econômico local, conforme aponta FRANCO (2000), é uma idéia antiga que agora se vê reforçada pela necessidade de uma época. Com esta alternativa intenta-se criar condições para a reconstrução do desenvolvimento global partindo de transformações ocorridas no local. Para OHMAE (1996) e COCCO (1999), este processo vem se caracterizando a partir da formação de identidades e de diferenciação de setores privados em localidades específicas.

---

<sup>12</sup> Nas constatações de FIORI (1997), a vitória política das forças liberais na Inglaterra em fins dos anos 70 e nos Estados Unidos no início dos anos 80 contribuiu no processo de aceleração do desmantelamento do *Welfare state*, realizando mudanças estruturais profundas que se estenderam pelos anos 1990.

Busca-se a partir deste sistema produtivo um trabalhador pluriativo, multifuncional, capaz de produzir mais atendendo a menores necessidades de novas contratações. Desta forma, para alguns autores, a transição para o regime do *pós-fordismo* tem intensificado cada vez mais o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho, além de, em muitos casos, subordinar regiões urbanas periféricas e zonas rurais onde predomina a agricultura familiar, a partir da descentralização que ocorre com o deslocamento de atividades urbanas.

Dessa forma, o desenvolvimento local deverá levar em consideração as especificidades de cada espaço sócio-cultural e cada região em que possa acontecer sem, no entanto, privilegiar estas especificidades em busca apenas da eficiência econômica. Segundo OIHMAE (1996) é preciso que o desenvolvimento local, mediante o financiamento dos investimentos, considere e desenvolva apropriadamente a estrutura social, política e institucional deste espaço territorial, concebendo cada indivíduo como sujeito ativo e cada comunidade e nação nesta mesma perspectiva, de tal forma que possam acenar para um outro processo endógeno a ser construído de *baixo para cima*.

Para FRANCO (2000), no que diz respeito ao desenvolvimento rural, portanto, se destacam no debate sobre desenvolvimento local as vertentes que defendem esta situação que se apresenta, muitas vezes, “aparentemente” alternativa na recomendação de políticas de desenvolvimento por parte de agências internacionais multilaterais.

Neste sentido, MOYANO (1999) observa que o Banco Mundial, em seu Informe de 1997, aponta favoravelmente para estudos que demonstram o potencial de fatores não-econômicos com vistas ao aviltamento das consequências negativas do modelo agrário europeu. Na verdade, conforme aponta BATISTA (1997), a defesa do Banco Mundial para a agricultura tanto para países centrais como para a periferia é a da construção de um *novo mundo rural*<sup>13</sup>, onde prevalece a perspectiva do desenvolvimento local e do território, que contempla, além do enfoque agrícola, as potencialidades da economia rural não agrícola, além do desenvolvimento do capital humano. E foi em função da sustentação desta base conceitual que se iniciou, a partir de

---

<sup>13</sup> De acordo com as formulações do *novo mundo rural*, o progresso técnico na agricultura tem levado a um crescente tempo excedente de trabalho nas atividades agrícolas. Em função disso, os agricultores familiares, graças aos ganhos de produtividade, passaram a desenvolver outras atividades, não-agrícolas, como forma de evitar o ócio e de aumentar a renda familiar. Assim, progressivamente, o agrícola perde importância na determinação do rural e, dado a diversificação econômica deste, a categoria deixa de ter sentido já que o rural encontra-se indivisível do urbano, passando a prevalecer à perspectiva territorial e do desenvolvimento local.

1985, depois da chegada de um técnico suíço, o desenvolvimento local em Serra do Mel, o qual passou a se configurar singular na época.

Portanto, o desenvolvimento local representa uma lógica que se encontra inspirada nas realidades locais das áreas e sociedades rurais, especialmente de países da União Européia que consolidaram o conceito de pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura. E, conforme BATISTA (1997) é recomendação do Banco Mundial e de outras instituições internacionais na implementação, por parte de governos nacionais, de estratégias de desenvolvimento rural. E a preocupação central desta lógica é com a população rural excedente que aparece como fatalidade na dinâmica do capitalismo.

No que diz respeito a preocupação do Banco Mundial com o desenvolvimento do capital humano, a reflexão de MOYANO (1999) é de que já nos anos de 1960, economistas neoclássicos como Theodore Schultz (1963) já chamavam a atenção para a necessidade de uma população com bons níveis de formação profissional e de saúde, como condição determinante à boa utilização dos fatores físicos de produção: a terra, o capital e o trabalho. Estes bons níveis a que Schultz se referia são os fatores não-econômicos denominados de *capital social*. Estes fatores, na visão de MOYANO (1999), combinam-se a partir de um novo arranjo institucional que se configura e se relaciona com as exigências do desenvolvimento atual. Para este autor, a esta nova forma de capital,

*[...] se incluirían determinados tipos de normas y redes sociales que, según esta perspectiva teórica, son importantes para el desarrollo porque favorecen la realización de acciones colectivas en beneficio de la propia comunidad, ya que, entre otras cosas, reducen los costes de transacción* (MOYANO, 1999: p. 8)

Estas instituições, seguramente modernas e eficientes, na visão de teóricos institucionalistas como NORTH (1990) são imprescindíveis, pelo fato de existirem barreiras ambientais, sócio-culturais e políticas ao desenvolvimento que necessitam de superação através da participação de agentes capacitados e preparados nos processos decisórios. Para MOYANO (1999), estes requisitos juntamente com a formação de redes de cooperação são determinantes para a redução dos custos de transação incidentes na gestão de contratos.

Esta lógica que é defendida pelo Banco Mundial não descarta a influência das forças liberais neste novo contexto. Os estudos focados em traços sociais, culturais, históricos, institucionais, etc. destas redes, ou ainda, estudos sobre o caráter espontâneo da configuração em redes, apesar de relevantes, de acordo com COCCO (1999), pouco

tem contribuído para a discussão da viabilidade de generalização da maioria das experiências.

Cabe dizer na nossa percepção, entretanto, que estas redes, embora referidas à distritos industriais, e mais especificamente à experiência da Terceira Itália podem, em um sentido mais amplo remeter à noção de formas amplas de concertação de interesses vinculadas a uma forte identidade local/territorial. Trata-se, no entanto, de fazer surgir uma nova prática institucional, uma espécie de capitalismo comunitário e cooperativo,<sup>?</sup> contrapondo-se à prática do capitalismo individualista e burocrático. E esta nova prática institucional, para MOYANO (1999), exige credibilidade, transparência e sentido de missão quanto à lógica local do desenvolvimento com sustentabilidade.

Enfim, dentre as alternativas buscadas para solução dos problemas enfrentados nesta etapa do capitalismo, inclusive os problemas relacionados ao processo de produção e reprodução da agricultura familiar, que valorizam estratégias de desenvolvimento rural, percebe-se que os aspectos relacionados ao desenvolvimento local e recomendados pelo Banco Mundial para a eliminação da pobreza, do desemprego e do enfrentamento das questões ambientais, estão nelas inseridos. Porém, na concepção do nosso trabalho, o desenvolvimento local é colocado também a partir da autonomia, mas sendo esta construída através de uma maior participação local capaz de romper com o poder nocivo de oligarquias e buscar atingir níveis cada vez maiores de independência, inclusão social e cidadania, mesmo as pessoas residindo no meio rural. Entretanto, apontando observação de GRAZIANO DA SILVA (1999) de que certo nível de intervenção é necessário quando utilizado para proteger os mais fracos, temos consciência que, de forma autônoma, as comunidades rurais, salvo algumas particularidades, não conseguem alcançar seus objetivos sem a ação de uma política intervencionista. Pois são conhecidas experiências de desenvolvimento local em comunidades rurais que atingiram certo estágio de sucesso, se apoiando na intervenção e regulação de alguns pontos estratégicos como condição de sobrevivência e inclusão.

Um elemento básico das iniciativas de desenvolvimento local é a coordenação (*governança*) dos diversos agentes públicos e privados que atuam em determinada área, para que se possa, a partir da regulação, desenvolver econômica, social e ambientalmente em benefício das próprias comunidades que articulam a ação local e reduzem os custos de transação. Neste caso chega a ser de fundamental uma instituição de credibilidade assumir o papel de atuar no sentido de unir e regular as forças em torno

do que ABRAMOVAY (2000) denomina de *idéia guia*, além da cooperação na busca do desenvolvimento sustentável.

Toda essa lógica apresentada sobre o desenvolvimento local foi intensamente implementada em Serra do Mel, a partir da coordenação de um técnico suíço, sendo iniciada na segunda metade dos anos 1980 e responsável, como veremos no capítulo 3, por um processo de transformação de toda a estrutura local.

Neste sentido, convém salientar, conforme veremos a seguir, a importância da integração de atividades sem a separação entre agricultura e indústria, além da preservação dos mercados locais a partir do exercício da prática da comercialização agrícola pelos próprios agricultores familiares (mais identificado em Serra do Mel do que no Projeto Baixo-Açu), onde estes mercados se configuram como instrumentos indispensáveis dentro de qualquer estratégia de desenvolvimento rural.

### **2.3 Agricultura Familiar e a Comercialização Agrícola: uma reflexão a partir da teoria.**

Para exercer corretamente a prática da comercialização no âmbito da agricultura familiar a partir de mercados locais torna-se necessário, para os agricultores, levar em consideração determinados pontos. Segundo observações de REZENDE & GOMES (2000), não se deve entrar ou permanecer numa atividade produtiva sem estar bem informado dos riscos e oportunidades que essa oferece, pois é principalmente na hora de comercializar que se descobre que não se tem informação suficiente e adequada. No ambiente visto a partir da ótica neoclássica impera a livre concorrência e os preços são determinados no momento em que as transações se completam. Também ocorrem de forma instantânea os três movimentos intrínsecos a esta operação: a troca de informações acerca do produto (quantidade, qualidade, preço, prazo, regularidade, etc.), a troca física das mercadorias entre comprador e vendedor e, finalmente, a relação econômica final de compra e venda.

Os pressupostos neoclássicos para que ocorram estas relações no mercado são: a plena racionalidade dos agentes e a simetria de informações, permitindo que a transação resulte em vantagem para os dois lados. Neste tipo de mercado se observa a impessoalidade entre os agentes. A transação se dá evidenciando uma forma eventual, com cada lado escolhendo seus parceiros segundo as suas necessidades mais imediatas. Assim, as transações se encerram no mesmo momento em que elas ocorrem, não havendo antecipação de movimentos nem expectativas com relação ao futuro. Também

não se leva em conta qualquer tipo de aprendizado dos agentes decorrente da repetição das rotinas e operações.

Evidentemente, poucos mercados são construídos assim, mesmo no caso de produtos perecíveis como a maioria dos oriundos da agricultura. Em primeiro lugar, a racionalidade dos agentes não é completa e o poder do mercado não se distribui de forma homogênea e equilibrada entre comprador e vendedor. O conhecimento sobre as variáveis que influenciam os preços e os elementos de oferta e de demanda é complexo e a busca por informações mais completas é um processo dispendioso e oneroso. Ademais, não se trata de um produto homogêneo. Existem especificações quanto a tipo, embalagem e demais requisitos de qualidade que não permitem comparar diretamente um vendedor do outro.

Na prática, conforme constatação de BELIK (2000), este tipo de mercado existe para um número muito pequeno de casos. Talvez ele esteja presente em certas situações quando tratamos de um produto absolutamente homogêneo (como uma *commodity* com alta frequência de transações) e, acima de tudo, em um mercado em que o nível de incerteza é bastante baixo. Mas, na medida em que passamos a tratar de um produto possuidor de maior especificidade, este tipo de mercado já não mais serve de referência.

No outro extremo do exercício da comercialização está o movimento da integração das atividades, neste caso sem a separação entre a agricultura e a indústria, sob um controle centralizado e programado<sup>14</sup> que busca, segundo REZENDE & GOMES (2000), economia nas operações e o máximo de impacto na comercialização.

Colocando em seu artigo *The Nature of the Firm*, o economista Ronald Coase no ano de 1937 demonstra que a firma como interface produtiva e isolada era o resultado corrente do conhecimento dos agentes, que seria mais conveniente produzir internamente que comprar. O resultado seria dado pelo somatório dos custos de transação, o que incluiria custos de obter informação e de controlar os fornecedores. Esta abordagem, segundo BELIK (2000) foi aperfeiçoada por Herbert Simon nos anos 1950, onde este autor inseriu variáveis comportamentais como a noção de que os agentes têm limites de racionalidade que não lhes permite conhecer todos os elementos operantes na tomada de suas decisões.

---

<sup>14</sup> Este movimento pode ser interpretado como a constituição de uma subsidiária ou a simples integração vertical de fases tecnologicamente separadas e sob a gerência ou monitoramento de uma mesma forma jurídica. São característicos deste movimento os chamados Complexos Agro-Industriais, na medida em que a integração das fases (produção, agroindústria e comercialização) forma a cadeia agroalimentar.

Mais tarde Oliver Williamson, nos anos 1970, reúne e aperfeiçoa estes elementos segmentando as transações segundo as suas características entre estas e a especificidade do ativo, sua principal contribuição. De acordo com WILLIAMSON (1985), não se pode quantificar os custos de transação, mas devem-se utilizar as especificidades dos ativos para analisar certas diferenças entre contratos. Segundo este autor, os custos de transação são os custos comparativos de planejar, adaptar e monitorar fases tecnologicamente diferentes sob uma estrutura alternativa de regulação (*governança*)

Neste caso, os custos de transação é que fazem todo o sistema econômico funcionar em um ambiente de incerteza e complexidade organizacional, eliminando o máximo as situações de oportunismo<sup>15</sup> dos agentes econômicos e instituições.

Para se precaver das mais variadas formas de oportunismo as relações mais importantes são realizadas através de regulação mediante contratos que, por sua vez, são sempre incompletos. Ou seja, por mais perfeita que seja a informação do mercado e por maior que seja o conhecimento dos agentes é uma tarefa impossível cobrir todas as possibilidades em um contrato. Ainda que esta fosse uma tarefa exequível, o custo de elaboração do contrato seria tão elevado que não compensaria realizar a transação desta forma. Por não cumprir na prática de forma eficiente estes pontos da teoria, a instituição que deveria regular as ações das demais no processo de integração de atividades durante a execução do *desenvolvimento local* de Serra do Mel, como veremos no capítulo a seguir, encarou inúmeras dificuldades.

As instituições se justificam dada a necessidade de um aparato de normas e organismos reguladores que possam arbitrar e fazer cumprir os contratos. NORTH (1990) demonstra que quanto mais aperfeiçoadas são as instituições, menores são os custos de transação no cumprimento dos contratos. Tudo depende das características e do grau de aperfeiçoamento das instituições reguladoras. Segundo NORTH (1990, p. 383), [...] *as instituições, enquanto soluções para simples problemas de coordenação ou para formas mais complexas de troca, como aquelas que caracterizam as sociedades modernas providenciam um conjunto de regras do jogo que definem limites para as escolhas.*

As instituições podem ser formais ou informais. As regras formais são baseadas em acordos ou ocorrem através da adesão voluntária. Produzir sob forma de contrato

---

<sup>15</sup> WILLIAMSON (1985) demonstra que o oportunismo *ex-ante* e *ex-post* dos agentes obriga a que a forma usual de relacionamento entre as partes seja diferente daquela definida em um ambiente em que todos tomam decisões racionais. Este autor introduz a idéia de que o *poder discricionário* exercido de forma eficiente pela instituição reguladora torna desnecessário o surgimento de situações que se confundem com a capacidade de *dar ordens*.

significa aceitar determinadas regras e padrões que tornam a cooperação entre as partes ainda mais interessante. As relações contratuais entre os agentes, uma das deficiências no processo de regulação do desenvolvimento local em Serra do Mel, estabelecem diferentes formas de governança. Na agricultura, estas trafegam entre a integração total das fases tecnologicamente separadas e as relações com o mercado. As formas híbridas de governança se situam neste grande espaço entre a hierarquia (firma) e o mercado.

Como visto, no mercado em concorrência perfeita, idealizado pela economia neoclássica, as transações ocorrem de forma instantânea e não há separação entre as funções comercial, logística ou financeira. Em uma forma híbrida de relacionamento, há uma enorme distância entre as ações que ocorrem nestas três esferas e a atividade dentro da firma. Dependendo do grau de aperfeiçoamento das instituições estas três ações, nominadas anteriormente, podem ocorrer em tempo e espaço diferentes. Estas formas de relacionamento pressupõem contratos gerenciando as atividades de comercialização.

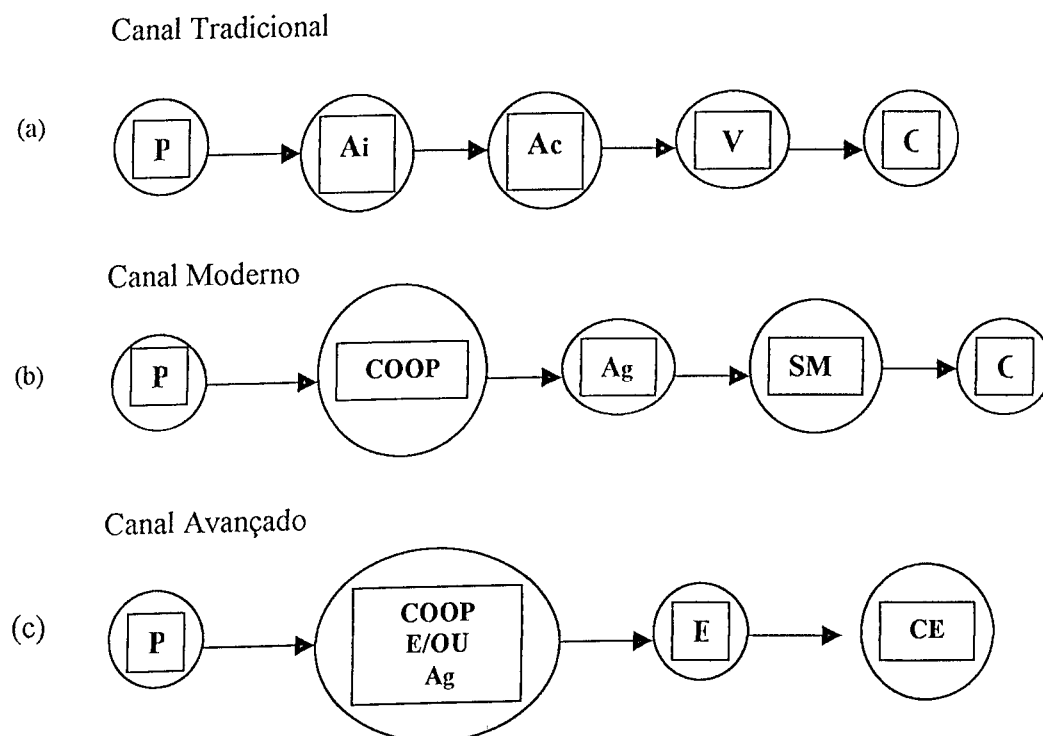
No ambiente da agricultura familiar, que é apontado como exemplo clássico de mercado, os produtores se encontram com consumidores e definem instantaneamente e de maneira fortuita preços e quantidades. A existência desse mercado, mais característico para o caso do Projeto Baixo-Açu do que para Serra do Mel, se justifica pela absoluta imprevisibilidade de informações como preços, quantidades, padrões de qualidade e regularidade. Consideram-se aqui as limitações impostas pela condição natural da agricultura que limita o planejamento. Dessa forma, a oferta tende a ser extremamente pulverizada e a demanda incerta.

Neste sentido, para um maior controle da atividade os agricultores familiares são forçados a formar uma estrutura que possibilite a integração entre a produção e a comercialização, não sendo evitada a possibilidade da agroindustrialização para aumentar mais ainda a integração. Na visão de REZENDE & GOMES (2000), esse esquema que introduz o elemento integração, passa a subdividir os canais de comercialização em *não-integrados* e *integrados*, conforme FIGURA 01.

Os *não-integrados* ou atrasados, mais identificados para o caso do Projeto Baixo-Açu e com a abordagem neoclássica, representam as relações em que os produtores, atacadistas e varejistas negociam um com o outro isoladamente. Por outro lado, os canais *integrados*, onde melhor se enquadra o caso de Serra do Mel, representam os chamados modernos e avançados, onde os produtores, atacadistas e varejistas relacionam-se sob uma regulação centralizada e programada.



FIGURA 01: a, b, c. – Canais de comercialização: (a) tradicional, (b) moderno e (c) avançado.



P – Produtor; Ai – Atacadista; Ac – Atacadista da capital; V – Varejista; C – Consumidor  
 COOP – Cooperativa; Ag – Agroindústria; SM – Supermercado; E – Exportador;  
 CE – Comércio Exterior.

Na medida em que aumenta a integração, as relações entre agricultores familiares e mercado vão se tornando cada vez mais complexas, pois surge a tendência de novos mercados, além da diferenciação dos produtos por força das exigências dos consumidores. Neste sentido, as formas de relacionamento exercidas anteriormente tendem a se alterar.

Diante dessa situação, torna-se necessário dispor de um sistema para monitorar de forma rápida e segura informações em nível do mercado local e dos demais como preços, quantidade, etc. Para BELIK (2000), as possibilidades proporcionadas pela informática e pelas telecomunicações são amplas e cobrem um universo bem maior de agentes que o mercado físico em si. Mais ainda, a informação quanto aos mercados está cada vez menos associada à participação direta e física dos agentes nestes mesmos mercados e sim da evolução via registro de todas as operações relacionadas com a atividade agropecuária.

A utilização cada vez maior da informação se justifica em função do crescimento da escala dos mercados e da renda dos consumidores, onde estes têm a

capacidade de gerar impacto direto na especificidade dos bens em comercialização. A questão da qualidade, por exemplo, emerge como um atributo importante na determinação dos movimentos de tendência. Atualmente, os requisitos de qualidade, determinados na comercialização por força das exigências cada vez maiores dos consumidores nos diversos mercados, demandam alterações nos processos locais de produção por parte de produtores. Isso tende a provocar nas comunidades rurais a necessidade de uma divisão social do trabalho por parte das famílias e, a partir do desenvolvimento e intensificação das relações mercantis, surge e cresce o número de novas atividades. E, a exemplo do *desenvolvimento local* de Serra do Mel, além da inserção de novas tecnologias e novos procedimentos, tende a surgir e desenvolver nas próprias comunidades rurais atividades não agrícolas relacionadas com as atividades principais através da integração, capazes de engendrar um processo dinâmico e autônomo de desenvolvimento rural.

Enfim, na medida que a prática da comercialização é exercida dentro da lógica da integração de atividades e sem a clássica separação entre agricultura e indústria (o que se torna possível mais ainda no ambiente da agricultura familiar), ajuda a homogeneizar o espaço rural e valoriza o relacionamento entre o mercado local e os demais mercados, via construção de canais de comercialização modernos e avançados. E, considerando o aumento da frequência das transações, as relações entre os agentes envolvidos em toda a cadeia passam a possuir um caráter mais cooperativo e, com isso, tende a surgir a partir da atividade agrícola, combinações que possibilitam a criação de novas ocupações e renda, além de impedir a transferência intersetorial destas para fora da comunidade.

A partir de duas experiências (Serra do Mel e do Projeto Baixo-Açu), como veremos a seguir nos capítulos 3 e 4, o exercício da prática da comercialização, mais no caso da primeira, se configura em um dos fatores determinantes para o *desenvolvimento local* e de diferenciação do desenvolvimento rural entre os dois casos estudados.

## CAPÍTULO 3

### A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DE SERRA DO MEL – RN

No presente capítulo são apresentados e analisados os dados básicos e as informações empíricas que demonstram a evolução do desenvolvimento rural adotado no município de Serra do Mel, obtidos através da realização de pesquisa de campo e de investigação em documentos e periódicos. Nesta parte, a interpretação das situações concretas selecionadas centra-se em cinco blocos principais, que orientam os eixos de análise, a saber: será feita uma apresentação inicial da evolução, especificando os principais determinantes do desenvolvimento rural de Serra do Mel, dando ênfase, posteriormente, a maneira como ocorreu a inserção e aperfeiçoamento da tecnologia para o processo de beneficiamento artesanal da castanha de caju e a relação existente entre o local e o global. O exercício da prática da comercialização e a dinâmica gerada são colocadas como uma demonstração da inserção no mercado e da sua contribuição ao desenvolvimento local e, concluindo o capítulo, faremos uma breve comparação do antes e do depois a partir de indicadores sócio-econômicos.

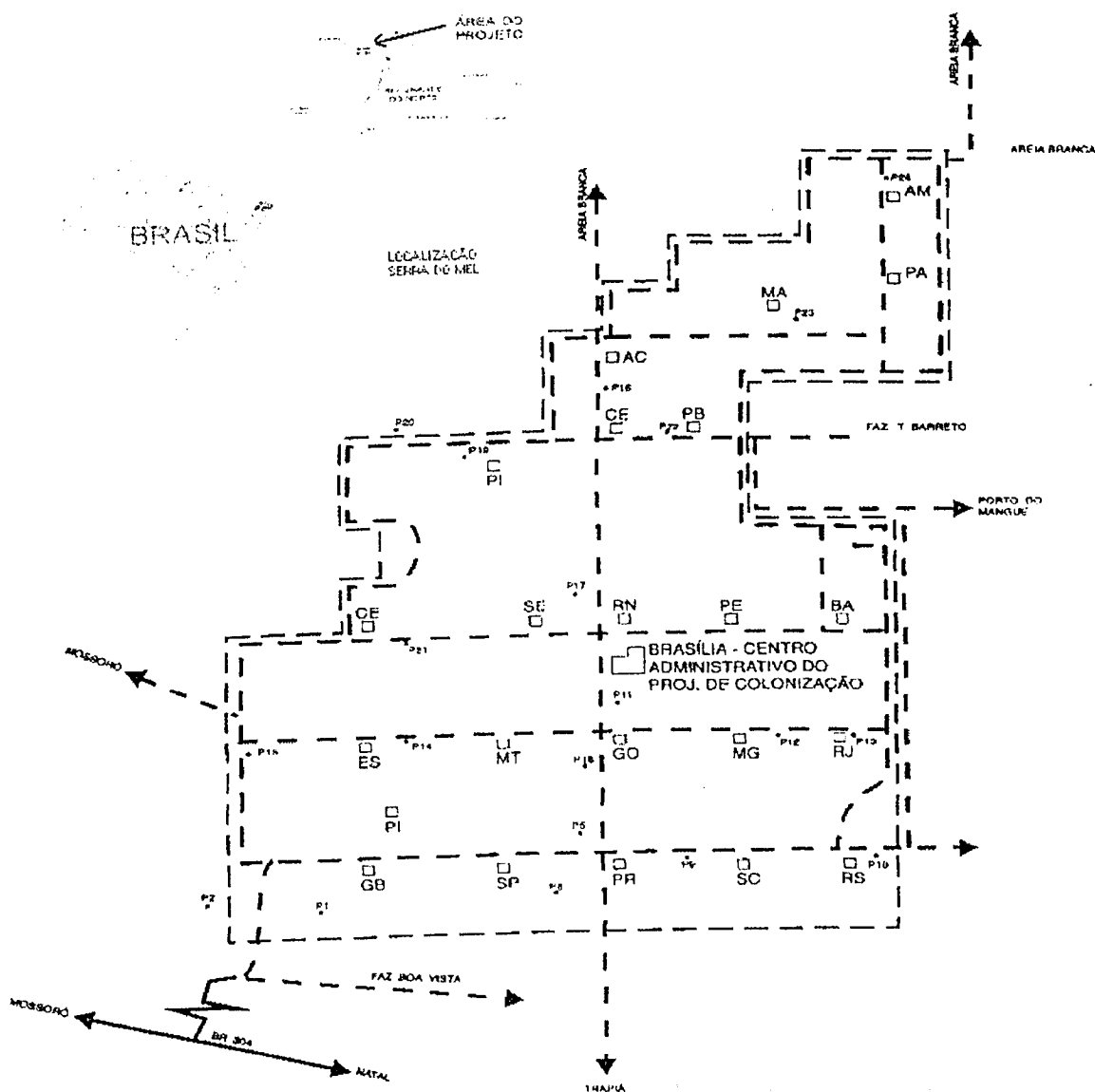
#### 3.1. Características Gerais do Desenvolvimento Rural de Serra do Mel

O projeto de colonização de Serra do Mel foi concebido no ano de 1972 numa época em que era expressivo o poder de influência do Estado, a partir da prática de planejamento governamental. O início da década de 1970 representava um período em que o Estado brasileiro atuava estimulando a ampliação e expansão da fronteira agrícola em todo o país. No caso específico de Serra do Mel, a colonização se deu com a finalidade de absorver força de trabalho excedente liberada por ocasião da incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas salinas do Rio Grande do Norte, onde milhares de famílias tornaram-se desempregadas.

Após o projeto ter sido criado, com inspiração no modelo *moshavi* de Israel, e planejado para a formação de vilas rurais (cada uma leva o nome de um estado da

federação brasileira, conforme FIGURA 02 abaixo), a colonização teve início em 1974, com a implantação de cinco vilas (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo) no eixo sul e de um centro administrativo na área central do projeto. Essas vilas foram formadas por colonos vindos de diversas áreas do próprio estado, predominando os municípios circunvizinhos. O processo de seleção dos colonos aconteceu inicialmente elegendo e alocando os trabalhadores trazidos para a construção e da infra-estrutura local (demarcação, construção de casas, desmatamento, implantação do cajueiral, etc.). Os demais foram assentados em seus lotes, a partir do atendimento de critérios que passavam pelo âmbito político através de decisores envolvidos no projeto de colonização e que atendiam oligarquias locais e aliados do governador.

FIGURA 02: Mapa do município de Serra do Mel e distribuição espacial das agrovilas.



No ano de 1975 toma posse um novo governador. Este não demonstrou interesse no projeto e procurou a todo custo transformá-lo numa empresa privada e os colonos em assalariados agrícolas. Não obteve êxito. Houve ainda uma tentativa de venda da área a um grupo israelense. Novamente fracassou. Sem conseguir transformar em empresa privada nem repassar aos israelenses, o governador desprezou totalmente o projeto.

Uma parte dos colonos que enfrentava privações alimentares promoveu o arrombamento de um armazém da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do estado – CIDA<sup>1</sup>, levando alimentos. Isso aconteceu estimulado pelo escândalo público que ocorreu em 1979 e que foi chamado de “feijão maravilha”, quando 700 toneladas de feijão, produzidas pelos próprios colonos apodreceram nos armazéns da CIDA, causando enormes prejuízos aos agricultores que lutaram pelo ressarcimento dessa produção por dez anos. Um segundo conflito ocorreu quando outras vilas formaram-se pela iniciativa dos próprios trabalhadores.

Em 1980, ocorreram ocupações das vilas Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidas por filhos de antigos colonos, com lotes improdutivos e trabalhadores rurais da região, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Mossoró (STLM).

Em 1981 novas vilas se formaram a partir de uma intervenção direta do Governo do Estado. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu-RN (ver capítulo 4 a seguir), o governo deslocou para Serra do Mel uma parte da população atingida e expulsa pelas águas do reservatório. Formaram-se as vilas: Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entre 1983 e 1984 outras vilas são formadas na área norte do projeto (Acre, Maranhão, Pará e Amazonas) e no centro. Logo no início, esses colonos enfrentam quase cinco anos de seca, o maior em 1983, onde não houve produção agrícola, o que levou o projeto a um processo parcial de abandono da área por parte de muitas famílias.

Em 1984 surgiu um movimento desencadeado por um grupo de engenheiros agrônomos, recém formados na Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, que propôs ao Governo do Estado que destinasse uma área de produção e formasse uma agrovila composta por eles, com a finalidade desta servir de unidade demonstrativa para o projeto. Apesar de o Governo não ter aceitado a proposta de imediato, o grupo

---

<sup>1</sup> Encarregada da comercialização da produção, a CIDA concentrava as ações do Projeto e obrigava todos os colonos a entregar a safra, quase sempre pagando preços bem abaixo dos praticados no mercado, combinando ainda o ressarcimento da diferença para período posterior.

conseguiu resistir e a vila Amazonas foi ocupada pelos técnicos que, a partir da convivência com os outros colonos, tentaram desenvolver e propagar tecnologias de efeito demonstrativo. Apesar da proposta não ter tido êxito, apenas um grupo reduzido de agrônomos continuou nas atividades técnicas e de organização locais<sup>2</sup>.

Em síntese, o processo de colonização da Serra do Mel se deu de duas formas: de um lado uma colonização oficial, constituindo 17 vilas, e um processo de ocupação feita por trabalhadores com apoio do movimento sindical e da Igreja, que ocasionou a colonização de cinco vilas. A última vila, a Tocantins, foi formada na década de 1990, a partir da incorporação de uma área de assentamento de reforma agrária ao município.

Por outro lado, mesmo diante de tantas adversidades que limitavam a sobrevivência no Projeto como a seca que dizimava as plantações, os agricultores, juntamente com instituições como a Igreja, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETARN) e o Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró buscavam forças para resistir, muitas vezes contrariamente às forças do Estado.

No que diz respeito às questões organizacionais e econômicas, o desenvolvimento rural do Projeto Serra do Mel apresenta dois períodos distintos: de 1972, data de sua criação até 1983 e de 1984 até 2000. O primeiro período, de criação e formação, extremamente difícil e caracterizado pela situação de submissão ao poder centralizado do Estado e a uma visão de desenvolvimento do espaço rural exclusivamente agrícola, além das intempéries climáticas como a seca. E o segundo, o qual passaremos a nos referir daqui a diante, representa o início de um processo de organização política, social e produtiva e a aplicação da lógica do *desenvolvimento local* na implementação de um modelo para o meio rural. Esta lógica foi responsável pelo delineamento de um caminho a ser seguido e por importantes transformações estruturais no município, além de esperança para inúmeras famílias de agricultores.

---

<sup>2</sup> A idéia de vila modelo ficou prejudicada, em função do governo estadual não ter oferecido condições aos técnicos para desenvolverem tal objetivo. O que ocorreu é que, não sobrevivendo da atividade agrícola, a maioria dedicou-se mais à profissão de servidor público do Estado ou do município de Mossoró, mantendo, no entanto, um lote em Serra do Mel (Projeto CONTAG/CUT, 1998).

### 3.1.1. O Processo de Organização Social e Produtiva

O início do processo de organização dos agricultores de Serra do Mel é possuidor de particularidades relacionadas com a presença predominantemente centralizada por parte do Estado. A relação entre os agricultores e o estado era caracterizada pela limitação das ações dos primeiros, o que inibia o surgimento de qualquer comportamento que estimulasse a participação dos produtores e, dessa forma, limitava a possibilidade destes assumirem responsabilidades no Projeto, tanto no âmbito do seu desenvolvimento quanto na condução da nova vida em comunidade.

A criação da estrutura de organização deu-se a partir de 1983 mediante ação coordenada por um técnico recém chegado da Suíça destinado a trabalhar para o governo do Estado, com vistas à emancipação do Projeto Serra do Mel a município. A partir da realidade encontrada, o técnico suíço percebeu a necessidade de buscar, através de estudos técnicos e da gestão participativa, vias de desenvolvimento capazes de viabilizar as atividades locais. Neste sentido, dá-se início à criação de associações e, no ano de 1985 cada uma das 22 agrovilas existentes passam a ser dotadas de associações, cuja finalidade iniciou e continuou sendo a de receber os recursos e repassar para os agricultores, promovendo assim o início de um processo de descentralização, tanto no desenvolvimento das atividades econômicas, como no exercício do poder.

Atualmente a estrutura de organização do município de Serra do Mel, conforme demonstra a TABELA 02, é composta de 24 associações, sendo 22 com fundação no ano de 1985 e 02 fundadas no período de 1996 a 2002. Conta ainda com um 01 grupo específico de produtores, que desenvolve a atividade de produção de mel de abelha (apicultores), além de 02 cooperativas.

TABELA 02: Serra do Mel: estrutura e formas de organização:

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Data de Fundação	Em atividade	Evolução do n.º de sócios	
				1996	2000
GRUPO DE PRODUTORES	01	1998	01	-	42
ASSOCIAÇÃO	24	1985/02	24	939	636
COOPERATIVA	02	1989/91	01	1.090	727

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

Das duas cooperativas existentes uma delas, a COOPERMEL, foi criada inicialmente no ano de 1975 e oficializada em 1989, passando a desenvolver uma gestão vertical e centralizada ao poder do estado. A concepção de sua criação e desenvolvimento passou a inibir a participação dos agricultores familiares e a direcionar

as ações para a atuação em escala industrial descaracterizando a relação com a forma predominante da agricultura familiar. Os representantes da COOPERMEL inspirados no modelo da grande empresa capitalista de capital intensivo e de caráter *fordista*, predominante na época, elegeram a construção de uma estrutura centralizada que utilizasse mão-de-obra prioritariamente assalariada, com vistas ao beneficiamento da castanha e do pedúnculo do caju. Para isso, foram adquiridas máquinas de porte industrial para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha e o esmagamento na fabricação de suco a partir do pedúnculo.

A gestão vertical e a produção centralizada da COOPERMEL, além da intervenção do estado na sua condução passaram a inibir gradualmente a participação dos produtores gerando um estado de desconfiança e promovendo uma desarticulação entre sua diretoria e os agricultores familiares. A situação era, então, caracterizada pela descrença em toda a estrutura organizativa, o que fez muitos agricultores se desvincularem tanto das cooperativas como das associações. O período de 1996 a 2000, como mostra a TABELA 02 acima, ainda encontra-se afetado pelos acontecimentos do período anterior, demonstrando queda no número de associados/cooperados.

Em 1985, os agricultores familiares acreditando numa reversão daquela situação e, com a ajuda de algumas instituições, dentre elas a Igreja, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETARN e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró, destituíram a diretoria da COOPERMEL e assumiram o poder. A situação da Cooperativa apresentou-se caótica no momento e, no ano de 1986, a diretoria constituída pelos agricultores resolveu colocar um gerente com conhecimentos técnicos na esperança de solucionar os problemas e salvar a Cooperativa, mas este não conseguiu reverter a situação afastando-se da função e com ele os trabalhadores.

Mesmo depois da experiência frustrada com a COOPERMEL, a crença na organização através do cooperativismo não foi totalmente abalada, pois esta forma se configurava na mais adequada de organizar-se e organizar a produção. Assim um grupo de agricultores familiares, com a ajuda da FETARN e outras instituições, criou e fundou em Mossoró-RN no ano de 1991 a Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha de Caju – COOPERCAJU. Mesmo impedida pela prefeitura de funcionar em Serra do Mel, e ao contrário da COOPERMEL, a COOPERCAJU priorizou a construção de uma estrutura descentralizada em unidades familiares para beneficiar a produção de castanha, com inspiração no *modelo flexível*. Para instalar as unidades de beneficiamento e distribuir por algumas associações foi necessário adquirir e ajustar tecnologia de porte artesanal



para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha. A gestão manteve a lógica vertical, mas a ação da diretoria não mais inibia a participação, o que gerou uma migração. A TABELA 03 demonstra que houve uma evolução positiva do número de cooperados para a COOPERCAJU e uma queda no quadro da COOPERMEL.

TABELA 03: Cooperativas existentes e número de sócios participantes:

NOME DA COOPERATIVA	Data de Fundação	Evolução do n.º de sócios	
		1996	2000
COOPERMEL	05/1989	1000	600
COOPERCAJU	07/1991	90	127

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

As ações da COOPERCAJU passam a se basear numa gestão que busca estimular a participação dos cooperados através de tomadas de decisão em assembleias, como também desenvolver uma integração de atividades em nível local, sem atender a clássica separação entre agricultura e indústria, das fases tecnologicamente diferentes da produção, da agroindústria e da comercialização.

Entretanto, a trajetória da COOPERCAJU em seu pouco tempo de operação não se resume apenas ao melhor dos mundos. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores no período mais crítico de intervenção estatal e a frustração com a COOPERMEL, dentre outros fatos marcantes foram ingredientes favoráveis à construção de um quadro de desconfiança que dificultava, como veremos a seguir, o andamento de um processo pleno de participação atingindo, de certa maneira, a gestão da COOPERCAJU e do planejamento realizado para reestruturar e retomar o desenvolvimento de Serra do Mel.

### 3.1.2 O Programa de Reestruturação e a Agricultura Familiar

Os produtores de Serra do Mel sobreviviam, no início dos anos 1980, em condições difíceis, praticando o cultivo de culturas destinadas principalmente ao autoconsumo como mandioca, feijão e milho. Algum excedente de produção gerado era submetido ao controle da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do estado – CIDA, caso estes produtores decidissem pela sua comercialização. Nesse período, a produção de caju, principal cultura implantada em período recente, ainda se configurava desprezível e a forma de se pensar o desenvolvimento das atividades rurais era exclusivamente agrícola, não havendo uma preocupação clara com a diversificação, inserção de atividades não-agrícolas ou verticalização da produção.

Quando as lavouras de cajueiro deram início à produção, dois anos depois, procurou-se pensar numa melhor maneira de aproveitamento de seu principal produto, o

caju. No ano de 1983, mediante uma ação coordenada por um técnico recém chegado da Suíça<sup>3</sup> para trabalhar no Projeto Serra do Mel surgiram, a partir daí, interesses em desenvolver estudos no sentido de viabilizar formas de agregar valor à produção.<sup>4</sup> Um dos pontos mais discutidos inicialmente foi a necessidade de criação e desenvolvimento de um processo artesanal de corte da castanha com a finalidade de extrair a amêndoa. A idéia seria a realização de um beneficiamento descentralizado a partir das próprias unidades de produção nas vilas, realizado pelas próprias famílias, e que a qualidade da castanha beneficiada fosse capaz de se enquadrar nos padrões determinados pelo mercado internacional. Para isso, seria preciso criar e desenvolver uma estrutura de produção adequada à realidade local. Neste sentido, o técnico da Suíça fundou uma organização não-governamental, a Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC, e buscou apoio e recursos junto a seu país. Deu-se, assim, início a um processo local de mudança começando com a aquisição de alguns equipamentos de tração, sementes e, paralelamente, a criação de associações nas agrovilas conseguindo, no ano de 1985, como já citado, a instalação destas associações nas 22 agrovilas existentes.

A partir de 1986, um esforço importante foi dispendido no sentido de incentivar o *desenvolvimento local* e difundir a ideologia desta linha de desenvolvimento trazida pelo técnico europeu junto às instituições, agentes locais e às famílias dos produtores. Com base nisso, foi elaborado no ano de 1987 o primeiro planejamento, o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado – PDCI, já com a vantagem da população se encontrar com um nível de organização e participação considerável. Com a aplicação do *desenvolvimento local* começava-se a buscar, contudo, a auto-sustentação do Projeto juntando a isso a aspiração pela emancipação deste à condição de município, o que acabou acontecendo no ano de 1988. Já como o mais novo município do estado, segundo CHARITY (1995), Serra do Mel precisava de financiamento para os investimentos necessários à implantação de uma estrutura mais complexa, o que passou a exigir do poder estatal a construção de uma infra-estrutura mais moderna e a

---

<sup>3</sup> O técnico Jean Joseph Rabout veio da Suíça contratado pelo governo do estado do Rio Grande do Norte para a missão de coordenar ações com vistas a dotar o Projeto de Colonização de Serra do Mel de uma estrutura suficiente para a sua emancipação e promoção à condição de município.

<sup>4</sup> Em 1984 ocorreu uma mobilização por parte dos produtores incentivados pela FETARN, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró e pela Igreja, com a finalidade de reabrir a COOPERMELO que encontrava-se desativada. Conseguindo, o grupo de produtores respaldados pelas instituições arrendaram, por um período de 1 ano, a estrutura da cooperativa para duas empresas, a mineira Maguary e a cearense Jandaia, que passaram a processar o pseudofruto na fabricação de suco, abandonando em seguida as atividades no município.

conclusão do que já havia iniciado. Dentre as principais reivindicações estava o apoio ao desenvolvimento da agricultura com base na unidade familiar de produção.

As preocupações e as ações no sentido de alavancar o processo de reestruturação de Serra do Mel, através da perspectiva do *desenvolvimento local*, deram-se a partir do ano de 1994 com a elaboração e implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM, o qual veremos com mais detalhes no tópico a seguir. A execução do Plano promoveu transformações estruturais e alterações significativas no quadro geral do município. A idéia inicial desse novo plano era a união de forças em torno do que VEIGA (2000; p. 138) e ABRAMOVAY (2000) denominam de *idéia guia*, na busca pelo desenvolvimento sustentável. Para isso, inicialmente foi fundamental articular a cooperação principalmente entre três instituições: a Prefeitura Municipal, a EMATER e a AACC, esta última assumindo o papel de coordenadora e reguladora.

Os estudos de viabilidade para o aproveitamento do caju sugeridos inicialmente pelo técnico fundador da AACC foram realizados pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural de Botucatu – IBD e por uma instituição holandesa, a AGRO ECO – Holanda. Os resultados desses estudos apontaram para o caminho da construção daquilo que GRAZIANO DA SILVA (1997) classifica de um espaço rural multifuncional, com maior descentralização e diversificação das atividades locais e otimização no aproveitamento dos recursos. A idéia era centrada no envolvimento de uma série de aspectos relacionados a melhores formas de produzir, armazenar e acondicionar bem os produtos, com vistas a beneficiar e agregar valor ao produto final e, principalmente, a comercializar com qualidade e regularidade de oferta sem a presença de intermediários. Com relação à comercialização, como observa CHARITY (1995), trabalhou-se com a possibilidade de vender um produto, sendo necessário, para isso, inverter na fase da produção o sistema de cultivo com vistas a certificação orgânica. Dessa forma, deveriam ser considerados pontos fundamentais como as exigências para classificação na categoria orgânica, sem a presença de aditivos químicos e produzido num meio social compatível com o desenvolvimento esperado. A partir disso, parte da castanha de caju passou a ser produzida em sistema de cultivo agroecológico e beneficiada artesanalmente pelas próprias famílias com destino à exportação. O primeiro lote levando consigo a certificação do IBD e o Selo Orgânico foi exportado no ano de 1995.

Apesar do planejamento elaborado com a participação dos agricultores e estes envolvidos diretamente no processo através das suas respectivas associações havia um

problema sério a ser resolvido: o crédito. Até 1987 os agricultores não possuíam o título de posse de seus lotes e, sem a capacidade de oferecer garantias, não podiam retirar recursos nos bancos. Em 1988, com o Projeto na condição de município e os agricultores possuindo os títulos de seus lotes é realizado o primeiro custeio, com prazo de vencimento dos contratos em um ano. Quando chega o momento de saldar as dívidas com os bancos, os agricultores são orientados por técnicos do estado para o não pagamento, pois esses técnicos apontavam para a possibilidade de perdão por parte dos bancos. O perdão não aconteceu e, entre os anos de 1988 e 1995, os agricultores de Serra do Mel não tiveram acesso às fontes oficiais de financiamento, pois se encontravam inadimplentes junto aos bancos. Para financiar a produção nesse período, os agricultores passaram a se submeter ao financiamento informal como a agiotagem e o adiantamento realizado pelo capital comercial. Os comerciantes maiores de Mossoró, principalmente, com sua rede de prepostos locais faziam o vínculo entre os agricultores e o mercado. Neste vínculo não existia a estrutura competitiva e, citando ABRAMOVAY (1998), a integração dos agricultores ao mercado se dava parcialmente e realizando-se em condições tais que, permanentemente, era presente a influência de agentes econômicos sobre a formação dos preços. Outra alternativa dos agricultores era a obtenção de recursos através da venda de itens como leite e animais (porcos, galinhas, etc.). É o que ilustra o depoimento de um antigo agricultor, que reproduzimos abaixo:

*[...] era um tempo muito ruim. O comprador de castanha vinha aqui e comprava toda a produção nossa muitas vezes antecipada, na folha, a um preço que não valia a pena. Mas é o que eu digo aos meus amigos, o que agente podia fazer? Não tinha proteção de ninguém, só de Deus. Precisava do dinheiro para tocar o cajueiro e alimentar a família e não tinha outro canto pra buscar. O jeito era tomar emprestado a agiota com juro alto, vender a castanha do preço que o comprador queria e se virar com a venda de alguma criação. Isso quem tinha criação pra vender. Era difícil.* (J.B.S. Serra do Mel, agricultor familiar, 57 anos).

O acesso por parte dos agricultores a recursos oriundos de fontes oficiais de financiamento como os bancos, por exemplo, passou a ser uma realidade somente no ano de 1996 ainda submetido a restrições e condições, depois do longo período de inadimplência. Os recursos para as atividades rurais em Serra do Mel foram sendo liberados sob a ação cautelosa dos agentes financeiros, principalmente do Banco do Brasil. Os bancos passaram a aumentar de forma considerável as quantias e demonstrar maior confiança junto aos agricultores apenas nos anos de 1997 e 1998 liberando, no

período de 1996 a 2000, um total de R\$ 12.924.324,77 (Doze milhões, novecentos e vinte quatro mil, trezentos e vinte quatro reais e setenta e sete centavos), a maioria do Banco do Nordeste<sup>5</sup>, conforme dados da TABELA 04.

TABELA 04 – Valores liberados em empréstimos realizados no mercado financeiro no período de 1991 a 2000 (em reais) e as principais fontes de financiamento.

ANO	BANCO DO BRASIL	BANCO DO NORDESTE	TOTAL
1996	25.000,00	1.026.608,77	1.051.608,77
1997	1.100.000,00	2.484.536,41	3.584.536,41
1998	-	5.596.851,59	5.596.851,59
1999	1.268.170,00	530.216,18	1.798.386,18
2000	363.870,00	529.071,82	892.941,82
<b>TOTAIS</b>	<b>2.757.040,00</b>	<b>10.167.284,77</b>	<b>12.924.324,77</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002.

O registro da elevada quantidade de dinheiro nas mãos dos agricultores entre 1997 e 1999, auge do Programa de Reestruturação, é resultado de maior confiança dos bancos no cumprimento futuro dos contratos e da necessidade de investimento em estrutura, dado a capacidade de expansão e de retorno econômico detectados na cultura do caju. Além disso, o processo de beneficiamento e a comercialização de castanha orgânica destinada à exportação contribuíram para isso. A redução em 1999 e 2000 ocorreu por ocasião de uma mudança na política nacional de crédito, o que representou uma crise de financiamento que prejudicou bastante os agricultores e o andamento das atividades rurais. Segundo afirmações das carteiras agrícolas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste de Mossoró-RN, os agricultores de Serra do Mel vinham utilizando desde 1996 a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Numa reformulação deste programa em nível nacional, que classificava agricultores familiares em faixas A, B, C e D, estes foram submetidos a um reenquadramento. Em 1999 os agricultores adquiriram recursos via Pronaf D com teto de 5.000,00 reais por contrato, e em 2000 pelo Pronaf C com teto de 1.500,00 reais.

Uma das particularidades do Programa de Reestruturação diz respeito à forma de distribuição dos recursos na cadeia do caju, a qual possibilitou, em certo nível, uma

<sup>5</sup> A presença do Banco do Nordeste no período de elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel - PIDSSM, criou uma situação de euforia por parte de vários produtores, os quais esperavam que os recursos fossem liberados de forma imediata e em quantias desejadas. A ansiedade era tanta que muitos não tiveram paciência de esperar a finalização do Plano pois, para alguns agricultores o caráter imediatista no acesso ao dinheiro era o que mais importava no momento e não a 'conversa fiada' necessária no processo de elaboração do PIDSSM.

integração das fases da produção, beneficiamento e comercialização. Conforme demonstra a TABELA 05 abaixo, esse foi um período decisivo na formação de uma estrutura que exigiu maior destino e finalidade dos investimentos em bens de capital (máquinas de corte, estufas a gás, mesas de classificação, etc.), objetivando alcançar a agregação de valor e o aumento da renda dos produtores, finalidade principal do Plano.

TABELA 05 - Crédito rural: valores contratados e liberados por finalidade (1991-2000)

ANO	PRODUÇÃO		AGROINDÚSTRIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	
1996	839.675,58	25.000,00	295.355,34				1.051.608,77
1997	1.878.157,44	1.100.000,00	410.796,10	304.005,02	-	30.000,00	3.614.536,41
1998	4.025.275,93	69.783,61	724.596,39	563.574,97	214.695,23	107.347,61	4.872.255,20
1999	364.922,55	1.541.885,78	-	152.485,65	-	-	1.950.871,83
2000	277.070,20	672.079,81	-	52.213,96	-	-	892.941,82
<b>Totais</b>	<b>7.385.101,70</b>	<b>3.408.749,20</b>	<b>706.151,44</b>	<b>1.072.279,60</b>	<b>214.695,23</b>	<b>137.347,61</b>	<b>12.924.324,78</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria.

A dinâmica gerada a partir do programa de reestruturação levou a uma situação onde se tornava evidente a concentração e o predomínio dos investimentos em um único produto: o caju. Apesar da liderança da cultura do caju admitia-se, entretanto, que este produto por si só, era insuficiente para garantir a condição de desenvolvimento do município. Mesmo assim, a cadeia do caju (tratos culturais, colheita, armazenamento, beneficiamento, comercialização, etc.) absorveu, no período entre 1991 e 2000, de acordo com a TABELA 06 abaixo, 95,06% de todos os recursos destinados às atividades rurais do município demonstrando, a princípio, importância e poder no desenvolvimento rural de Serra do Mel.

TABELA 06 - Culturas que mais demandaram financiamento no período (1991-2000)

CULTURA	VALOR (mil reais)	%
Caju	12.285.863,14	95,06
Feijão	365.728,22	2,83
Bovinocultura de leite	187.300,64	1,44
Bovinocultura de corte	85.658,22	0,67
<b>TOTAL</b>	<b>12.924.324,78</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria.

Dessa forma, a cultura do caju passou a se destacar como a de maior capacidade de resposta aos investimentos e a se configurar para os elaboradores do planejamento

como produto líder e um instrumento importante, tendo em vista a possibilidade de engendrar uma dinâmica local e dar sustentação à reestruturação de Serra do Mel.

As outras culturas que somaram apenas 4,94% dos recursos do financiamento oficial no período de 1991 a 2000, por si só demonstram a condição de pouca importância econômica, quando vistas com a possibilidade de inserção e contribuição no desempenho de uma estratégia de desenvolvimento do município com sustentabilidade. Conforme TABELA 07 abaixo, além de pouca elasticidade e pequena capacidade para agregar valor, os demais produtos de Serra do Mel, com exceção do caju, variaram pouco as quantidades produzidas entre 1991 e 2000. São bens produzidos pelos agricultores sem a preocupação comercial em sistemas de cultivos simples e em regime de sequeiro no período das chuvas, e que têm destino principalmente para o autoconsumo das famílias (no caso de alimentos) e poupança (animais). Destes, apenas o mel de abelha e a raiz de mandioca são produzidos, em sua maioria, com vistas à comercialização, encontrando-se no momento insuficientes para serem pensados numa inserção mais ampla economicamente.

Tabela 07: Evolução dos principais produtos agropecuários de Serra do Mel.

PRODUTOS	1995		2000	
	Unidade	Quantidade Produzida	Unidade	Quantidade Produzida
Feijão	Kg	38.000	Kg	22.000
Mandioca	T	300	T	1.600
Leite	L	100.095	L	291.600
Bezerros	Cab.	1.000	Cab.	1.800
Suínos	Cab.	200	Cab.	1.116
Mel de abelha	Kg	2.500	Kg	25.000
Ovos de galinha caipira	Dz.	6.870	Dz.	7.000

FONTE: PIDSSM (1995), COOPERCAJU e IDEMA (2001). Elaboração própria.

Entretanto, mesmo possuindo liderança absoluta a cultura do caju, segundo os elaboradores do planejamento, se configurava insuficiente para assegurar sozinho a sustentabilidade do município. Mesmo assim a maior parte da estrutura rural existente no município – retirando a estrutura de produção –, como demonstram as informações da TABELA 08, foi constituída a partir do financiamento gerado pela dinâmica em torno dessa cultura. E, como podemos constatar, é na estratégia de agregação de valor (beneficiamento da castanha) que se evidencia a principal preocupação com a reestruturação de Serra do Mel. Como mostra a TABELA 08, isto se afirma quando percebemos que as unidades de beneficiamento artesanal vinculadas a COOPERCAJU, adquiridas entre 1990 e 1998 e que aparecem em funcionamento no desenvolvimento

das atividades rurais de Serra do Mel surgiram, em sua maioria, no período de maior fluxo de recursos oriundos do crédito oficial.

A inserção e expansão dos financiamentos bancários foram, a nosso ver, os mais importantes fatores na aceleração e viabilização das mudanças locais (produtiva, tecnológica, capacitação, etc), pois significou inicialmente o rompimento dos laços de dependência ao capital comercial e, posteriormente, a base para as ações necessárias ao cumprimento das metas para a reestruturação do município constantes no Plano, o que fez resultar na alavancagem e sustentação do desenvolvimento rural.

TABELA 08: Estrutura de patrimônio rural existente:

<b>PRODUÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Ativos em Produção</b>	<b>Parados / Inativos</b>	<b>Período de Construção/Aquisição</b>
Lotes agrícolas	1.196	1.196	-	1974 a 1984
Colméias	1.000	996	04	1998 a 2000
<b>AGROINDÚSTRIA</b>				
Unidades beneficiamento castanha	400	100	300	1990 a 1998
Casas de farinha	14	-	14	1990 a 1996
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>				
Cooperativas	02	01	01	1975 a 1991

FONTES: Questionário de campo e COOPERCAJU 2002.

Uma das constatações que chama a atenção na TABELA 08 é a existência das 14 casas de farinha. Estas se encontram desativadas e dispersas por algumas vilas do município, devido à insuficiência de matéria prima para o seu funcionamento. Essa estrutura foi formada com recursos oriundos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP numa parceria realizada entre o governo do estado e o Banco Mundial, a qual para sua instalação não atendeu a um rigor nos estudos prévios de viabilidade econômica e de mercado. São produzidas em média no município, 300 toneladas da raiz/ano de mandioca, quantidade suficiente para funcionar pouco mais de uma casa de farinha. Essa estrutura não despertou nos planejadores o interesse de torná-la viável em curto prazo, tornando-se desprezada pelo Programa de Reestruturação.

Foi com a criação da COOPERCAJU que se intensificou a reestruturação. E esta reestruturação, como visto, estava prevista a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju, utilizando um equipamento de corte de porte familiar para a extração da amêndoa. Entretanto, não existia nenhum equipamento como o desejado que se adaptasse à realidade de Serra do Mel, apenas as máquinas de porte industrial da COOPERMEL que não interessavam para a lógica de desenvolvimento pretendida. Neste sentido, surgiu a necessidade de simplificar e ajustar para uma tecnologia de corte artesanal e inserir de forma eficiente e descentralizada, tal que as próprias famílias residindo nas diversas vilas operassem até mesmo em suas casas. A EMBRAPA



Agroindústria Tropical com sede em Fortaleza foi procurada e através de uma parceria firmada com a COOPERCAJU passou a trabalhar na adaptação de um pacote que atendesse a capacidade de produção de cada família. A estratégia do planejamento, como veremos no tópico a seguir, era, desde 1994, mediante processo de agregação de valor (beneficiamento da castanha e a comercialização) capitalizar e dotar a COOPERCAJU de uma estrutura a partir das necessidades da cultura do caju, tendo em vista o fortalecimento de sua estrutura econômica. Essa era a condição necessária para facilitar e tornar efetivo o acesso a recursos para o financiamento dos investimentos com a captação junto aos bancos, principalmente o Banco do Nordeste.

### **3.1.3. O Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável**

Durante as discussões do planejamento que se estenderam pelos anos de 1994 e 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Banco do Nordeste e a Associação Brasileira de Cooperação – ABC, juntamente com a AACC acompanharam tecnicamente a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM, cuja metodologia propiciou na sua formulação a participação e capacitação dos produtores envolvidos e suas associações.

Com relação à realidade do município, algumas constatações apontadas pelo Plano merecem destaque. A estrutura de produção formada por lotes agrícolas adquiridos pelos produtores, com 50 ha de área cada, foi entregue na época da colonização da seguinte forma: 15 ha plantadas com caju, 10 ha destinadas à culturas temporárias e 25 ha para preservação ambiental e expansão das atividades. Entretanto, constatou-se inicialmente uma redução expressiva da área de caju; e a destinada às atividades temporárias, em sua maioria, não tinha sido ainda ocupada. As terras do município não eram uniformes apresentando áreas com solo inadequado para o cultivo do caju e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, como a falta de crédito agrícola oficial e sucessivos anos de seca limitaram a expansão das culturas temporárias. Em torno de 80% da área destinada à expansão se encontravam inexploradas. Culturas para o autoconsumo das famílias, como feijão, milho e mandioca eram muitas vezes praticadas no período de chuvas em sistema de consórcio com o cajueiro, aproveitando a área de cultura perene para expandir a produção de itens destinados à alimentação.

Uma das principais conclusões do Plano com relação à situação econômica presente do município àquela época foi de que, apesar da liderança da cultura do

cajueiro era sensato aceitar sua condição de insuficiência para engendrar sozinho um processo de desenvolvimento, capaz de garantir sustentabilidade e um fluxo regular de renda para todas as famílias de agricultores. Para os elaboradores do PIDSSM, a consolidação da agroindústria do caju se configurava como condição fundamental, porém a garantia de uma maior segurança econômica e continuidade desta para o município dependia da saída da dependência do caju, através da diversificação das atividades econômicas locais, via introdução de novos e viáveis sistemas produtivos.

Na concepção do PIDSSM, em nível de *relacionamento interno* da unidade familiar de produção, a variável tecnológica encontrava-se estritamente associada com a disponibilidade de recursos físicos e financeiros, com o processo de capacitação, de produção e de trabalho, com a divisão interna do trabalho entre os membros da família ou a mão-de-obra eventualmente contratada. E, em nível das *relações externas*, com o grau de mercantilização da produção e a articulação com os sistemas de comercialização e financiamento. Neste sentido, a idéia do Plano é de um desenvolvimento endógeno com o menor grau possível de subordinação<sup>6</sup>, onde as mudanças tecnológicas introduzidas na produção acelerem o processo que GRAZIANO DA SILVA (1982) classifica de diferenciação no sentido *ascendente*. E ainda, que seja capaz de fazer com que as rendas oriundas do excedente da atividade rural do município, não sejam transferidas intersetorialmente para outros setores fora do âmbito local, e que os bons resultados da atividade sejam convertidos em investimentos na estrutura de produção e em rendas cada vez maiores e mais remuneradoras do trabalho das famílias.

Percebendo a importância da inserção da agroindústria como processo contínuo da produção, o PIDSSM apontava para a diversificação das atividades num cenário onde estas estivessem devidamente integradas na cadeia produtiva. Mas, de acordo com o diagnóstico do município, as 14 casas de farinha construídas com recursos do PAPP foram vistas como alternativa, mas logo dispensadas em função da insuficiência de matéria prima e dispersão entre elas a ponto de dificultar a gestão. Alternativa outra foi impulsionar, pensando principalmente na população jovem, a expansão de atividades não-agrícolas existentes como, por exemplo, a fabricação de confecções e de móveis.

---

<sup>6</sup> A característica da agricultura familiar para vários autores, dentre eles GRAZIANO DA SILVA (2000) e ABRAMOVAY (1998, p. 193), é de dependência e subordinação ao capital. E é, certamente, a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos. A concepção do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel - PIDSSM, neste caso, apresenta-se ousada quando busca em suas diretrizes, uma combinação nas relações internas e externas, de forma tal que possibilite o mínimo de submissão e dependência da agricultura familiar de Serra do Mel à lógica capitalista anunciada pelos clássicos de inspiração marxista (LÊNIN e KAUTSKY).

As unidades de confecções, que foram financiadas pelo PAPP e que produziam em 1994 11.000 peças por ano estavam passando por dificuldades agudas na sua forma de gestão, além de apresentar insuficiência de oferta. A fábrica de móveis, que era administrada pela Associação de Jovens de Serra do Mel – AJSM estava presente em três vilas, mantendo-se aquém da necessidade de inserção no processo de diversificação.

A estrutura local de serviços identificada, ligada às atividades rurais, era composta predominantemente por algumas atividades de venda praticada por atravessadores e a castanha do caju apresentava-se como ponto mais dinâmico. A oferta era bastante pulverizada e a política de preços injusta, pois cada agricultor era abordado individualmente, sem a devida representação organizacional, o que o deixava bastante vulnerável. A parte mais significativa da renda no município era proveniente, sobretudo, dos salários dos servidores públicos locais e dos que trabalhavam principalmente em Mossoró, maior cidade e centro urbano regional, a 18 km de distância.

Constatadas estas deficiências e os principais problemas do município nos levantamentos efetuados pela equipe do planejamento, passou-se a trabalhar no apontamento de soluções a partir da identificação das maiores potencialidades. Como já afirmado anteriormente, a fundamentação do Plano foi baseada na lógica do *desenvolvimento local*, num projeto de desenvolvimento construído desde sua base privilegiando a cooperação entre agentes e instituições, mantendo o relacionamento e interdependência entre os contextos regional, nacional e internacional. No que diz respeito aos agricultores, mesmo enfrentando dificuldades, a concepção do Plano fez com que no relacionamento diário, estes vissem uns aos outros como parceiros e não como ameaça. De acordo com a TABELA 09, o PIDSSM, nos últimos seis anos, proporcionou a participação de diversas instituições públicas e privadas que passaram a contribuir no processo de desenvolvimento local de Serra do Mel e juntando-se às mais antigas (AACC, EMATER, SIPARN e FETARN).

O Plano é então constituído de cima para baixo e dividido em diretrizes de âmbito social e produtivo, atendendo a lógica *descendente* de Programas e Projetos. A preocupação com a criação de postos de ocupação para a força de trabalho rural local foi priorizada e ancorada em três principais eixos: na agropecuária, na agroindústria e ocupações não-agrícolas e acesso a mercados.

TABELA 09 : Principais empresas e instituições parceiras e de relacionamento.

Empresa / Instituição	Ramo de Atividade	Nível de Atuação	Período de Relacionamento	Contratos? (S ou N)
AACC	Assistência técnica	Local	12 anos	S
BANCO NORDESTE/PNUD	Crédito/capacitação	Regional	06 anos	S
BANCO DO BRASIL	Crédito	Nacional	06 anos	S
BANCO MUNDIAL/PAPP	Crédito	Internacional	04 anos	S
EMATER	Assistência técnica	Regional	12 anos	N
EMPARN	Pesquisa	Regional	04 anos	N
EMBRAPA	Pesquisa	Nacional	03 anos	N
SEBRAE	Assessoria empresarial	Regional	06 anos	N
FETARN	Sindical	Regional	07 anos	N
VISÃO MUNDIAL	Comércio exterior	Internacional	02 anos	N
SIPARN	Comércio Exterior	Internacional	12 anos	N

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

A partir do enfoque no desenvolvimento local o PIDSSM, por sua vez, foi orientado para a necessidade de construção do que vem sendo definido como *capital social*, mediante a formação de uma rede de participação entre Estado (esferas municipal, estadual e federal) e Sociedade Civil.

Para o desenvolvimento da agropecuária o Plano direcionava as ações para as vertentes agrícola, pecuária e silvícola, consorciadas de forma a garantir um padrão tecnológico sustentável economicamente e ambientalmente. Em relação ao padrão tecnológico, além do consorciamento das atividades que previa a intervenção da pesquisa agropecuária pretendia-se utilizar técnicas que ajustassem as combinações para a reversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico. Este padrão tecnológico encontrava-se dentro das perspectivas dos estudos realizados pelo IBD de Botucatu, que recomendava a produção de castanha orgânica, principalmente, tendo em vista a possibilidade de atingir o mercado externo. A SIPARN sempre fez um papel de exportador intermediário, se responsabilizando pela operacionalização, em Natal, das exportações da castanha. Numa das ações mais importantes do eixo agropecuário contido no Plano, em 1996 a EMBRAPA Agroindústria Tropical e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN, com financiamento do Banco do Nordeste passaram a desenvolver no município, a tecnologia de substituição de clones de cajueiro buscando alcançar para os produtores maior produtividade a partir da inserção de uma variedade mais resistente e produtiva: o cajueiro anão precoce.

Para o desenvolvimento da agroindústria, o beneficiamento da castanha do caju, o incentivo à apicultura e o processamento da mandioca foram os pontos principais. Tentou-se implementar, a partir de uma ação conjunta com a EMATER, um processo caseiro de produção de derivados do pseudofruto (rapadura, doce, mel, licor, etc) em algumas vilas (a Vila Piauí, principalmente). O SEBRAE se inseriu logo após contribuindo com o apoio em marketing (embalagem, rótulo, identificação do produtor, etc.) para a entrada dos produtos no mercado. Diante de dificuldades de regulação, muitas delas geradas pelo *oportunismo* exacerbado de instituições e da deficiência de cooperação entre os agentes, não houve registro de sucesso considerável.

Como nas constatações dos defensores da teoria dos custos de transação, as instituições se justificam dada a necessidade de um aparato de normas e organismos reguladores que possam arbitrar e fazer cumprir os contratos, WILLIAMSON (1985) e, conforme afirma NORTH (1990), quanto mais aperfeiçoadas são as instituições, menores os custos de transação no cumprimento dos contratos. A situação de Serra do Mel demonstrou, além da inexistência de contratos, um pequeno grau de aperfeiçoamento das instituições envolvidas e deficiência de regulação. Como consequência elevou-se o grau de incerteza nas relações entre os agentes fazendo aflorar o oportunismo, o individualismo e a falta de ética em alguns agentes e instituições.

Neste sentido, o quadro previsto para a diversificação via agroindústria teve pouca expressão na criação e validação de outros produtos no município, como também no desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas e, como veremos a seguir, limitou-se apenas no beneficiamento da castanha do caju através do corte artesanal em unidades de porte familiar vinculadas principalmente a COOPERCAJU.

### **3.2. O Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Tecnologia para o Beneficiamento Artesanal da Castanha de Caju.**

A tecnologia é um dos elementos que afetam diretamente o funcionamento das economias de características familiares, sendo muitas vezes responsável por transformações estruturais profundas tanto em nível interno da unidade produtiva como em nível de suas relações com a sociedade capitalista. Todos os elementos se associam, de uma forma ou de outra, ao padrão tecnológico adotado, podendo modificá-lo ou ser por ele modificado, numa relação que não é linear, antes biunívoca e recorrente.

Assim, para GRAZIANO DA SILVA (1999, p. 137), a política tecnológica para o ambiente típico da unidade familiar emerge como um elemento-chave no contexto da transformação dinâmica de uma produção mais artesanal, no sentido de destruir, manter e elevar esse segmento a um patamar mais alto de integração com a economia global. Ou seja, a política tecnológica apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de integração, diferenciação e de decomposição da unidade familiar de produção em sentido ascendente ou descendente, isto é, nas direções defendidas pelos clássicos de inspiração marxista de um processo de submissão e integração, KAUTSKY (1980) ou proletarianização e capitalização, LÊNIN (1985).

Seguindo parecer da EMBRAPA Agroindústria Tropical<sup>7</sup>, contido em seu relatório anual, produtos oriundos de espécies tropicais do Nordeste, como o pseudofruto do caju, por exemplo, têm sido destacados pelos seus elevados teores de vitamina C, o que torna atraente a possibilidade de agroindustrializar, gerar uma variedade de produtos e comercializar em mercados competitivos num processo pleno de agregação de valor. Porém, o aproveitamento do pedúnculo de caju, segundo a EMBRAPA, ainda se configura insignificante, correspondendo a menos de 10% da matéria prima colhida para a remoção da castanha.

O setor agroindustrial ressentia-se de tecnologia para o aproveitamento integral do caju, de maneira a obter produtos de alto padrão de qualidade que possam ser competitivos nos mercados nacional e internacional. Para a EMBRAPA, os processos de extração da amêndoa são os mais viáveis, resultando em maior aproveitamento que o pseudofruto, mesmo a oferta de amêndoas apresentando-se ainda com baixa qualidade.

O eixo da agroindústria contido no PIDSSM fazia parte de um conjunto de atividades integradas, diferentes da lógica de KAUTSKY (1980) que separa agricultura e indústria, a serem desenvolvidas no âmbito produtivo e trazia, na sua concepção, um determinado grau de complexidade para sua implantação. Dessa forma, os recursos necessários ao financiamento dos investimentos do plano produtivo foram negociados diretamente com a sede do Banco do Nordeste em Fortaleza, por não se enquadrar nos parâmetros convencionais de projetos agrícolas. A apresentação de uma proposta que unia as três fases (a produção, a agroindústria e a comercialização), além da inversão do

---

<sup>7</sup> Para obtenção de informações mais detalhadas ver: (EMBRAPA Agroindústria Tropical. Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical CNPAT. **Relatório de Atividades 1996-1997**. Fortaleza, 1999. 156p, p. 63).

sistema de cultivo tradicional para o orgânico, tornava o Plano um caso particular nas rotinas das agências locais de crédito, impossibilitando-as de realizar a operação.

Acreditando na proposta, mas ainda cuidadoso tendo em vista o processo problemático dos agricultores entre 1988 e 1995, o Banco do Nordeste inicialmente resolveu limitar a realização do contrato de financiamento à estruturação e organização da COOPERCAJU e solicitou a transformação do plano produtivo em pequenos projetos para que as operações fossem diversificadas em várias linhas de financiamento, através de recursos do Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste, o FNE. O valor total do Plano foi estimado em 12.000.000,00 (Doze milhões de reais).

Diante da dificuldade com relação à tecnologia de processamento do pseudofruto apontada pela EMBRAPA, no PIDSSM o processo de reestruturação da COOPERCAJU foi direcionado a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju. Entretanto, no momento não existia nenhuma tecnologia que atendesse a esse propósito, ou seja, não existia um equipamento que se adaptasse à realidade de Serra do Mel como proposto no Plano, apenas as máquinas de porte industrial da COOPERMEL que não interessava para a lógica de desenvolvimento pretendida. Surge, então, a necessidade de simplificar e ajustar a tecnologia de corte artesanal e inserir de maneira eficiente e descentralizada de forma que as próprias famílias operem até mesmo em suas casas. Numa parceria entre os produtores, a AACC e a EMATER, realizaram-se discussões que resultaram, inicialmente, no desenvolvimento de uma mini-indústria familiar de beneficiamento de castanha, com características rústicas. A partir disso, fazia-se necessário adaptações para ajustar às dimensões pretendidas.

Tendo em vista a necessidade de ajuste da tecnologia, a EMBRAPA Agroindústria Tropical conseguiu desenvolver um equipamento de corte artesanal, a partir de outro já desenvolvido anteriormente por ela, adaptando ainda outros itens que incluía, além do equipamento de corte da castanha, uma estufa pequena que funciona com queima de gás em substituição as de alvenaria que queima lenha, baldes para cozimento em vez de autoclaves, *layout* apropriado para a instalação, etc.

A partir da utilização dessa estrutura de corte artesanal e de porte familiar constata-se um aumento expressivo na rentabilidade, pois além do valor agregado com a transformação, eleva o aproveitamento da produção, principalmente a destinada ao mercado externo, a parcela possuidora de um preço superior. A injeção de crédito oficial a partir de 1996 e a castanha de caju sendo beneficiada com os equipamentos artesanais fez a produção atingir os níveis dos números constantes da TABELA 10.

TABELA 10: Desempenho da produção de castanha beneficiada nos últimos 05 anos<sup>8</sup>.

PRODUTOS	Unidade	1996	1997	1998	1999	2000
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Castanha de caju	Kg	45.960	48.400	37.500	30.000	50.300

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002.

Segundo afirmações de um técnico da COOPERCAJU, a amêndoa beneficiada representa, em média, 20% do total de frutos processados, ou seja, são necessários 5 kg de frutos para gerar 1 kg de amêndoa. E no processo de seleção para a exportação, que se submete a um determinado rigor, o índice de aproveitamento de amêndoas inteiras chega a superar 80% de toda a castanha beneficiada, e o restante de 15% a 20% em formas quebradiças, é totalmente absorvido pelo mercado interno.

No processo de beneficiamento da castanha para exportação usando equipamentos de porte industrial, segundo afirmações de técnicos da COOPERMEL, aproveita-se em torno de 50% de amêndoas inteiras e os 50% restantes (quebradiças e esmagadas) passam a configurar qualidade inferior à equivalente de corte artesanal.

Como os produtores participaram juntamente com os técnicos da EMBRAPA e da AACC na adaptação do equipamento de corte artesanal, a tecnologia desenvolvida apresentou-se simples, o que proporcionou aprendizado fácil. Dessa forma, não foram identificadas, a partir dos produtores, grandes dificuldades nos momentos de inserção das inovações e a adaptação foi rápida e bem absorvida. Nas palavras de um técnico que acompanhou as inovações nas etapas do processo de beneficiamento da castanha:

*[...] o processo de absorção e adaptação às técnicas de beneficiamento da castanha de caju a partir dos equipamentos de porte familiar se deu de forma tranqüila e sem a ocorrência de maiores problemas. O fato dos equipamentos serem simples e, acima de tudo, ajustados com a participação direta dos próprios produtores, isso facilitou a aprendizagem e as técnicas foram rapidamente absorvidas. Muitas vezes os próprios agricultores davam seus próprios palpites e ensinavam os técnicos no aperfeiçoamento dos processos demonstrando muita segurança naquilo que diziam (F.C.S. engenheiro agrônomo, 45 anos, Serra do Mel).*

<sup>8</sup> Segundo informações de técnico da COOPERCAJU, apenas 10% (45 a 50 toneladas) de toda a castanha de caju produzida pelos seus cooperados, em torno de 560 toneladas/ano, são beneficiadas pelas famílias através das unidades de beneficiamento e apenas 1/3 destes 10% são destinadas ao mercado internacional. Isso demonstra que ainda é expressivo o potencial local a partir da castanha de caju e há uma capacidade significativa de expansão do processo de beneficiamento e exportação.



No ano de 2000, dando continuidade ao processo de estruturação, a COOPERCAJU adquiriu uma máquina moderna para a embalagem a vácuo da castanha incorporando maior agilidade na classificação do produto a ser destinado ao mercado.

Alguns problemas surgiram com o processo de beneficiamento artesanal da castanha de caju e são decorrentes do processo de ajuste da tecnologia. Um deles é a dificuldade em atingir um nível cada vez mais padronizado das amêndoas, no momento em que as unidades de beneficiamento se encontram dispersas em diversas vilas do município, o que exige uma ação mais determinada da Cooperativa na uniformização e no controle da qualidade. Outro diz respeito à emissão do gás oriundo da queima da castanha, o LCC, que ainda é desperdiçado no processo e, de certa forma, poluente.

Mas, o problema maior que se apresentou no decorrer dos esforços de agroindustrialização da castanha do caju, bem como na implementação do PIDSSM, que estendia as ações às três fases da cadeia produtiva foi a falta de experiência gerencial do quadro de dirigentes da COOPERCAJU. Não possuindo pessoas qualificadas para a integração de atividades e gestão de negócios com característica empresarial, a diretoria da cooperativa passou a cometer uma série de equívocos que chegou a comprometer a estratégia inicial de estruturação da COOPERCAJU.

Não aceitando a condição de liderança do beneficiamento da castanha como principal atividade econômica do município e instrumento de capitalização da cooperativa, o gerente, contrariando os apontamentos da EMBRAPA em relação às dificuldades de tecnologias para o pseudofruto do caju, decidiu criar e desenvolver um produto novo a partir deste. Ignorando diversas advertências de pessoas experientes, contrariando a lógica do PIDSSM, além do desvio de recursos destinados à estruturação da cooperativa cria-se a rapadura de caju. A rapadura foi fabricada e encaminhada ao mercado consumidor, sem passar por um teste fundamental: o teste da prateleira. A necessidade do teste se dava principalmente pelas suas características de produto natural, sem aditivos e conservantes químicos. Todo o produto foi comercializado, porém não resistiu ao tempo de espera recomendado pelo mercado e apodreceu. Os compradores devolveram o produto levando a cooperativa a um prejuízo significativo. Tentando recuperar o prejuízo e se redimir, o gerente conseguiu novo financiamento no Banco do Nordeste e adquiriu 25 fabriquetas de doce, com o objetivo de, novamente, utilizar o pedúnculo do caju. Outra ação não programada: o financiamento saiu fora do prazo não tendo nenhuma produção para ser processada. Quando venceu a carência ainda não havia produção da nova safra, acumulando ainda mais prejuízo para a

cooperativa. Quando a nova safra estava pronta para ser colhida, as pessoas não estavam devidamente treinadas para a fabricação do doce. Tudo isso não teve outra consequência senão a inadimplência da COOPERCAJU frente ao Banco do Nordeste causada pelos erros de estratégia de mercado e gestão.

No entanto, esta série de acontecimentos levou a cooperativa a conhecer, pela primeira vez, uma realidade de dificuldades financeiras e de organização. A capitalização adquirida ao longo dos últimos anos com a comercialização da castanha beneficiada, requisito para obter o acesso contínuo às linhas de financiamento no Banco do Nordeste, foi comprometida. Com uma dívida crescente, sem capital de giro e com a crise de gestão instalada, a COOPERCAJU precisou rever suas estratégias para continuar funcionando.

A crise de gestão afetou uma das conquistas mais importantes: mercados importantes e a garantia de comercialização para o exterior. Quando da elaboração do PIDSSM foram realizados contatos com compradores de países da Europa e Estados Unidos. Estes firmaram interesse em adquirir parte da produção, principalmente a castanha com Selo Orgânico. O não cumprimento na plenitude dos compromissos desperdiçou estes importantes mercados potenciais, o que passou a necessitar de um esforço maior, posteriormente, para reconquistá-los. O Certificado de Produção Orgânica encontra-se suspenso e a última inspeção do Instituto Biodinâmico foi em 04/11/1998. Para reabilitação do selo verde, requisito para exportar produto orgânico, é necessário uma nova inspeção para avaliação de todo o processo de produção orgânica.

Como a idéia do PIDSSM era o plano de produção rural engendrar um processo endógeno de desenvolvimento local, a partir de uma estrutura de funcionamento integrada, a efetivação incompleta deste eixo comprometeu as outras atividades previstas em outros setores, entre elas a criação de atividades não-agrícolas. A diversificação também não ocorreu como o previsto e a castanha de caju beneficiada, conforme a TABELA 11 demonstra, passou a ser o único produto agroindustrializado localmente liderando as atividades econômicas, mesmo com a redução do número de unidades de beneficiamento de 400 para apenas 100 unidades de produção atualmente.

TABELA 11: Produtos agroindustrializados e/ou beneficiados localmente.

PRODUTOS	Quantidade Produzida	Unidade	Unidades em Produção	Custo Unitário de Produção
Castanha de caju	46.896	Kg	100	4,00

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

Numa avaliação feita pela AACC, esta instituição aponta que o trabalho desenvolvido em Serra do Mel entre 1990 e 2000, apresenta uma falha importante: a questão da ética. Tanto as instituições que atuaram durante a execução do PIDSSM, a maior parte dos produtores, quanto ao nível da própria AACC, constata-se um certo *oportunismo*. Com isso não se deu a ênfase necessária no que diz respeito aos valores morais tão importantes num processo de cooperação entre agentes e instituições, neste caso a ética, para a construção do que VEIGA (2000, p. 108) chama de *vitalidade social*, ou seja, a turbina do desenvolvimento a partir da ação local.

No entanto, os problemas identificados no desenvolvimento rural de Serra do Mel, se apresentam típicos do surgimento de uma economia local com as características de economias regionais com ações localizadas e, como aponta SCHNEIDER (1999), integradas ao esquema global de acumulação capitalista. São embriões, decorrentes de um padrão de desenvolvimento, o *pós-industrial* ou *pós-fordismo*, representado pela possibilidade de flexibilização das relações de produção no escopo de um novo modelo de acumulação que, como veremos a seguir, inicia e, no decorrer do tempo, desenvolve um determinado relacionamento do local ao global.

### 3.3. As Relações Entre o Local e o Global

A lógica de elaboração do planejamento do desenvolvimento rural de Serra do Mel, a partir da lógica do *desenvolvimento local* desencadeou uma série de mudanças ao longo dos anos, a ponto de suas particularidades chamarem a atenção de diversas instituições públicas e privadas e de agentes econômicos e sociais que passaram a desenvolver pesquisas e estudos, além de acompanhar os produtores e agentes locais na construção de uma nova realidade.

O técnico vindo da Suíça em 1983 trouxe consigo a inspiração e o conhecimento de uma realidade européia, que já vinha ganhando forças nas organizações profissionais daquele continente: a noção de que tão importante quanto a agricultura é a revalorização do meio rural. E, para isso, como afirma BATISTA (1997), neste *Novo Mundo Rural* torna-se não só aceitável, mas recomendável à diversificação das atividades econômicas dos agricultores, tendo em vista também a preservação do meio ambiente.

Tudo isso se configurava numa novidade, ainda mais quando é levado em consideração o ambiente de uma comunidade que se formava a partir de um projeto de

colonização pobre, conflituoso e constituído por agricultores familiares descapitalizados e submetidos ao rigor da centralização do Estado e de seus propósitos.

A fundação da AACCC e a busca através de seu técnico fundador por recursos na Suíça para a implementação do modelo de desenvolvimento adotado dão início a um relacionamento entre as ações locais realizadas pelos produtores e agentes econômicos e sociais distantes. Esse relacionamento se estreita, e é observada uma intensificação do processo de *desenvolvimento local*, que atinge seu auge no momento em que os produtores passam a realizar as relações econômicas via exportação da castanha de caju. O exercício praticado pelos produtores, por diversas instituições e técnicos na execução do modelo de desenvolvimento rural de Serra do Mel no período de 1983 a 2000, resultou num importante aprendizado para todos e na construção de uma identidade local própria fazendo com que as ações praticadas no dia a dia pudessem facilitar o surgimento de outras oportunidades, em nível global como consequência. Um exemplo disso é o compromisso firmado recentemente com o chamado *Comércio Solidário* da Europa (Itália), durante a participação de representante dos interesses de Serra do Mel na Feira Internacional de Comércio Solidário, realizada no início do mês setembro de 2002, em Bologna (Itália). Isso se confirma, a partir de nota escrita em artigo de jornal de atuação estadual registrando o seguinte:

*Agricultores familiares do Rio Grande do Norte fecharam negócio para a exportação direta de castanha beneficiada de caju e artesanato em sisal e carnaúba para a Itália e já se preparam para a primeira entrega da remessa, nos próximos 60 dias. A exportação é um primeiro passo, resultado da participação do Estado no estande que representou o Brasil na Feira Internacional de Comércio Solidário, realizada este mês em Bologna (Itália).*

*Participaram da Feira os Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, expondo a produção de castanha, mel de abelha e artesanato em palha de sisal e carnaúba, [...] e tem como principal objetivo articular a comercialização da produção do agricultor familiar.*

*No RN serão beneficiados com a exportação os produtores de Serra do Mel (castanha beneficiada). [...] e a primeira encomenda, de cerca de 5.000 Kg de castanha e 1.200 peças de artesanato, é pequena, mas representa um passo importante, principalmente por ser uma negociação direta dos agricultores, sem atravessadores (GAZETA DO OESTE, Mossoró - RN, 27/09/2002).*

Diante disso, Serra do Mel se coloca na condição de município do estado do Rio Grande do Norte dotado de uma expressiva experiência de relacionamento em nível global, resultado de todo um processo desenvolvido ao longo de anos, que culminou com a sua entrada ao esquema global de acumulação capitalista a partir da experiência exercida pela prática da comercialização da castanha de caju para os mercados nacional e internacional. E é sobre essa experiência que trataremos no item a seguir.

### 3.4. A Dinâmica Gerada pela Comercialização da Castanha de Caju

De acordo com informações contidas no Relatório da EMBRAPA (1996-1997), dentre os produtos derivados da cadeia produtiva do caju, a amêndoa da castanha (ACC) constitui-se o mais importante. Nos anos de 1997 a 2000, conforme evolução das exportações expressa na TABELA 12, as exportações brasileiras deste produto atingiram a média de US\$ 157 milhões, enquanto as exportações do líquido da casca da castanha (LCC) e do suco de caju apareceram com valores inexpressivos. O preço da castanha beneficiada no mercado internacional atinge, conforme informações do Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura, valores entre US\$ 3,5 e US\$ 5,8 o quilo (entre R\$ 10 e R\$ 12 em valores atuais), representando assim um produto competitivo e característico de mercados exigentes.

TABELA 12: Participação da castanha de caju nas exportações brasileiras de frutas<sup>9</sup>.

CASTANHA DE CAJU PROCESSADA				
PERÍODOS		Valor US\$ (mil)	Quantidade (Ton.)	Preço Médio/t (US\$ mil)
Balança 1998/1997	JAN/DEZ 1997	156.917	36.349	4.316,96
	JAN/DEZ 1998	142.575	31.882	4.471,96
Balança 2000/1999	JAN/DEZ 1999	142.124	24.101	5.897,02
	JAN/DEZ 2000	165.059	33.588	4.914,23
Mês agosto/2002		9.053	2.577	3.513,00

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Produção e Comercialização/ Departamento de Comercialização, 2002. Elaboração própria.

A produção total brasileira de castanha *in natura*, segundo dados retirados do Censo Agropecuário de IBGE de 1996, como exposto na TABELA 13, atingiu um total de 156.116 milhões de toneladas e o preço do quilo da castanha de caju sem processamento no mercado interno oscila entre R\$ 0,38 e R\$ 0,56. A região Nordeste participa com 99,4% da produção total. O estado do Rio Grande do Norte ocupa a segunda colocação na produção de castanha de caju, ficando atrás apenas do Ceará e acima do Piauí,

<sup>9</sup> Dados obtidos através do site: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 18/09/2002.

terceiro maior produtor. Estes três estados juntos detêm 84,6% e 84,1% da produção do Nordeste e do Brasil, respectivamente.

TABELA 13: Produção de castanha de caju do Brasil, do Nordeste e seus três principais estados.

CASTANHA DE CAJU <i>IN NATURA</i>			
	Quantidade produzida (t)	Área colhida (em ha)	Valor (em R\$)
<b>BRASIL</b>	156.116	492.881	59.661.015,70
<b>NORDESTE</b>	155.320	491.385	59.345.487,50
Ceará	80.432	279.901	31.960.759,38
Rio Grande do Norte	26.730	80.428	10.611.675,85
Piauí	24.258	88.487	8.025.084,82

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE, 1996.

No Rio Grande do Norte, o município de Serra do Mel se configura como maior produtor de castanha de caju, sendo possuidor de uma área explorada de 23.000 ha de cajueiro que produz um total estimado entre 6.000 e 8.000 toneladas/ano. Desse total, apenas cerca de 580 toneladas/ano de castanha *in natura* são produzidas por agricultores familiares ligados a COOPERCAJU e que representam o seu universo de atuação. E dessa parcela, a Cooperativa consegue beneficiar/agroindustrializar em torno de 10%, onde desta percentagem, 1/3 é destinada para a exportação e 2/3 para o mercado interno.

As ações de reestruturação de Serra do Mel desenvolvidas em torno do eixo da agroindústria, no plano produtivo do PIDSSM a partir de 1994 orientaram para as unidades artesanais de beneficiamento da castanha de caju, com vistas a atingir o mercado externo. Constatou-se, então, como resultado, a formação de 80 famílias de produtores que processam a castanha de caju com certificação do Instituto Biodinâmico de Botucatu – IBD e através de contatos na Suíça e em outros países interessados em adquirir produtos do chamado mercado orgânico. As relações comerciais são realizadas diretamente pelos produtores, através de uma central de comercialização, sem intermediários, e não passa pelas Cooperativas presentes hoje em Serra do Mel, mesmo a maioria das unidades estando ligadas às Cooperativas. Dessa forma, impera a lógica do *desenvolvimento local* recomendada pelo Banco Mundial (MOYANO, 1999), em que o desenvolvimento das atividades acontece sem, contudo, passar pelas formas tradicionais de organização, seja de uma associação, seja de uma cooperativa, nem qualquer participação ou intervenção de entidade de classe ou regulação estatal.

O volume exportado chegou, no período de 1998 a 2000, em torno de 1/3 da movimentação total da COOPERCAJU, conforme TABELA 14 e, dentre os produtos que Serra do Mel produz e registra como comercializados, a liderança se mantém absoluta por parte da castanha de caju beneficiada e destinada à exportação.

TABELA 14: Principais produtos de Serra do Mel comercializados e mercados de destino

PRODUTOS	Quantidade Total/ano	Unidade	Período de Oferta	MERCADOS DE DESTINO			
				Interno			Externo
				Local	Regional	Nacional	
Castanha de caju	50.300	Kg	Set/jun	2.500	7.500	20.000	16.896
Feijão	22.000	Kg	Jun/ago	2.200	19.800	-	-
Mandioca	1.600	Ton.	Set/dez	80	1.520	-	-
Leite de vaca	291.600	L	Diário	102.060	189.540	-	-
Mel de abelha	25.000	Kg	Jun/ago	2.500	22.500	-	-
Ovos de galinha	7.000	Dz.	Semanal	1.750	5.520	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

De toda a produção no município, apenas a castanha de caju é vendida para o mercado internacional, principalmente para a Europa. Os outros produtos, por serem característicos do autoconsumo das famílias, não agregam valor e, por isso, não dar respostas favoráveis aos investimentos, proporcionam pouco valor adicionado ao produto total e, quando comercializado o excedente, as relações são dominadas pelos intermediários, conforme TABELA 15.

TABELA 15: Destino dos produtos na cadeia produtiva

PRODUTOS	MERCADO INTERNO (em %)					MERCADO EXTERNO (em %)	
	Venda Direta	Intermediários	Agro-indústria	Supermercados	Outros	Integrado Empresa Nacional	Integrado Empresa Internacio
Castanha de caju	-	63,97	-	-	-	-	36,03
Feijão	10	90	-	-	-	-	-
Mandioca	5	95	-	-	-	-	-
Leite de vaca	35	65	-	-	-	-	-
Mel de abelha	10	90	-	-	-	-	-
Ovos de galinha	25	75	-	-	-	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo 2002.

O interesse por esses produtos sempre foi demonstrado em sua maior parte pelas instituições de classe, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETARN e o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Mossoró, que atuavam no município e viam nessas culturas a garantia da segurança alimentar das famílias.

A partir de 1994, defendeu-se com mais ênfase a multifuncionalidade da agricultura e uma maior pluriatividade dentro de um contexto de desenvolvimento em que as atividades não-agrícolas (beneficiamento da castanha e outras) necessitavam da

agricultura para garantir aos agricultores familiares envolvidos na agroindústria, os elementos para a manutenção do seu ambiente de reprodução (CARNEIRO, 1996).

O principal destino da castanha de caju de Serra do Mel no mercado internacional, de acordo com o exposto na TABELA 16, é a Suíça. As relações entre os produtores e o mercado são realizadas por uma organização da Suíça que desenvolve trabalhos em países pobres, a OS3. Os técnicos desta organização sempre realizaram visitas periódicas, duas vezes por ano, para verificar *in loco* se todo o processo de produção atendia às exigências do mercado orgânico e se era isento da exploração do trabalho infantil, de sistemas de escravidão ou exploração excessiva de mulheres.

TABELA 16: Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino.

ANO	QUANTIDADE		UNIDADES DE BENEFICIAMENTO	MERCADO DESTINO
	NÃO - ORGÂNICA	ORGÂNICA		
1991	3.000 Kg	-	-	Suíça
1992	4.500 Kg	-	12	Suíça
1993	4.500 Kg	-	26	Suíça
1994	7.000 Kg	-	30	Suíça
1995	15.000 Kg	4.700 Kg	70	Suíça
1996	5.400 Kg	10.500 Kg	85	Suíça
1997	3.600 Kg	14.800 Kg	85	Alemanha
1998	10.500 Kg	-	-	EUA
1999	-	-	-	-
2000	20.300Kg	-	53	Suíça

Fonte: Coopercaju 2000. Questionário de pesquisa de campo 2002.

Atendendo às diretrizes do PIDSSM, que previam a partir de 1994 o destino dos investimentos para a inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico e atingir o mercado externo, no ano de 1995 Serra do Mel exporta a primeira remessa de castanha orgânica para a Suíça. Em 1996 e 1997, com o aumento das liberações de recursos do Banco do Brasil e Banco do Nordeste é intensificado o processo de inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, a ponto de gerar um sentido inverso também nas exportações. Pelos números da TABELA 16 percebemos que cai bruscamente às quantidades exportadas de castanha não orgânica e se eleva em proporção maior às quantidades orgânicas. A partir dessa constatação é de se considerar ainda a elevação do número de unidades de beneficiamento – de 12 unidades em 1992 para 70 unidades em 1995, e para 85 unidades em 1997 –, e de famílias participantes, além da entrada de mercados compradores potenciais interessados: a Alemanha e EUA.



Com a crise instalada na COOPERCAJU a partir dos equívocos operacionais, citados anteriormente, que se juntou à conseqüências como o fechamento do acesso ao crédito do Banco do Brasil em 1998, dentre outras coisas, os compromissos de entrega de castanha orgânica não foram cumpridos, trazendo prejuízos, além de desperdiçar canais abertos com os mais importantes mercados compradores potenciais.

Em 1999 não houve exportação de castanha de caju, retomando com muito esforço em 2000 com apenas 53 unidades de beneficiamento funcionando e através da ajuda, não mais ampla e dedicada como no início, dos compradores da Suíça.

Grande parcela da castanha de caju beneficiada produzida em Serra do Mel, em torno de 63,97%, ainda é comercializada no mercado interno juntamente com a parte *in natura* e de maneira informal, não havendo regularização ou certificação do produto. A venda é realizada através da ação de atravessadores que permanecem atuando no município (em menor número que antes do beneficiamento da castanha), com estrutura própria para efetuar a compra para agroindústrias de Mossoró-RN e Fortaleza-CE, determinando um preço bem abaixo do que é praticado na venda para a exportação.

Segundo avaliação de um técnico da COOPERCAJU, ainda é mais fácil exportar que comercializar legalmente para o mercado interno. O grande problema do mercado interno é representado pela burocracia do aparato institucional. Para se ter uma idéia, precisa-se de três certificados de inspeção para a castanha beneficiada: o municipal, o estadual e o federal. A legislação é da década de 1960 e tem sua adequação para grandes empresas: as exigências determinadas para uma unidade de beneficiamento de castanha são as mesmas para uma empresa do porte da Nestlé, por exemplo. Para o mercado externo, porém, necessita-se mandar previamente uma amostra do produto que será submetido a uma análise rigorosa seguindo os padrões de classificação exigidos. Uma vez conseguido isso, recebe-se o Certificado de Origem e o produto é devidamente enviado ao exterior.

Uma vantagem estratégica do relacionamento com o mercado externo é a exigência deste em relação às condições de produção; exige-se o ISO 14.000 para produtos produzidos sem agressão ao meio ambiente. Outra é a garantia do recebimento, determinada pelo rigor na forma de relacionamento de compra e venda. Tanto os compradores europeus como os americanos adiantam 50% do valor total da mercadoria e o restante é depositado em conta imediatamente após o ato da entrega pelos produtores. Isso determina um grau elevado confiança, mas também de responsabilidade

pelo lado dos produtores a ponto que, se não cumprirem o compromisso desperdiçam o mercado e serão eliminados de qualquer relacionamento futuro.

No mercado interno, além de lutar contra a burocracia das instituições e vencer concorrentes como a Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA) e USIBRÁS – oligopólio formado por empresas de grande porte no estado –, para os produtores da COOPERCAJU e de Serra do Mel há fragilidade no estabelecimento de uma relação de confiança com os compradores no Brasil, ainda sendo grandes as chances de calote.

Em relação aos aspectos econômicos e sociais, como o surgimento de postos de trabalho, a variação da renda e a melhoria dos níveis de condição de vida constata-se que, a partir da intensificação do beneficiamento da castanha de caju e a inserção direta dos agricultores de forma organizada em mercados competitivos, os postos de trabalho se ampliaram e os rendimentos foram aumentados. É disso que trataremos a seguir.

### 3.5 Serra do Mel: o antes e o depois a partir dos indicadores sócio-econômicos.

Em Serra do Mel, os principais produtos geradores de ocupações atualmente são, de acordo com a TABELA 17, a castanha de caju que sempre se manteve na liderança e o mel de abelha surgido recentemente, entre 1998 e 2000. A liderança absoluta da castanha de caju se afirma e na agroindústria são 500 postos de trabalho com remuneração que varia de 4 a mais de 8 salários mínimos, além de 30 postos na comercialização, esta última exigindo uma maior especialização e nível de instrução mais elevado, inclusive profissionais graduados de nível superior com rendimentos, onde alguns superam 10 salários. A fase da produção é responsável pela maioria absoluta, 5.980 pessoas obtendo renda a partir da cajucultura pouco superior a 1 salário mínimo. O mel de abelha é outro produto que inicia um processo ainda tímido de diversificação, com 42 postos na fase da produção.

TABELA 17: Ocupações geradas ao longo da cadeia e principais produtos.

CULTURAS / PRODUTOS	Número de Ocupações Geradas		
	PRODUÇÃO	AGROINDÚSTRIA	COMERCIALIZAÇÃO
Cajucultura	5.980	500	30
Mel de abelha	42	-	-

Fonte: COOPERCAJU, 2002. Elaboração própria

Verifica-se também que a qualidade de vida das pessoas inseridas no processo mudou para melhor. Existem vilas onde a aquisição de bens de consumo durável (automóvel novo ou seminovo, geladeira, fogão a gás, televisor, forno microondas, videocassete, etc) é bastante emblemática, fruto da capitalização dos agricultores. Em torno de 40% das famílias possuem carro e 100% têm geladeira, fogão a gás e televisor.

Com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Rio Grande do Norte, entre 1991 e 2000 avançou pouco em termos do Índice de Desenvolvimento Humano - Médio (IDH-M) passando de 0,618 para 0,702, o maior do Nordeste, com uma elevação de 0,084. Dividido entre poucos ricos e muitos pobres o Estado, ainda com sério subdesenvolvimento econômico, político, social e ético, deve encontrar saídas que mudem sua cara. A análise geral que se faz, segundo o PNUD, é que onde imperou a lógica de concentração dos investimentos o IDH permanece baixo, e onde isto não ocorreu, a sociedade reagiu e conseguiu mudar a realidade.

Para as Nações Unidas, o município de Serra do Mel se enquadra na segunda observação pelo fato de antes se encontrar numa situação caótica, nos anos 1980, onde o município era caracterizado pela alta indigência e emergir buscando superar seus problemas através da aplicação correta de políticas públicas que delinearam, a partir do *desenvolvimento local*, uma lógica diferente de desenvolvimento rural.

A TABELA 18 demonstra que entre 1991 e 2000, o município avançou em todos os indicadores que medem a qualidade de vida da população, e um deles chama a atenção: a renda *per capita*. Esta, mesmo ainda pequena, dobrou no período de R\$ 53,63 para R\$ 103,35 revelando um crescimento significativo do produto e elevando o indicador de nível de renda local de 0,437 para 0,623.

TABELA 18: Evolução do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no período 1991-2000<sup>10</sup>.

Município	Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Renda per capita (em R\$)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Serra do Mel	1991	55,75	57,43	53,63	0,577	0,437	0,509
	2000	62,83	68,53	103,35	0,704	0,623	0,619
<b>Estado</b>	<b>IDH-M 1991</b>		<b>IDH-M 2000</b>	<b>Variação no IDH-M</b>		<b>Ranking 1991</b>	<b>Ranking 2000</b>
Rio G. do Norte	0,618		0,702	0,084		19	18

Fonte: PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro (anos 1991 e 2000). Elaboração própria.

<sup>10</sup> Dados obtidos através do site: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20/11/2002.

No que diz respeito ao IDH-M, o município conseguiu elevar de 0,509 em 1991, considerado de baixo desenvolvimento pelo PNUD, para 0,619 em 2000, índice que, segundo este órgão, caminha para uma posição de médio desenvolvimento.

Na vila Piauí, a mais rica e desenvolvida, onde existe o maior número de beneficiadoras artesanais de castanha e onde se iniciou a experiência do processamento, é onde se constata a maior concentração de famílias possuidoras de carros e de bens de consumo duráveis. Quanto ao aumento da renda, segundo declarações da AACC, constata-se que a partir do beneficiamento e da comercialização, principalmente da exportação da castanha de caju, a maioria dos produtores conseguiu elevar a renda de 1 para 2 e a mais de 4 salários mínimos por mês dependendo do período. É notável ainda a perspectiva dos pais em relação aos filhos, que se revela em sonhos de que estes últimos possam ter um futuro cada vez mais promissor e com maior qualidade a partir de uma vida intensa de estudos na construção de uma profissão e de maior dignidade.

É importante destacar que todos os processos envolvidos na construção do desenvolvimento rural de Serra do Mel foram pensados, elaborados no PIDSSM e implementados de forma participativa, resultando em uma mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para as famílias envolvidas, além da mudança de mentalidade quando da necessidade de preservação do meio ambiente. Quanto ao aspecto político, o poder público municipal que teve uma atuação sempre questionada no período, ainda se mantém tentando influenciar, mas o processo de organização da comunidade via Cooperativismo, mesmo com suas limitações buscou, através da participação empreender iniciativas próprias em direção de um desenvolvimento rural específico (NAVARRO, 1996).

Mudanças como essas dizem respeito à responsabilidade e apreensão das técnicas de produção adequadas aos padrões de qualidade exigidos para um produto de exportação, o que proporcionou a produtores de Serra do Mel a possibilidade de deixar certa condição de pobreza, para se integrar à lógica global via inserção no mercado de bens e serviços. Foi necessário, para isso, a busca do *desenvolvimento local* na concepção e implementação de um planejamento construído de forma participativa, recursos financeiros de fontes de financiamento oficiais, articulação entre agentes e instituições, treinamento e anos de persistência e dedicação, mesmo cometendo muitos erros, para integrar as fases da cadeia produtiva do caju. Tudo isso sem a lógica da separação entre a agricultura e a indústria, o que resultou numa homogeneização do espaço e no estágio atual de desenvolvimento rural.

## CAPÍTULO 4

### A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO PROJETO BAIXO-AÇU-RN

Os dados apresentados e analisados neste capítulo referem-se aos resultados obtidos através da aplicação de questionário junto às organizações de produtores, órgãos governamentais, ONG's e entidades de representação de classe, além de técnicos e produtores que trabalham em diversas atividades. Estes dados constituem as informações empíricas sobre as características e o estilo de desenvolvimento rural adotado no Projeto Baixo Açu. Nesta parte, a interpretação das situações concretas selecionadas centra-se em seis tópicos principais, que orientam os eixos de análise, a saber: transformações ocorridas no sistema agrícola do Vale do Açu a partir da implantação de projetos de irrigação nos anos 80 e 90; o papel do Estado na política de irrigação no Vale do Açu; impactos sócio-econômicos e ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de irrigação; as características gerais do desenvolvimento rural; o desenvolvimento da tecnologia para produzir em um perímetro de irrigação, e concluindo o capítulo, a comercialização dos principais produtos e a dinâmica gerada localmente.

#### **4.1 Transformações Ocorridas no Sistema Agrícola do Vale do Açu-RN a partir da Implantação de Projetos de Irrigação nos Anos 80 e 90**

A região do Vale do Açu, no estado do Rio Grande do Norte, a partir da segunda metade da década de 1980 e por toda a década de 1990, foi palco de importantes transformações rurais. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, construída entre os anos de 1981 e 1983, desencadeou um intenso processo de mudança e convergência de forças e interesses em toda a região do Vale do Açu. A grandiosidade da construção da barragem e as perspectivas em sua volta alimentadas anteriormente foram as principais causas desse processo.

Conforme PINHEIRO (1991), neste cenário tinham-se de um lado, grandes proprietários de terra detentores do poder econômico e político local, sustentado pelas culturas do algodão, da pecuária e da cera de carnaúba. Estes proprietários, possuidores do poder local, subordinavam às suas normas os agricultores familiares que desenvolviam suas atividades no vale do rio Piranhas-Açu. De outro lado, se encontrava o Estado determinado a integrar o Nordeste via reprodução do padrão agrícola em desenvolvimento no Centro-Sul. E, finalmente, noutro lado, encontravam-se, além das instituições sindicais, a Igreja com seus trabalhos junto às comunidades rurais.

Os grandes produtores locais, do complexo algodão-pecuária-cera de carnaúba, ficaram de fora e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, órgão governamental responsável pelo Projeto Baixo-Açu, desprezava a classe política local. Para as oligarquias dominantes, não interessava, então, uma intervenção pública de tal magnitude, uma vez que o controle não iria para suas mãos. Além disso, a idéia de reforma agrária defendida pelas instituições e a promessa de construção de um assentamento de pequenos irrigantes perturbavam os grandes proprietários que se percebiam a ponto de perder o principal instrumento que os sustentava no poder: a terra.

Conforme explica PINHEIRO (1991), com base na configuração desta variedade de interesses, se constrói uma união para combater o inimigo que parecia comum a todos: o DNOCS. Com a justificativa de que a construção da barragem iria integrar a região atrasada do Vale do Açu ao padrão moderno nacional, o DNOCS, a despeito de toda repercussão negativa gerada, não recuou em implementar o Projeto Baixo-Açu.

O DNOCS, no momento, priorizava interesses que ultrapassavam o âmbito da esfera estadual e que “defendiam” o que GRAZIANO DA SILVA (1999) conceitua de *modernização conservadora* da agricultura. Somado a isso, ainda seriam atendidas demandas mercadológicas de empreiteiras e empresas de consultoria envolvidas.

Neste sentido, para PINHEIRO (1991), as oligarquias locais encontravam-se impotentes frente aos interesses de setores dos complexos agro-industriais brasileiros. A isso se somavam ainda outros fatores externos como os cinco anos de seca de 1978 a 1982, e a suspensão do crédito agrícola<sup>1</sup>, responsáveis pelo enfraquecimento dos latifundiários da região e pela pauperização dos agricultores familiares.

---

<sup>1</sup> O decreto 76.046 considerou de utilidade pública e de interesse social a ação desapropriatória do Estado sobre 160 mil hectares no Vale do Baixo-Açu, área prevista de abrangência do Projeto de Irrigação e que seria de influência da barragem. Com isso, ocorre a suspensão do crédito agrícola em toda essa área a partir de 1974 e o bloqueio nos cartórios da alienação dos imóveis rurais até 1980.

O DNOCS, a partir de uma intervenção centralizada passa a assumir uma postura tolerante em relação ao que iria ocorrer no Vale do Baixo-Açu, após o fechamento da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. E, pelo fato dos grandes proprietários locais e dos agricultores familiares estarem mais pobres e enfraquecidos depois dos vários anos de seca, além do não acesso a recursos em fontes oficiais para custeio agrícola, tudo isso tornou favorável a entrada na região de capitais de setores dinâmicos nacionais, predominando os ligados à indústria têxtil (PINHEIRO; 1991).

Essa entrada de capitais do setor têxtil na região se deu a partir de 1985, devido a decadência da cultura do algodão de sequeiro que se encontrava inviabilizada desde 1978 pela praga do bicudo<sup>2</sup>. Além disso, outros fatores foram determinantes na criação de uma situação bastante promissora para a implantação desses grandes empreendimentos do Centro-Sul: as condições climáticas do Vale do Baixo-Açu, a disponibilidade de água represada pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a não implantação do Projeto de colonização e a baixa capitalização dos latifundiários e dos camponeses locais. Tudo isso favoreceu a entrada significativa de grandes empresas que passaram a desenvolver a cotonicultura irrigada, predominantemente, para os mercados nacional e internacional.

Além das empresas que se instalaram no Vale do Baixo-Açu a partir de 1985 predominando as da cotonicultura irrigada, conforme TABELA 19, outras, inclusive de capitais do próprio Estado, seguindo a tendência do mercado nacional e internacional, passaram e se dedicar à fruticultura irrigada, com vistas à produção de frutas de mesa destinadas à exportação e também para se inserir nos principais mercados consumidores do Centro-Sul do país.

Das empresas instaladas e destinadas à *cotonicultura* destacam-se: a FINOBRASA Agro-industrial S A, do grupo Vicunha; a TAISA – Taquaritinga Agro-industrial S A, do grupo Cianê; a SÃO GUILHERME, do grupo Giorgi; a Fazenda MUTAMBA e a SERIDÓ Ltda.

As empresas voltadas à *fruticultura irrigada* têm-se a Fruticultura do Nordeste – FRUNORTE, a AGROKNOLL Ltda., a AGROVALE, a TROPIK Ltda., a VENEZA Ltda., a LEÔNIDAS JÚNIOR e a NASA.

---

<sup>2</sup> O bicudo é um pequeno inseto que possui um ferrão dianteiro em forma de bico, daí seu codinome “bicudo”, que utiliza para perfurar o casulo do algodoeiro que se forma antes da pluma para se reproduzir. Ele surgiu no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, passando a dizimar as plantações de algodão de todo país, tendo sua ação mais evidente na região Nordeste.

TABELA 19: Área irrigada ao longo do rio Piranhas-Açu, municípios com empresas instaladas e principais culturas desenvolvidas em 1990.

MUNICÍPIO	EMPRESA	Ha IRRIGADOS	PRINCIPAIS CULTURAS
Açu/Ipanguassu e Carnaubais	FRUNORTE	781	Melão, manga, uva, acerola
Açu	AGROKNOLL Ltda.	200	Melão, banana, uva, manga, tomate
Açu	SÃO GUILHERME	74	Algodão, milho e feijão
Açu	TROPIK Ltda.	49	Melão
Açu	LEÓNIDAS JÚNIOR	28	Melão
Ipanguassu	FINOBRASA	1.600	Algodão, milho e manga
Ipanguassu	TAISA	400	Algodão e milho
Ipanguassu	AGROVALE	180	Manga, laranja e mamão
Ipanguassu	VENEZA	56	Manga, feijão e melão
Ipanguassu	SERIDÓ Ltda.	38	Algodão e manga
Ipanguassu	NASA	31	Melão
Carnaubais	FAZENDA MUTAMBA	14	Algodão
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.451</b>	-

FONTE: *Sesquicentenário da cidade do Assu, 1995.*

Uma importante colocação apontada por PINHEIRO (1991) diz respeito à redução da área cultivada na cotonicultura irrigada, ocasionada pela superação do padrão de produção adotado, gerando alterações nas relações de trabalho. Nesse sentido, evidencia-se uma realidade bem diferente das informações constantes em GRAZIANO DA SILVA *et al.* (1988). A constatação disto se dá a partir das observações quanto à totalidade de hectares irrigados pelos grandes empreendimentos e por pequenos irrigantes, pela existência da *parceria* nestes cultivos irrigados e pela estruturação dos mercados de terras e de força de trabalho.

Assim, conforme PINHEIRO (1991), dos 1.800 ha irrigados estimados por GRAZIANO DA SILVA *et al.* (1988, p. 79), chegou-se em 1990 a um total de 3.451 ha, significando um incremento de quase 100% neste período. Observou-se também que as relações de trabalho do tipo *parceria* foram sendo eliminadas das empresas afirmando, no entanto, a intensificação do *assalariamento* segundo a lei geral do capitalismo em LÊNIN (1985). Essa substituição das relações de trabalho teve alguns fatores ou causas que a justificam. Com a falta de preço do algodão nos mercados internacionais, os grandes empreendimentos, como a FINOBRASA, TAISA e SÃO GUILHERME deixaram de praticar a *parceria*, preferindo investir na mecanização.

O sistema de *parceria* envolvia os grandes e médios empreendimentos como fornecedores de sementes selecionadas de algodão para plantio irrigado e assistência técnica, além de outros insumos aos pequenos irrigantes. Estes últimos, vinculados



numa relação que segue à tendência anunciada por KAUTSKY (1980) de subordinação ao capital, se comprometiam a produzir o algodão que seria entregue aos grandes estabelecimentos, os quais se encarregavam da comercialização, descontando os adiantamentos feitos a título de financiamento aos pequenos irrigantes. Além disso, a baixa cotação de preço obtida pela produção de algodão nos mercados internacionais, e conseqüentemente no nacional, tornaram mais viável a importação do algodão, modificando ainda mais a prática da *parceria*.

A empresa TAISA, do grupo Cianê, mesmo antes da mudança do controle acionário deste grupo em 1990, já tinha elaborado para a área uma estratégia para diversificar os cultivos irrigados, introduzindo a produção de manga e maracujá. Ou seja, a opção da TAISA pela fruticultura irrigada mostra que o cultivo de algodão irrigado no cenário econômico da época, ano de 1990, só se manteria a partir de um padrão técnico bastante intensivo em capital como o desenvolvido pela FINOBRASA. Ancorada no poderoso grupo têxtil Vicunha, a FINOBRASA passou a mecanizar a produção, numa estratégia de verticalização que contava até com a instalação de uma planta industrial para o beneficiamento do algodão. Esse aparato tecnológico demandava uma capacidade elevada de investimento em capital para poucos e exigia a obtenção de altos índices de rentabilidade e produtividade para justificar os elevados investimentos dispendidos. Da mesma forma que acontecia no Centro-Sul do país, essa modernização no campo se deu de forma parcial, não atingindo a colheita no ciclo produtivo, gerando, como aponta GRAZIANO DA SILVA (1981), uma sazonalidade e rotatividade no emprego da força de trabalho.

Outra alteração importante no quadro dos grandes empreendimentos cotonicultores se dá quando a FAZENDA SÃO GUILHERME, pertencente ao grupo Giorgi, paralisa todas as atividades no Vale por ocasião da concordata do grupo desde outubro de 1990.

Com relação às empresas de *fruticultura irrigada*, observa-se que devido à própria base técnica de produção, o assalariamento sempre foi à forma praticada. Tanto na FRUNORTE como na AGROKNOLL e na TROPIK, a utilização intensa de mão-de-obra assalariada demonstra que esta é a tendência predominante das relações de trabalho.

Percebe-se ainda que o processo de instalação das grandes e médias empresas tem sido bastante lento, não tendo atingido até o ano de 1990 o total de terras já

apropriadas. A TABELA 20 mostra que até 1990 a área irrigada das empresas é bastante reduzida face ao total de terras que elas dispõe para cultivos.

Do total apropriado pelas empresas, tem-se que de uma área de 15.063 ha incorporada, mediante a intensa aquisição de terras compradas de pequenos produtores na várzea do rio e de pequenos, médios e grandes proprietários no tabuleiro, apenas 3.014 ha, 20,61% do total, encontram-se irrigados por aspersão ou gotejamento, demonstrando assim uma expressiva concentração fundiária no Vale do Açu, após o fechamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

TABELA 20: Total de área em ha das empresas consideradas, em relação aos hectares irrigados em 1990.

EMPRESAS	TOTAL (ha)	ÁREA IRRIGADA	A IRRIGAR	SEM PREVISÃO
FRUNORTE	10.920	781	4.539	5.600
AGROKNOLL	200	200	-	-
SÃO GUILHERME	194	74	-	120
TROPIK Ltda	49	49	-	-
FINOBRASA	2.900	1.600	1.300	-
TAISA	800	400	-	400
<b>TOTAL</b>	<b>15.063</b>	<b>3.104</b>	<b>5.839</b>	<b>6.120</b>

FONTE: Sesquicentenário da cidade do Assu, 1995.

A TABELA 20 ainda indica que uma única empresa, a FRUNORTE, detém 72,49% da área total das empresas, representando um dos motivos da lentidão na expansão da área irrigada.

No que diz respeito à capacidade das empresas em gerar postos de trabalho, PINHEIRO (1991) afirma que as que desenvolvem a fruticultura irrigada geram em torno de 1,6 empregos por ha irrigado, de modo que, se referindo ao ano de 1990, a FRUNORTE nos seus 781 ha irrigados responde por 1.300 empregos permanentes.

Já a *cotonicultura irrigada*, dada a exigência de intensificação em capital, segundo informações da FINOBRASA constantes em PINHEIRO (1991), não atinge esse índice, onde em 1.600 ha irrigados tem-se a criação de apenas 1.200 postos permanentes, com uma pequena utilização de força de trabalho sazonal nos três meses destinados ao plantio e a colheita do milho e algodão irrigados.

Quanto à situação da pequena irrigação no Vale do Baixo-Açu, depois do intenso processo de incorporação de terras por parte das grandes e médias empresas agrícolas, após o fechamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, tem sobrevivido às transformações das relações de produção e das relações de trabalho ditadas pelo grande capital.

Um dos aspectos que deve ser levado em consideração, quanto aos pequenos irrigantes, é que a situação mais comum é a de não receberem o apoio devido por parte do Estado e de suas políticas. Uma justificativa observada, diz respeito ao fato de não haver registro de algum movimento de organização em todo o Vale. No entanto, de acordo com os programas governamentais destinados a esse público, a área irrigada da agricultura familiar é da ordem de 860,51 ha, conforme TABELA 21. Ao se levar em conta os projetos atendidos por entidades privadas têm-se um total de 981,51 ha.

TABELA 21: Projetos de agricultura familiar irrigada, implementados de 1987 até 1990.

MUNICÍPIOS	PROGRAMAS							
	PIVOT CENTRAL		KIT's DE IRRIGAÇÃO		PROINE / PROVÁRZEAS		TOTAL	
	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área
Açu	-	-	86	303,11	34	94,00	120	397,11
Alto do Rodrigues	-	-	18	49,32	14	31,00	32	80,32
Carnaubais	01	27,20	38	123,80	12	63,00	51	214,00
Ipanguassu	-	-	21	105,36	02	8,00	23	113,36
Pendências	-	-	08	42,72	01	13,00	9	55,72
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>27,20</b>	<b>171</b>	<b>624,31</b>	<b>63</b>	<b>209,00</b>	<b>235</b>	<b>860,51</b>

FONTE: EMATER – Açu/RN., 2002.

A intensificação do assalariamento, favorecida pela conjuntura econômica no início dos anos 1990, gerou uma situação de expressividade ainda menor para a pequena irrigação no Vale do Baixo-Açu, por ocasião da eliminação do sistema de *parceria* promovido pelas grandes empresas agrícolas no final dos anos 1980 e início dos anos de 1990. A descapitalização dos irrigantes gerou em todo o Vale do Baixo-Açu um processo classificado por GRAZIANO DA SILVA *et. all.* (1982) de *diferenciação descendente*, ou seja, a perda da condição de agricultor familiar para a condição de camponês ou proletário.

Quanto à evolução da *fruticultura irrigada* no Vale do Baixo-Açu, houve uma mudança de tendência a partir da segunda metade da década de 1990, tanto no que diz respeito à produção de frutas, quanto à origem do capital instalado. A cultura do melão reinava absoluta, puxada principalmente pelo gigantismo da FRUNORTE. A partir de 1997, aportou no Vale do Açu vindo da América Central, a multinacional DEL MONTE FRESH PRODUCE, gigante norte-americana de faturamento anual de US\$ 1,8 bilhão disposta a investir US\$ 15 milhões na produção de 3,5 milhões de caixas de bananas para a exportação em dois anos e gerar 570 ocupações em 525 ha cultivados. Veio fazer companhia e concorrer com a DIRECTIVOS AGRÍCOLA, que cultivava bananas desde o

ano de 1996 e se configurava, até então, como maior exportadora de bananas do Brasil, com produção anual de 1,2 milhão de caixas desta fruta (GAZETA MERCANTIL; 1999).

No que diz respeito às relações de trabalho mantém-se predominante o assalariamento. O registro mais significativo no sentido de reconstituir a parceria foi apontado pela DIRECTIVOS AGRÍCOLA, quando no ano de 1999 esta empresa propôs ao governo do estado que financiasse os 75 produtores familiares irrigantes da Primeira Etapa do projeto de irrigação governamental do Baixo-Açu – o qual é o principal objetivo deste capítulo e que estudaremos mais especificamente a partir do item 4.4 – para que estes produzissem bananas. Em troca, comprometeu-se a fornecer tecnologia e comprar a produção. Até o ano de 2001 não tinha se concretizado esta proposta.

## 4.2 O Papel do Estado na Política de Irrigação no Vale do Açu - RN

As transformações desencadeadas no sistema agrícola do Vale do Baixo-Açu, nos anos 1980 e 1990, foram frutos da ação determinada do Estado que buscava modernizar a região e integrar o Nordeste ao eixo de desenvolvimento capitalista do Centro-Sul do país. A partir disso, nota-se no caso do Projeto Baixo-Açu, a tendência pela adoção e difusão do padrão de modernização da agricultura, seguindo a lei geral dos clássicos (LÊNIN e KAUTSKY), com a implantação de grandes empresas agrícolas, que utilizam como relações de trabalho predominantes o *assalariamento* ou a *parceria* nos moldes da integração praticada pelos complexos agroindustriais. O Projeto Baixo-Açu, em sua evolução, fez avançar a proletarização e, conforme apontamentos de GRAZIANO DA SILVA (1981), aumentou a utilização do trabalho assalariado, ainda que preservando, em muitas áreas, a agricultura familiar antes parceira.

Para isso, o Estado passou a assumir um papel estruturador quanto à criação da infra-estrutura necessária. No caso do Projeto Baixo-Açu, este trouxe no seu bojo uma lenta e exaustiva negociação, abrangendo um período que vai desde o início da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves até a entrada das empresas no Vale do Baixo-Açu em 1985. Isto é o que procuramos esclarecer no presente item.

Para que o grande capital despertasse o interesse no Vale do Baixo-Açu, o Estado passou a gerar condições sedutoras no sentido de atrair os investimentos. Utilizando-se de apontamentos de MÜLLER (1989), subsídios creditícios e incentivos fiscais permitiram a empresarialização das atividades, acompanhada da especulação fundiária em larga escala.

O direcionamento pela grande empresa com a opção por um padrão intensivo em capital e força de trabalho aponta a prioridade dada pelo Estado à implementação forçada do modelo *fordista* no sistema agrícola do Baixo-Açu. Esta opção proporcionou inúmeras facilidades para os grandes empreendimentos, e dificuldades agudas para a agricultura familiar, a qual ficou marginalizada do processo. Muito pouco foi feito por esse segmento, salvo alguns projetos constantes em programas (ver TABELA 21 acima) direcionados mais ao atendimento de interesses privados neles embutidos do que uma efetiva presença do Estado, já que esses programas destinavam-se à distribuição de equipamentos produzidos no Centro Sul, que podiam ser entregues diretamente pelos Governos Estaduais ou vinculada a sua aquisição a revendedoras credenciadas pelo Governo Federal.

Para PINHEIRO (1991), isso explica a situação de pouca expressão apresentada pela agricultura familiar irrigada e a de sequeiro frente ao crescimento expressivo verificado entre 1987 e 1990 pelos grandes empreendimentos da agricultura irrigada no Vale do Baixo-Açu. Aqui se observa o mesmo fenômeno que ocorre no Centro-Sul do país desde 1965 e que GRAZIANO DA SILVA (1996) define como politização dos processos de acumulação de capital, onde esta se sustenta no fato de o Estado planejar a agricultura para o lucro da indústria e da agroindústria e não do produtor rural.

As facilidades oferecidas pelo Estado atendendo à lógica capitalista, nos anos 1980 e 1990, sempre fizeram com que as empresas buscassem a maximização de lucros num contexto que as isentavam do compromisso de serem eficientes nos aspectos econômico, social e ambiental. Todas as empresas instaladas no Vale apresentaram ao longo dos anos situações de extrema exploração de força de trabalho e danos ao meio ambiente, promovendo assim o surgimento de conflitos intensos com as instituições sindicais e de proteção ambiental. Com relação ao meio ambiente, o caso da multinacional norte-americana DEL MONTE, instalada no município de Ipanguassu no ano de 1997 é emblemática. São inúmeros os registros de agressão ao meio ambiente e exploração excessiva de força de trabalho, praticados por esta empresa no Vale. Nesse sentido, de acordo com apontamentos de VALÊNCIO (1993), o Estado corroborou com o surgimento de impactos sócio-econômicos e ambientais provocados pela agricultura modernizada, os quais apontaremos a seguir.

### 4.3 Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais Decorrentes da Implantação de Grandes Projetos de Irrigação no Vale do Baixo-Açu.

Projetos hídricos de grandes dimensões destinados à regularização de rios para fins de irrigação tendem a alterar a estrutura fundiária e a dinâmica produtiva da região em que se inserem, provocando impactos econômicos e ambientais, no mais das vezes, irreversíveis. Um dos projetos com estas características é o Baixo-Açu.

A gigantesca obra da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, um reservatório com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de m<sup>3</sup>, como vimos, desencadeou um processo intenso de transformação do padrão agrário e agrícola no Vale do Baixo-Açu.

Para VALÊNCIO (1993), os vales úmidos do semi-árido do Nordeste foram espaços catalizadores das novas modalidades de exploração agrícola. O Vale do Baixo-Açu foi incluído nos anos 1970 como área de fronteira para a expansão agrícola via métodos intensivos de irrigação. Nesse sentido, o Projeto Baixo-Açu representou uma certa noção de progresso capitalista que cresceu (LÊNIN, 1985 e KAUTSKY, 1980) a partir do desmonte, substituição e subordinação de uma dinâmica rural que já existia.

No início dos anos 1970, a agricultura no Vale dependia em grande medida da fertilidade natural do solo, o que valorizava economicamente a aluvião do rio Piranhas-Açu, formado pela deposição de sedimentos fluviais que atinge alta fertilidade. A limitada capacidade técnica e financeira, somado a irregularidade das chuvas e dificuldade de captação de águas subterrâneas, fizeram das terras altas, os tabuleiros, espaços vazios destinados à pastagem para uma pecuária extensiva e de baixa lotação.

Apesar das limitações e talvez por causa delas, os agricultores locais se permitiam a uma interação maior com o meio natural. Conforme aponta VALÊNCIO (1993), as culturas de várzea rendiam o que rendia o rio, dependentes de sua fertilidade natural. O conhecimento dos elementos naturais e condicionamentos climáticos colaboravam para uma combinação mais eficiente das lavouras e dos recursos, propiciando um modo de vida simples característico do agricultor familiar que se insere de maneira parcial em mercados através das relações mercantis (ABRAMOVAY, 1998).

Todavia, a decisão do DNOCS em implantar o Projeto Baixo-Açu modificaria esse modo de vida. O decreto desapropriatório, de acordo com apontamentos de VALÊNCIO (1993), atingiu 3.955 famílias, perfazendo um total de 20.250 pessoas. Dessas famílias, 67,28% moravam e trabalhavam em unidades produtivas entre 5 e 15 hectares e jamais recompuseram seu padrão de vida. A relutância dos agricultores

familiares em abandonar a área transformou o processo em algo descontínuo, tanto mais pela ausência de um plano ordenado de transferência destes. Os assentamentos rurais criados pelo Estado para essa finalidade, dentre eles Serra do Mel, estavam fincados em terras altas, solos rasos sobre cascalho e não alcançáveis para irrigação.

Iniciadas as obras do reservatório realizou-se um estudo prevendo que a mudança decorrente do regime natural dos aquíferos tenderia a provocar alterações na qualidade da água subterrânea pelo aumento dos teores salinos decorrente da subida excessiva do lençol freático e pela contaminação da água de retorno da irrigação e demais rejeitos. Quanto à vegetação, o estudo previu que a inundação faria desaparecer 13.135 hectares de caatinga e 5.750 hectares de carnaúba e, na área destinada ao perímetro público, o Projeto eliminaria 2.620 ha de caatinga e 4.370 ha de carnaúba. O estudo recomendava a introdução de novas técnicas agrícolas a fim de desenvolver a demanda por insumos modernos, com recomendação do DNOCS de desapropriar aqueles que não utilizassem às técnicas adequadas (VALÊNCIO, 1993, p. 192).

Inaugurando a barragem em 1983, havia suprimento de água em volume regular à jusante, que favoreceria a introdução da irrigação empresarial. Na região do Baixo-Açu as empresas agrícolas se instalaram monopolizando toda área potencialmente irrigável. A lógica de ocupação das empresas permitia a expansão ou realocação de cultivos na área de produção, caso houvesse contaminação (salinização) ou erosão de parte da propriedade, sendo fácil o abandono do solo sem preocupações com custos de recomposição ambiental.

As primeiras empresas instaladas produziam algodão às margens do rio. Mas a crise, a facilidade de salinização e a erosão paralisaram as atividades de algumas delas e outras foram para as terras mais altas de tabuleiro previamente adquiridas produzir frutas<sup>3</sup>, o que foi uma novidade para a região acostumada a produzir nas margens do rio. O tabuleiro caracteriza-se pela existência de solos rasos e de fácil erosão. Ali, a fruticultura ajustou tecnologias e implantou sistemas de fertirrigação associados ao melhoramento genético para potencializar o uso da umidade disponível no solo. A partir do tabuleiro, nos anos de 1990 até a atualidade, as empresas diversificaram a produção direcionando seus investimentos para o cultivo de frutas.

---

<sup>3</sup> O principal atrativo local para a fruticultura irrigada foi à ausência da mosca da fruta, um dos critérios de aceitabilidade dos frutos no exigente mercado externo. A região do Baixo-Açu tornou-se do final dos anos 1980 à primeira metade dos anos 1990, responsável por 40% da produção estadual de frutas de exportação, sendo o melão a locomotiva deste novo setor, com 2 a 3 safras por ano.

Quanto aos impactos sócio-econômicos, os resultados do modelo *fordista* adotado a partir da introdução de empresas agrícolas intensivas em capital e força de trabalho no Projeto Baixo-Açu, permitem indicar quatro características: o surgimento do trabalho acessório; longas jornadas de trabalho; subocupação e baixos níveis de renda.

Se as informações que apresentamos sobre o modelo adotado no Vale do Baixo-Açu atestam a “superioridade” do desempenho da agricultura modernizada, não menos clara é a situação social que embasa tal desempenho. Alguns desequilíbrios, como afirma GRAZIANO DA SILVA (1999, p.116), “inevitáveis” e “indesejáveis” que a moderna agricultura no Vale do Baixo-Açu provocou são notáveis: a concentração fundiária; êxodo rural; superexploração da força de trabalho; e concentração de renda.

O assentamento governamental para os desapropriados pelo decreto, o qual os latifundiários eram contrários anteriormente, não aconteceu. E com o Projeto Baixo-Açu concebido em 1985 em crise, o governo do estado deu início em 1988 a construção de um perímetro público de irrigação compacto, com o intuito de redimensionar em 6.000 há toda a lógica do projeto anterior. Dessa forma, o Estado procurou transferir para lotes de um perímetro de irrigação as empresas já instaladas no Vale do Açu e destinar parte destes lotes à técnicos de ciências agrárias, objetivando a integração entre profissionais e empresas. E, como veremos a partir do item seguinte, o perímetro de irrigação também denominado Projeto Baixo-Açu, recebeu em seu planejamento por parte do Estado, uma concepção parecida com o modelo desenvolvido no Vale a partir dos anos 1980, o que acabou influenciando o seu desenvolvimento rural.

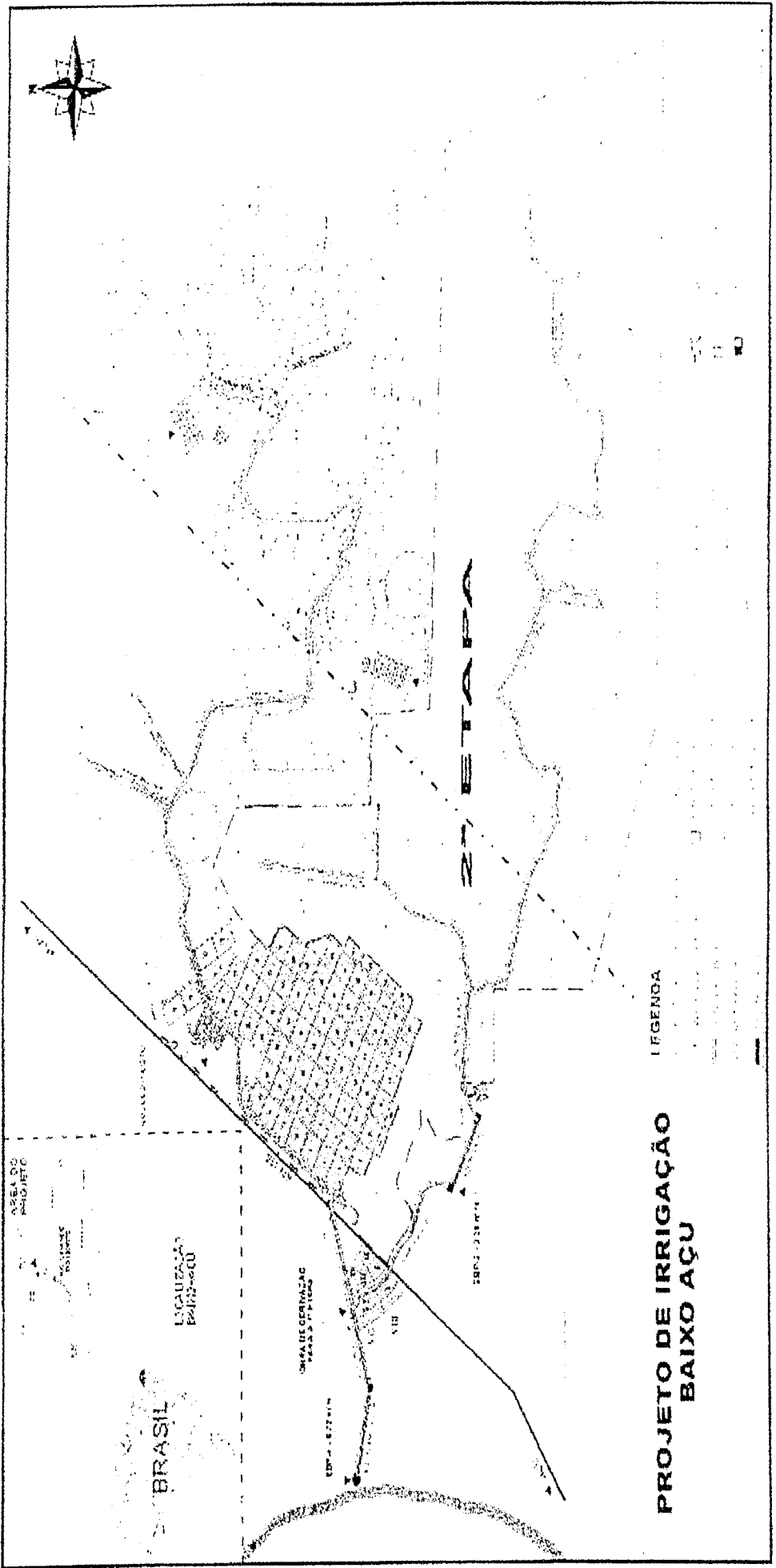
#### **4.4 O Projeto Baixo-Açu e Características Gerais do seu Desenvolvimento Rural**

O Projeto Baixo-Açu é um perímetro público de irrigação, concebido para o desenvolvimento de uma área específica de fruticultura irrigada. Sua área está situada no Vale do Baixo-Açu e abrange os municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra, no Estado do Rio Grande do Norte. A sua infra-estrutura foi iniciada no ano de 1988 e em março de 1993 foi realizada concorrência pública para selecionar os primeiros 75 irrigantes. Em novembro do mesmo ano uma associação foi criada pela Secretaria de Agricultura do Estado, por recomendação deste, com a finalidade de coordenar a condução do Projeto.

De acordo com a FIGURA 02 trata-se de uma área que totaliza 6.000 hectares, dividida em duas etapas.



FIGURA 02: Mapa do PROJETO BAIXO-AÇU e distribuição dos lotes.



A Primeira Etapa, com 3.000 hectares localizada no município de Alto do Rodrigues foi concluída e entregue no ano de 1996<sup>4</sup>; e a Segunda Etapa, no município de Afonso Bezerra, também com 3.000 hectares foi concluída no ano de 2000. Parte da área, 371 ha ou 6,2% do total foi destinada à reserva, tendo em vista a necessidade da preservação ambiental. Na etapa situada no município de Alto do Rodrigues existem 186 lotes que são destinados a produtores familiares, a técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, a empresários e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN, a qual possui um 01 lote de 49,4 há para desenvolver pesquisa.

Com o Projeto Baixo-Açu em crise no final dos anos 1980, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, por receber inúmeras denúncias de desvio de dinheiro por parte das empresas, encerrou o financiamento para as instaladas no Vale do Baixo-Açu. Uma saída encontrada foi o Estado apresentar a proposta de um perímetro de irrigação compacto, onde as empresas existentes no Vale viessem a ocupar lotes empresariais juntamente com técnicos de ciências agrárias, numa integração prevista, onde os técnicos passariam a desenvolver em seus lotes unidades demonstrativas que atendessem aos interesses das empresas. A proposta, que não constava inicialmente lotes para agricultores familiares, passou a se enquadrar nos requisitos e nos interesses da SUDENE que resolveu financiá-la. As obras de implantação da Primeira Etapa, incluindo a infra-estrutura de uso comum e sistema parcelar, segundo a SERHID, totalizaram um investimento de U\$\$ 41.368.111,15. As de infra-estrutura de uso comum da Segunda Etapa foram estimadas para sua conclusão em U\$\$ 16.000.000,00, totalizando mais de 57 milhões de dólares.

No início do projeto, entre os anos de 1994 e 1995, em pleno período eleitoral e sem ter concluído totalmente a Primeira Etapa do Projeto de Irrigação, o Estado orientou, através da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e do Banco do Nordeste, para que os 75 irrigantes selecionados direcionassem a produção para culturas como algodão, milho e feijão. Para isso, os agricultores receberiam como contrapartida do Estado a isenção do pagamento das tarifas referente ao consumo de água e energia.

Quando da entrada do novo governo eleito em outubro de 1994 e que assumiu no ano de 1995, este, um adversário político do governo anterior, desconsiderou a

---

<sup>4</sup> O Projeto, com previsão de término e entrega da Primeira Etapa em 1996 foi inaugurado em janeiro de 1994, pelo então governador José Agripino Maia, ainda com a Primeira Etapa incompleta. Entre 1995 e 1997, o Projeto passou por uma crise aguda que quase o levou ao seu abandono total. A partir do ano de 1998, o Projeto Baixo-Açu é reativado e a Segunda Etapa concluída pelo então governador Garibaldi Alves, mantendo-se até o ano de 2000 com sua estrutura produtiva em estado precário.

política do seu antecessor e autorizou as companhias de energia e de água a cobrarem as tarifas, inclusive os valores atrasados. Com isso, os 75 irrigantes selecionados inicialmente se depararam com uma situação de inviabilidade das atividades em curto prazo e, não conseguindo saldar as dívidas contraídas, 73 abandonaram o Projeto permanecendo apenas 02 deles. A partir deste acontecimento o Projeto é quase extinto.

Após várias discussões entre Estado e a representação dos trabalhadores, no ano de 1998 o projeto é reativado e se inicia um novo processo de busca pela viabilização do Baixo-Açu. Ainda nesse ano, o Estado nomeia para o Projeto uma gerência executiva e, desprovido de recursos para investir no Projeto Baixo-Açu, tenta obtê-los de fontes externas. Juntamente com o Ministério da Agricultura e os empresários do Projeto, o Estado prepara uma proposta e convida quatro centrais sindicais. São chamadas as seguintes centrais: a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Força Sindical, a Social Democracia Sindical – SDS e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

A estratégia inicial trazia como principal objetivo o acesso, através das centrais, aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Para isso, o Estado prometeu repartir parte da área destinada à agricultura familiar ainda não explorada da Segunda Etapa, 1.200 há, numa divisão igual para cada uma das centrais, ou seja, 300 há, onde estas passariam a realizar todo o financiamento dos investimentos necessários.

Nesta proposta, seguindo uma lógica como a dos clássicos de inspiração marxista (LÊNIN e KAUTSKY), constava à integração entre agricultores familiares e capitalistas, onde os primeiros seriam selecionados pelo Estado atendendo a requisitos definidos previamente como conhecimento profundo das técnicas de irrigação, por exemplo. Neste sentido, os agricultores familiares passariam a produzir, financiados pelas centrais com recursos do FAT; e às empresas, que se propuseram ser âncoras do Projeto, caberia desenvolver os papéis de agroindustrializar e comercializar a produção.

Percebendo que os requisitos exigidos pelo Estado deixaria de fora os agricultores familiares, e ainda, a condição de submissão a qual estes seriam enquadrados por parte do Estado e das empresas, a representação dos agricultores, exercida no momento pela FETARN e CONTAG, propôs um cenário diferente.

A contraproposta apresentada pelos agricultores se fundamentava nos seguintes pontos: a) transformação do Projeto em área de reforma agrária para que os colonos tivessem acesso ao PRONAF; b) seleção dos irrigantes aproveitando os agricultores familiares expulsos pelo decreto desapropriatório quando da implantação do Projeto

Baixo-Açu nos anos 1980; e c) iniciar a construção de agrovilas e fundar associações em cada uma delas, e uma cooperativa independente para organizar e comercializar a produção. A participação das empresas no processo aconteceria, segundo a FETARN, quando da necessidade de exportar ou resolver problemas relacionados à gestão em escala empresarial. Esta proposta foi rejeitada e, no período de 1998 a 2000, as discussões transcorreram sem sucesso. O Projeto seguiu seu rumo sem as centrais e sem os recursos, mantendo-se com uma estrutura que ocupa apenas parte da 1ª Etapa.

O Estado continuou centralizando as ações de condução do Projeto Baixo-Açu e, através de seus órgãos, influenciando na decisão dos irrigantes, influência que se resume apenas ao viés meramente agrícola e de curto prazo. O processo de organização se apresenta tímido atualmente, porém iniciado, e inexistente base teórica que sirva de suporte para a implementação de estratégias que delineie um estilo próprio de desenvolvimento, como ocorreu em Serra do Mel. Neste sentido, cabe demonstrar, principalmente, como aconteceram as relações na formação do Projeto entre 1994 e 2000; se a herança do modelo adotado no Vale nos anos 1980 é uma realidade e, se esta herança passou a influenciar no seu desenvolvimento rural. É do que trataremos nos itens a seguir.

#### **4.4.1 O Processo de Organização Social e Produtiva**

Um dos aspectos relacionados aos pequenos irrigantes, diz respeito ao fato de não haver registro significativo de algum movimento de organização associativa em todo o Vale durante a implantação do Projeto Baixo-Açu nos anos 1980. O movimento associativista e/ou cooperativista não teve força suficiente para criar e desenvolver uma estrutura de organização social e produtiva que servisse de base de sustentação aos interesses dos agricultores familiares irrigantes.

No Projeto Baixo-Açu, executado a partir de 1988, apenas no ano de 1997 e por recomendação do Estado, deu-se início a uma estrutura de organização. No dia 05 de março de 1997 foi criada a Associação do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu – DIBA.

Localizada no Núcleo Piloto da Primeira Etapa e tendo seu quadro de sócios formado por empresários, técnicos de ciências agrárias e agricultores familiares, a DIBA, com a finalidade de coordenar as ações de operacionalização do perímetro de irrigação, passou a determinar e coordenar o desenvolvimento das atividades do Projeto. Ainda em 1997 foram criadas mais 08 associações (para os setores I, II, III, IV, V, VII,

X e XI da Primeira Etapa), cuja finalidade tem sido a de vincular estes setores a DIBA e praticar uma função estritamente administrativa de gestão da estrutura existente.

Neste sentido, as associações não foram criadas para apoiar e facilitar as ações dos agricultores no desenvolvimento de suas atividades agrícolas. E a forma como foram criadas, caracteriza-se pela intervenção direta e centralizada do Estado que inibe a participação dos agricultores familiares irrigantes nas decisões de condução do Projeto. Atualmente, a estrutura de organização existente no Projeto Baixo-Açu, conforme TABELA 22, é composta de 08 associações, além de 01 Cooperativa.

TABELA 22: Projeto Baixo-Açu: estrutura e formas de organização:

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Data de Fundação	Em atividade	Evolução do n.º de sócios	
				1997	2000
DISTRITO IRRIGAÇÃO	01	1997	01	152	152
ASSOCIAÇÃO	08	1997	08	152	152
COOPERATIVA (COFIBA)	01	04/1999	01	-	63

FONTE: Questionário de pesquisa de campo e COFIBA, 2002. Elaboração própria.

Percebendo a necessidade da criação de uma organização para apoiar as atividades produtivas agrícolas, um grupo de 63 agricultores familiares insatisfeitos com a falta de participação nas decisões do Projeto e com as constantes desvantagens nas relações mercantis quando da comercialização da produção, resolveu criar no mês de abril de 1999 a Cooperativa de Fruticultura dos Irrigantes do Baixo-Açu – COFIBA. A concepção de sua criação atende à lógica de uma gestão verticalizada.

Mesmo tendo sido criada em 1999, a COFIBA ainda não deu início às suas atividades encontrando-se atualmente descapitalizada e sem uma participação ativa do seu quadro de cooperados, que permanece inalterado desde sua fundação. As dificuldades enfrentadas pela Cooperativa para iniciar suas atividades não se limitam apenas à falta de capitalização. Toda a estrutura física necessária para o seu funcionamento é de uso comum e está submetida ao controle da DIBA, necessitando assim que esta associação realize uma concessão de direito real de uso da estrutura para que a Cooperativa possa funcionar. O fato de a DIBA ser indiferente com os irrigantes familiares, por possuir uma gestão sempre favorável aos interesses dos empresários, passa a se configurar numa ameaça constante para a Cooperativa, pois possui o controle de toda a estrutura de uso comum (canais de irrigação, energia, água, etc.), que foi planejada para funcionar de forma coletiva e em sistema de condomínio. O Conselho de Administração da DIBA, definido em estatuto social, é constituído de 7 membros com a seguinte distribuição: 3 representantes eleitos pelos agricultores familiares com lotes de

8,16 há; 2 eleitos pelos técnicos, vistos como médios produtores, possuidores de lotes de 16,32 há; e 2 eleitos pelos empresários. A partir desta composição, os empresários vêm encontrando facilidades de, juntamente com os técnicos, obterem maioria na DIBA. Além disso, a presença do Estado no Projeto contribui para isso e inibe a participação, além de insistir num modelo inspirado no *fordismo* que privilegia a presença da empresa agrícola capitalista que utiliza mão-de-obra assalariada.

Dessa forma, a organização produtiva se submete a limitações correspondentes à condição de fragilidade da estrutura de organização e passa a seguir as tendências sinalizadas pelas empresas e pelo Estado. Uma afirmação disto é o que ocorreu no início das atividades do Projeto, entre 1994 e 1996. Neste período, os agricultores familiares e os lotes empresariais foram recomendados a produzir além do algodão irrigado, as culturas de melão e melancia, dentro da lógica da *parceria*. Apenas alguns lotes empresariais passaram a dispor de técnicas e recursos para essas culturas. Na segunda metade dos anos 1990, a partir da alteração na estrutura produtiva do Vale do Baixo-Açu e da entrada de grandes empresas como a DIRECTIVOS AGRÍCOLA em 1996 e a norte-americana DEL MONTE em 1997, uma das gigantes do mercado exportador de bananas, a tendência se confirma para a fruticultura irrigada centrada principalmente nas culturas da banana para o mercado externo e do mamão para o mercado interno. Seguindo esta tendência, os agricultores familiares irrigantes possuidores de parcelas de 8,16 há no Projeto Baixo-Açu, conforme indica a TABELA 23, passaram a cultivar predominantemente estas duas culturas.

TABELA 23: Principais CULTURAS desenvolvidas no Projeto Baixo-Açu

PRODUTOS	Área Plantada (há)	%	Unidade	Quantidade Produzida/ano
Banana	780	43,28	Cachos	1.014.000
Mamão	354	19,64	T	187,5
Coco	42	2,33	Frutos	36.000
Manga	48	2,66	T	A produzir
Outros*	578	32,09	T	A produzir
<b>TOTAL</b>	<b>1.802</b>	<b>100,00</b>	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

\* Culturas desenvolvidas principalmente em lotes empresariais, sendo capim (127 há) e outras plantadas e a produzir como milho (211 há), feijão (140 há) e algodão (100 há).

Atualmente a banana se configura como cultura líder, respondendo por 43,28% da área cultivada tanto pelos agricultores familiares como pelos técnicos e empresários. O mamão segue logo depois da banana em importância tanto de cultivo como na absorção dos investimentos, sendo responsável por 19,64% da área plantada. Estas duas

culturas representam as atividades âncoras, sendo, por si só, ainda insuficientes para engendrar um processo de desenvolvimento endógeno que proporcione a sustentabilidade do Projeto.

Quanto à diversificação das atividades, esta se encontra ainda incipiente e se limita à introdução de outras variedades como manga e coco. A inserção dessas culturas, segundo técnico da EMATER de Assu-RN, acompanha uma tendência de mercado sinalizada pelas empresas, tanto as de dentro do Projeto como as instaladas no Vale do Baixo-Açu, e pela recomendação dos órgãos do Estado. Um dos fatores que contribui para isso, como veremos a seguir, é a própria concepção do planejamento estatal na formação da infra-estrutura de produção do Projeto Baixo-Açu.

#### 4.4.2 A Formação da Infra-Estrutura de Produção e a Agricultura Familiar.

Dotado de uma expressiva infra-estrutura hídrica, a área que constitui a estrutura de produção é dividida em duas etapas com lotes agrícolas distribuídos de maneira uniforme, atendendo a três tamanhos específicos: micro-empresários<sup>5</sup> e agricultores familiares com 8,16 ha, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos com 16,32 ha e empresários com 100 ha, em média, conforme demonstra a TABELA 24.

O planejamento físico proporciona uma diversificação na distribuição da estrutura de produção da Primeira Etapa do Projeto, enfatizando, de início, um processo de diferenciação entre as categorias de concessionários. Essa diferenciação estimulou intensas discussões entre técnicos do Governo e entidades sindicais nos períodos de planejamento e implementação.

TABELA 24: Planejamento Físico da 1ª etapa:

MÓDULO (ha)	NÚMERO DE LOTES	ÁREA (ha)	CATEGORIA
8,16	75	612,0	Micro-empresário
8,16	86	701,7	Agricultor Familiar
16,32	6	97,9	Técnico Agrícola
16,32	8	130,6	Engenheiro Agrônomo
49,40	1	49,4	EMPARN (Pesquisa)
100 (EM MÉDIA)	10	1.037,4	Empresário
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>	<b>2.629</b>	-

<sup>5</sup> Esta denominação foi dada aos primeiros 75 irrigantes na ocasião do processo de seleção, em 1994. O SEBRAE participou do processo seletivo e resolveu inserir um tom empresarial com a intenção de caracterizar a categoria de agricultores familiares irrigantes como empreendedores eficientes e racionais. Isso somente trouxe problemas para os produtores que passaram, com esse conceito, a não se enquadrar nos requisitos exigidos para o acesso às políticas públicas, entre elas o crédito oficial.

FONTE: Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos – SERHID 1999.

A área principal equivalente a 2.629 há, mesmo tendo sido concluída e entregue no ano de 1996 e encontrando-se em operação a partir de então, quando analisamos a parte irrigável no ano de 1999, constatamos que apenas 317 ha dos 75 micro-empresários e 316,6 ha dos empresários encontravam-se cultivadas. Estes foram os primeiros a se instalarem. A categoria dos empresários se diferencia pela capacidade de capitalização, e por estes possuírem os requisitos quando da necessidade da tomada de crédito em fontes oficiais. A categoria dos micro-empresários é bastante variada e menos capitalizada. É formada por produtores que já possuíam outras atividades, muitas vezes a atividade principal, fora do lote. Com isso, passam a investir recursos próprios oriundos de rendas externas, com a finalidade de diversificar tanto suas atividades econômicas como seus rendimentos. Os agricultores familiares, conforme demonstra a TABELA 25, que representam a maioria dos lotes, os técnicos agrícolas e os agrônomos, mesmo depois de três anos não tinham ocupado totalmente seus lotes.

TABELA 25: Distribuição da área irrigável da 1ª etapa.

CATEGORIA	Nº DE LOTES PREVISTOS	Nº DE LOTES OCUPADOS	ÁREA (ha)		
			OCUPADA (1)	EM OPERAÇÃO (2)	CULTIVADA (3)
Micro-empresário	75	74	603,8	603,8	317,0
Agricultor familiar	86	1	8,2	4,0	-
Técnico agrícola	6	-	-	-	-
Engº agrônomo	8	4	65,3	17,0	-
Pesquisa	1	1	49,4	49,4	49,4
Empresário	10	6	732,7	548,5	316,6
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>	<b>86</b>	<b>1.459,4</b>	<b>1.222,7</b>	<b>683,0</b>

FONTE: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SERHID 1999.

Dentre outras causas, essa situação reflete a condição de baixa capitalização dessas duas últimas categorias, principalmente, somando-se a isso as dificuldades de acesso ao crédito na rede oficial. Isso se confirma quando apontamos aqui o depoimento de um técnico da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SERHID:

*Esses irrigantes da 1ª etapa que detêm a concessão de uso de lotes com áreas moduladas em 8,16 e 16,32 há, têm encontrado muitas dificuldades de operacionalização. As dificuldades remontam à época do processo seletivo, realizado em 1994 mediante procedimento licitatório, quando muitas pessoas foram selecionadas sem que estivessem capacitadas tecnicamente, pois não*



*possuíam experiência em agricultura irrigada, e, em sua grande maioria, não dispunham de recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da prática de agricultura irrigada* (A. E. S. Engenheiro civil, SERHID – RN).

Para os 85 agricultores familiares, que ocuparam seus lotes apenas em 2001, esta situação tem-se agravado ainda mais em decorrência da ausência de serviços de assistência técnica. Outro fator limitante levado em consideração é a ausência da maioria de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos selecionados e que, supostamente, deveriam atuar em seus lotes como unidade demonstrativa promovendo assim um processo de adoção e difusão de tecnologias para os demais irrigantes.

Aliado a essa situação, e também se constituindo numa situação restritiva e adversa, existe o fato concreto das enormes dificuldades encontradas pelos irrigantes familiares quando se dirigem ao Banco do Nordeste em busca de crédito para o financiamento dos investimentos e despesas de custeio relacionados com a implantação do lote. Esta barreira, conforme veremos no tópico a seguir, é conseqüência da falta de garantia real exigida pelo banco, e que os agricultores não têm como oferecer.

A Segunda Etapa do Projeto foi concluída no final do ano de 1999, como previsto, e consta de uma área total de 3.000 ha, sendo 2.977 ha destinados à exploração. Deste total, ainda inexplorado, nem toda área encontra-se regulamentada por causa de pendências existentes quanto aos valores das desapropriações. E a distribuição dos lotes, já realizada e constante do planejamento físico, atende a mesma lógica e concepção da Primeira Etapa. Neste caso, a diferenciação é mais marcante que a anterior pois, conforme indica as informações da TABELA 26, apenas agricultores familiares e empresários constam como categorias.

TABELA 26: Planejamento Físico da 2ª etapa:

MÓDULO (ha)	NÚMERO DE LOTES	ÁREA (ha)	CATEGORIA
10	120	1.200	Agricultor familiar
100 (média)	15	1.777	Empresário
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>2.977</b>	-

FONTE: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SERHID 1999.

Mesmo com uma ação direta das instituições sindicais, a FETARN principalmente, na defesa de uma quantidade maior de lotes para assentar o maior número possível de agricultores familiares, a área destinada aos empresários, em relação à Primeira Etapa, foi aumentada ainda mais. No edital de concorrência para a obtenção

dos primeiros lotes da Segunda Etapa, a área destinada aos agricultores familiares ficou de fora do processo, tendo sido incluída apenas a área destinada aos empresários.

Neste sentido, concluída a Segunda Etapa do Projeto no final do ano de 1999, dá-se andamento através da Secretaria de Recursos Hídricos e com a aprovação da Secretaria da Agricultura, ao processo de licitação para a aquisição dos primeiros lotes. No edital, publicado na primeira semana de agosto do ano 2000, consta para o leilão apenas os que medem entre 90 e 100 hectares destinados aos empresários, sendo adiada a liberação dos destinados aos agricultores familiares. Conforme artigo de jornal:

*[...] já está pronto o edital que vai possibilitar a licitação de mais de dois mil hectares encravados na Segunda Etapa do projeto Baixo-Açu. Aprovado também pela Secretaria de Agricultura, (...) vai possibilitar que qualquer empresa ou pessoa física possa participar do leilão dos primeiros vinte lotes que medem entre 90 e 120 hectares. As principais condições do edital para que alguém possa se habilitar a compra e uso dos terrenos indicam que qualquer pessoa física ou jurídica poderá participar do leilão desde que comprove ser capitalizada e possuir experiência em agricultura. Para as pessoas físicas, a outra exigência é que se comprometa a criar uma empresa logo após ser classificado para compra e uso do lote. Os interessados poderão disputar mais de um lote, assim como um terreno poderá ser adquirido por mais de uma pessoa ou empresa, e todos utilizarão os lotes com concessão de uso até que toda a área seja regularizada (JORNAL DE HOJE, Natal, 27/07/2000).*

Para as duas etapas, além das obras comuns de adução, reservatórios, estações de bombeamento, canais de distribuição com 22,3 Km de extensão na Primeira Etapa e de 18,2 Km na Segunda Etapa, sistema elétrico, etc, foram construídas vilas habitacionais com o objetivo de apoiar as atividades no Projeto. As vilas foram inicialmente formadas a partir de três núcleos habitacionais dispersos, conforme TABELA 27 abaixo, dotadas de infra-estrutura necessária para, além de moradia para técnicos que venham a trabalhar no Projeto, funcionar unidades de escola, postos de saúde e de polícia, Cooperativa, abrigo para máquinas, etc. O núcleo piloto é o mais dotado dessas infraestruturas, pelo fato de sua localização às margens da rodovia que liga dois centros regionais importantes: Assu e Macau.

TABELA 27: Infra-estrutura dos núcleos habitacionais

DESCRIÇÃO	NUCLEO PILOTO	NUCLEO FLORESTA	NUCLEO LISTRADA	TOTAL
Casas	07	18	18	43
Escritório central	01	-	-	01
Auditório	01	-	-	01
Oficina	01	-	-	01
Posto de saúde	01	01	01	03
Posto policial	01	01	01	03
Escola	01	01	01	03
Galpão para abrigo	01	01	01	03
Packing house	01	-	-	01

FONTE: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SERHID 1999.

No ano de 2001 o Estado resolveu utilizar recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional na tentativa de construir uma unidade de casa de embalagens (*Packing house*), com capacidade de processamento de 40 t/dia, no sentido de dotar o Projeto de uma estrutura capaz de agregar valor aos produtos. A ação não precedeu estudo de viabilidade, nem teve a participação direta da maioria dos agricultores familiares. A SERHID resolveu designar a coordenação da construção e operação do *Packing house* a DIBA. Sem a participação dos agricultores familiares e predominando a gestão centralizada por parte da DIBA e dos empresários, o *Packing house* não chegou sequer a iniciar seu funcionamento. Isso demonstra, como veremos no tópico a seguir, a afirmação de uma preferência por parte dos planejadores governamentais na aplicação de um modelo, bem como no atendimento de interesses de um público específico.

#### 4.4.3 A Limitação de Recursos e a Deficiência do Modelo Aplicado.

No ambiente de um perímetro de irrigação percebe-se uma dinâmica que exige dos agricultores conhecimentos específicos em tecnologias de precisão e dotação de recursos financeiros. O não enquadramento à estas exigências exclui e gera, com certa frequência, uma rotatividade de forma seletiva na ocupação das unidades produtivas.

Uma das características dos agricultores familiares irrigantes do Projeto Baixo-Açu percebida desde o início de suas atividades, diz respeito às dificuldades no acesso às fontes de financiamento para os investimentos necessários. Como já citado anteriormente, essas dificuldades remontam à época do processo seletivo. Para o acesso ao crédito oficial é necessário apresentar a posse do contrato de concessão de uso celebrado com o DNOCS ou com o Estado, através da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e da Secretaria Estadual da Agricultura.

Sem a posse dos devidos contratos, os irrigantes têm se submetido às mais diversas formas de autofinanciamento, sendo a mais comum a vinculação de dependência mantida com o capital comercial (ABRAMOVAY, 1998). Outras formas são praticadas como a agiotagem, a venda antecipada da colheita, dentre outras. Essa prática tem contribuído para aumentar ainda mais as limitações dos irrigantes no desenvolvimento de suas atividades, distanciando-os cada vez mais da possibilidade de sustentabilidade das suas unidades parcelares.

Os recursos oriundos de crédito identificados na nossa pesquisa, no início das atividades em 1994 a 2000, conforme TABELA 28, não chegaram a R\$ 640 mil e, segundo informações das agências financiadoras, foram destinados aos empresários.

TABELA 28: Valores liberados por empréstimos contraídos na rede oficial de crédito (1991-2000)

ANO	Banco do Brasil	Banco do Nordeste	Outros	TOTAL
1994	-	30.897,81	-	30.897,81
1995	-	152.577,56	-	152.577,56
1996	-	324.697,13	-	324.697,13
1997	-	-	-	-
1998	-	10.931,14	-	10.931,14
1999	-	120.005,52	-	120.005,52
2000	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>639.109,16</b>	-	<b>639.109,16</b>

FONTE: Banco do Nordeste, 2002. Elaboração própria.

Tomando como base o destino dos poucos recursos dentro do Projeto até o ano de 2000 percebemos ainda que não existe qualquer tentativa de diversificação ou integração de atividades, inclusive por parte dos empresários, tidos pelo modelo como agentes produtivos dotados de qualidades como eficiência e racionalidade. É evidente a prioridade dada ao viés agrícola e, conforme demonstra a TABELA 29, as ações se limitam na fase da produção agrícola quanto à finalidade dos recursos apropriados. E da quantia de recursos liberada, a maioria se destinou ao custeio em operações de curto prazo, revelando pouca preocupação com os investimentos de longo prazo.

Não foi identificada em todo o Projeto a presença de alguma iniciativa de agroindustrialização. E a comercialização da produção, como veremos no item 4.6 deste capítulo, é deficiente e atende à lógica da oferta pulverizada (GRAZIANO DA SILVA, 1999), do contato individual entre comprador e produtor e da presença marcante do

intermediário (canal atrasado, ver FIGURA 01) em todos os produtos, fazendo com que aumente mais ainda as possibilidades de inviabilidade dos agricultores familiares.

TABELA 29: Valores de contratos de crédito rural segundo a finalidade (1991-2000)

ANO	PRODUÇÃO		AGROINDÚSTRIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	
1994	14.665,45	16.323,36	-	-	-	-	30.978,81
1995	-	152.577,56	-	-	-	-	152.577,56
1996	213.765,50	110.931,63	-	-	-	-	324.697,13
1997	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	10.931,14	-	-	-	-	10.931,14
1999	-	120.005,52	-	-	-	-	120.005,52
2000	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>228.420,95</b>	<b>410.769,21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>639.190,16</b>

FONTE: Banco do Nordeste, 2002. Elaboração própria.

Mesmo constatando as deficiências e os principais problemas do Projeto Baixo-Açu, não surgiu internamente nenhuma mobilização na tentativa de apontar soluções a partir da identificação das maiores potencialidades. O planejamento não foi uma prática utilizada no Projeto e a relação entre agentes e instituições manteve-se sem cooperação, atendendo à ação individual e em nível local e regional.

De acordo com a TABELA 30 a participação das instituições públicas e privadas que passaram a atuar no Projeto aconteceu, na maioria das vezes, sem a formalização de contratos e sem contato direto com os irrigantes. Por sua vez, não houve orientação para a necessidade de construção do que VEIGA (2000) chama de *vitalidade social*, responsável pelo dinamismo do desenvolvimento territorial e local e estimulada pelo processo de mudança via formação de redes de participação entre instituições e agentes, o que vem sendo definido de *capital social*.

TABELA 30: Principais instituições de relacionamento

Empresa / Instituição	Ramo de Atividade	Nível de Atuação	Período de Relacionamento	Contratos
EMATER	Ater	Regional	1994 ...	N
EMPARN	Pesquisa	Regional	1994 ...	N
PROJETEC	Manutenção	Nacional	1994 a 2001	N
Banco do Nordeste	Financeira	Regional	1994 a ...	S

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

Constatando essa situação, numa amostra realizada com 40 lotes familiares, a nossa pesquisa de campo constatou que a concepção do modelo desenvolvido no Projeto Baixo-Açu faz com que 78%, ou seja, 31 agricultores familiares, vejam uns aos outros como concorrentes e ameaça e não como parceiros potenciais.

Com relação à atuação das instituições, a participação da EMATER é vista como deficiente o que obriga parte dos agricultores a buscar a assistência técnica privada e individual. Quanto a EMPARN, esta se encontra no Projeto apenas ocupando um lote de 49,4 há para a produção de sementes, não tendo qualquer ação de pesquisa com os produtores irrigantes. A PROJETEC manteve-se no Projeto entre 1994 e 2000, como contratada do estado para executar serviços de manutenção da estrutura física coletiva e de uso comum (canais de irrigação, eletricidade, etc.). O contrato venceu em 2000 e não foi renovado, sendo transferidas para a responsabilidade da DIBA suas ações. E o Banco do Nordeste, que atua como órgão de crédito oficial, não oferta recursos para os lotes familiares em decorrência do não preenchimento por parte destes dos requisitos exigidos, dentre eles o contrato de posse e uso real das unidades parcelares.

Neste sentido, o quadro atual do Projeto Baixo-Açu demonstra que o modelo desenvolvido não possibilitou a construção do *capital social*, não existindo o exercício do relacionamento cooperativo entre instituições e agentes (MOYANO; 1999). Além disso, não orientou para a diversificação e criação de ocupações a partir das atividades não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA; 1997). E, como veremos a seguir, limitou-se na fase da produção com dificuldades, utilizando tecnologias de irrigação carentes de atualização em unidades de produção diferenciadas.

#### **4.5 O Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Tecnologia para Produzir na Realidade de um Perímetro de Irrigação.**

No início das atividades a partir do ano de 1994, os 75 lotes que constituem os setores I, II, III e IV da Primeira Etapa formada por micro-empresários irrigantes receberam um financiamento direcionado para a dotação de infra-estrutura de irrigação. O método do sistema implantado na época foi o de aspersão convencional, permanecendo por toda a década de 1990 e até a atualidade. Este método encontra-se totalmente obsoleto e, adicionado ao uso inadequado e a falta de drenagem, tem sido responsável pela salinização de vários lotes e pelo consumo excessivo de água e energia, o que contribui para o aumento dos custos de produção, agressão ao meio ambiente, afirmando a dificuldade na busca da viabilidade das unidades de produção.

O sistema recomendado pelos técnicos, tendo em vista o ambiente de um perímetro de irrigação e a necessidade de atualização, é o de aspecto localizado que prioriza maior racionalidade no uso da água e energia. Os mais comuns, neste caso, são a micro-aspersão e o gotejamento. O primeiro método funciona a partir da utilização de pequenos equipamentos que distribuem a água em sentido aéreo e com uma altura média de 80 cm atingindo um raio mínimo de 2 m ao redor da planta, e adequados para culturas como a banana, o mamão, a manga e o coco. O segundo, método de tecnologia israelense, irriga a planta via emissão de gotas d'água com proximidade, quase que em contato direto com o solo e a raiz da planta, e é utilizado com mais frequência em culturas temporárias, a maioria delas plantas rasteiras e hortaliças como o melão e a melancia, por exemplo.

Apenas os 86 lotes de agricultores familiares que constituem os setores V, VII, X e XI da Primeira Etapa do Projeto e que ainda não se encontravam em operação são possuidores do método mais atualizado. Eles receberam no ano de 2001 financiamento direcionado para a aquisição e implantação do sistema de irrigação. Nesse momento foi instalado o sistema moderno de tecnologia israelense, com as características do recomendado pelos técnicos, deixando esses setores bem dotados de infra-estrutura.

A partir da estruturação de suas unidades produtivas, os agricultores familiares iniciaram suas atividades juntando-se aos 75 iniciais. E mesmo sem o crédito oficial começaram a alterar a composição da área em exploração pela fruticultura irrigada.

Os dados constantes na TABELA 31 mostram bem a realidade atual de produção do Projeto Baixo-Açu, além da participação dos agricultores familiares, técnicos e empresários, onde predomina a fruticultura irrigada com culturas competitivas no mercado como a banana e o mamão. Outras, introduzidas como início de um processo de diversificação, encontram-se com produção prevista para 2003.

Percebe-se a partir das informações da tabela que, mesmo em desvantagem tecnológica na realidade exigente de um perímetro de irrigação e sem a dotação de recursos financeiros, os agricultores familiares que formam os setores respondem pela absoluta maioria da produção existente do Projeto. Os lotes empresariais vêm demonstrando pouca participação na produção das atividades âncoras, se concentrando mais na produção de itens que não possuem relação com as principais preocupações do Projeto Baixo-Açu. Os empresários cultivam principalmente grãos (sorgo forrageiro e algodão para extração do caroço) e outros produtos como capim para animais e melão.

TABELA 31: Realidade atual de PRODUÇÃO IRRIGADA do Projeto Baixo-Açu

SETOR/LE	Área total (há)	CULTURAS						Área irrigada
		Banana	Mamão	Manga	Coco	Grãos	Outros	
I	212,16	172,50	19,00	2,00	5,00	0,00	7,50	206,00
II	220,32	188,00	17,00	2,00	5,00	0,00	4,00	216,00
III	155,04	94,00	26,00	12,00	0,00	0,00	22,00	154,00
IV	130,56	80,00	0,00	32,00	16,00	0,00	4,00	132,00
V	228,48	151,00	54,00	0,00	8,00	0,00	33,00	246,00
VII	138,72	124,00	8,00	0,00	0,00	0,00	20,00	152,00
X	228,48	161,00	48,00	6,00	6,00	0,00	31,00	252,00
XI	204,00	96,00	0,00	2,00	2,00	0,00	14,00	114,00
LE - 01	100,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
LE - 02	124,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00
LE - 03	103,90	0,00	0,00	0,00	0,00	103,00	0,00	103,00
LE - 04	126,40	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
LE - 05	106,10	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	100,00
LE - 06	99,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00
LE - 07	98,80	0,00	0,00	0,00	0,00	98,00	0,00	98,00
LE - 08	76,60	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	0,00	76,00
LE - 09	101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
LE - 10	100,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
EMPARN	49,40	0,00	0,00	0,00	0,00	49,00	0,00	49,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.605,06</b>	<b>1.156,50</b>	<b>172</b>	<b>56</b>	<b>42</b>	<b>546</b>	<b>495,50</b>	<b>2.468,00</b>

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

SETOR - Área formada por lotes familiares (8,16 há) e técnicos em ciências agrárias (16,32 há)

LE - Lotes empresariais

Dessa forma, tendo em vista a participação na produção total e a preocupação com a viabilidade dos lotes explorados por agricultores familiares, constata-se a necessidade da atualização tecnológica, principalmente nos setores I, II, III e IV dos 75 lotes iniciados em 1994, levando em consideração o peso desses setores na exploração do Projeto e a importância da tecnologia para produzir na realidade de um perímetro de irrigação. A exigência nesta realidade caracteriza-se pela precisão e racionalidade na fase da produção, se apresentado como item fundamental na geração de uma dinâmica num processo de integração de atividades.

Como veremos no tópico a seguir, a integração de atividades no Projeto Baixo-Açu se limita às fases da produção e comercialização de frutas. A primeira, como citado nos itens anteriores, é desenvolvida predominantemente pelos lotes familiares e se apresenta caracterizada por inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo dos anos. A segunda, a qual passaremos a demonstrar no próximo item, recebe a influência dos problemas identificados na primeira, gerando assim uma dinâmica local relacionada com o grau de complexidade e com a realidade do modelo de acumulação adotado no Projeto desde sua concepção.



#### 4.6 A Comercialização dos Principais Produtos e a Dinâmica Gerada.

Dentre as frutas tropicais constantes na pauta de exportações do Brasil, a banana constitui-se como uma das mais importantes. Nos anos de 1997 a 2000, conforme informações da TABELA 32, as exportações brasileiras desta fruta atingiram a média de US\$ 12 milhões. O preço médio da banana no mercado internacional atinge, conforme informações do Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura, valores entre US\$ 1,87 e US\$ 2,4 por cacho (entre R\$ 7 e R\$ 9), se configurando num produto presente em mercados competitivos e exigentes.

TABELA 32: Participação da BANANA nas exportações brasileiras de frutas<sup>6</sup>.

PERÍODOS		Valor US\$ (mil)	Quantidade (Ton.)	Preço Médio/t (US\$ mil)
Balança 1998/1997	JAN/DEZ 1997	8.382	40.071	209,18
	JAN/DEZ 1998	11.629	68.555	169,63
Balança 2000/1999	JAN/DEZ 1999	12.518	81.227	154,11
	JAN/DEZ 2000	12.359	71.812	172,10
Mês agosto/2002		2.923	19.761	148,00

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Produção e Comercialização/ Departamento de Comercialização, 2002.

O Brasil se configura como terceiro maior produtor da fruta, atualmente com 527 mil hectares de área plantada e produção de 5,5 milhões de toneladas. Os principais Estados produtores são o Pará, São Paulo, Bahia, Amazonas e Minas Gerais. O setor gera mais de 500.000 empregos diretos. As variedades de maior aceitação do mercado são do grupo Prata e Nanicão. Segundo informações da EMBRAPA Fruticultura, os principais gargalos são: a alta incidência de pragas e doenças (moleque, nematóides, mal do Panamá, sigatoka negra e amarela), baixo nível de tecnologia utilizado na produção e na pós-colheita e falta de capacitação dos agentes na integração das fases da cadeia produtiva, ou seja, produção, agroindústria e comercialização.

No Rio Grande do Norte, alguns produtos isolados, como a castanha de caju (4º lugar) e o melão (5º lugar) contribuem significativamente para o peso do grupo fruticultura. A banana ocupa a 6ª colocação no *ranking* das frutas mais exportadas.

Na TABELA 33 abaixo, a partir de dados obtidos do Censo Agropecuário do IBGE referentes ao ano de 1996 temos uma demonstração das realidades do Brasil, da Região Nordeste, do Rio Grande do Norte e do Projeto Baixo-Açu, onde este último se destaca pela sua participação.

TABELA 33: Produção de BANANA do Brasil, do Nordeste, Rio Grande do Norte e Projeto Baixo-Açu.

DISCRIMINAÇÃO	Produção ( em 1000 cachos/ano)	Área (em ha)	Rendimento/médio (cachos/ha)	Valor em R\$
Brasil	293.492	412.969	1.079	613.427.568,28
Nordeste	109.769	139.006	1.132	204.703.339,91
Rio Grande do Norte	2.169	2.596	1.387	5.143.383,31
Projeto Baixo-Açu	878	780	1.300	2.019.800,00

FONTE: Censos Agropecuários do IBGE, 1996 e DIBA, 2002. Elaboração própria.

Um outro aspecto importante acontece com os produtores de mamão do Rio Grande do Norte. Segundo informações do SEBRAE/COMEX-RN, em 2001 o estado exportou cerca de 120 mil dólares e, em 2002, mediante integração entre empresas âncoras e plantadores, foram comercializados com o mercado externo mais de 1,2 milhão de dólares. Um incremento 10 vezes maior em 2002.

O Brasil é o maior produtor mundial de mamão. Apresenta uma área plantada de 35 mil hectares e uma produção anual em torno de 840 milhões de frutos. O preço no mercado internacional, segundo o Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura, atinge entre R\$ 793,00 e R\$ 864,00 por tonelada. Os principais produtores, segundo Censo Agropecuário do IBGE de 1996 são: Bahia (221 milhões de frutos/ano), Espírito Santo (176 milhões), Ceará (20 milhões), Pará (17 milhões) e Paraíba (15 milhões de frutos). O setor gera mais de 30 mil empregos diretos. As principais variedades são a Formosa e Papaya e os principais problemas apresentados pela cultura são fitossanitários, falta de informações sobre tecnologia de produção e pós-colheita, elevadas perdas pós-colheita e falta de agroindústrias. O Rio Grande do Norte é o 9º produtor nacional com 10 milhões de frutos/ano e, a partir de dados da DIBA, o Baixo-Açu chega a ser responsável por uma produção de 187 toneladas (480 mil frutos/mês) em uma área explorada de 354 há. Para os produtores do Projeto, o preço da tonelada do mamão no mercado interno é de R\$ 180,00, muito abaixo da média internacional.

O baixo preço praticado não somente com o mamão, mas com todos os produtos do Baixo-Açu é consequência de deficiências na fase da comercialização geradas pelas dificuldades enfrentadas ainda na produção. A falta de acesso ao crédito faz com que os poucos recursos disponibilizados para a produção tenham um custo alto de aquisição e sejam insuficientes para construir uma estrutura capaz de alcançar níveis de qualidade para os produtos, a ponto de destiná-los a mercados cada vez mais competitivos, inclusive o externo. A TABELA 34 abaixo mostra que, mesmo se limitando ao mercado interno, os produtos de maior capacidade de competição são a banana e o mamão.

<sup>6</sup> Dados obtidos através do site: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 18/09/2002.

TABELA 34: Principais produtos comercializados e mercados de destino

PRODUTOS	Quantidade Total/ano	Unid.	Principal Período de Oferta	MERCADOS			
				Interno			Externo
				Local	Regional	Nacional	
Banana	838,74	T	Abr/out	3%	80%	17%	-
Mamão	187,50	T	Jun/dez	2%	60%	38%	-
Manga	A produzir	T	-	-	-	-	-
Coco	36.000	Frutos	Mar/ago	-	100%	-	-
Outros	20,22	T	Constante	20%	80%	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

são eles os que atravessam as fronteiras dos mercados local e regional, chegando a ser comercializados em grandes centros urbanos da região Centro-Sul do país.

A comercialização dos principais produtos do Projeto Baixo-Açu é caracterizada pela oferta pulverizada e as relações de compra e venda acontecem, em sua maioria, através do intermediário. De acordo com representante da COFIBA, nessas relações a partir do contato individual entre comprador e produtor, o primeiro sempre tem poder de determinação do preço. A TABELA 35 mostra que a ação do intermediário chega a atingir de 80% a 90% dos produtos comercializados no Baixo-Açu. Além dos baixos preços os produtores se submetem muitas vezes ao calote. Isso acontece em função da vulnerabilidade proporcionada pelo contato individual e pela ausência de registro das operações de comercialização por parte do produtor. Outro fator que dificulta a vida dos produtores familiares é a proximidade de concorrentes fortes como a DEL MONTE e a DIRECTIVOS AGRÍCOLA – monopólios formados por grandes multinacionais.

TABELA 35: Destino dos produtos na cadeia produtiva

PRODUTOS	MERCADO INTERNO (em %)					MERCADO EXTERNO (em %)	
	Venda Direta	Intermediários	Agro-indústria	Supermercados	Outros	Integrado Empresa Nacional	Integrado Empresa Internac.
Banana	15%	85%	-	-	-	-	-
Mamão	10%	90%	-	-	-	-	-
Manga	-	-	-	-	-	-	-
Coco	10%	90%	-	-	-	-	-
Outros	20%	80%	-	-	-	-	-

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

A carência de estrutura tanto de produção, de agroindústria e comercialização, a ausência do crédito, a omissão das instituições e a falta de políticas governamentais para

o Projeto são apontamentos feitos pelo presidente da Cooperativa, quando este explica a situação de pouca viabilidade das unidades parcelares dos agricultores familiares. Segundo seu depoimento:

*A situação do Baixo-Açu atualmente tem sido mais para 'baixo astral'. A falta de organização dos produtores irrigantes, a deficiência de fiscalização e legislação, insuficiência de recursos, inclusive para capital de giro (financiamento p/ comercializar), a ausência de estrutura adequada (transporte, central etc.), a deficiência na qualidade dos produtos, etc. são fortes requisitos que facilitam a ação tanto do capital comercial e da agiotagem na fase da produção, como do intermediário na fase da comercialização. A ausência de meios para processar parte dos produtos e vender direto ao consumidor, faz com que o preço seja sempre pequeno e o irrigante sempre passado para trás quando negocia com o atravessador. Enquanto agente não capitalizar a cooperativa, não vejo como sair desse buraco (Luiz Oliveira, agricultor, 48 anos, presidente COFIBA).*

Os produtores vêem na Cooperativa um instrumento importante para iniciar a alteração de toda a lógica atual de desenvolvimento rural, onde a comercialização dos produtos se configura como prática essencial. E a possibilidade de ser desenvolvido um *pool* de produtores para aumentar a escala de produção, melhorar a qualidade dos produtos e comercializar direto a partir de uma Central, é um dos objetivos.

Percebendo a potencialidade do Projeto, aonde lotes de agricultores familiares chegam a atingir com a produção de frutas receita mensal em torno de R\$ 4.500,00, muitos são conscientes da situação em que se encontram e demonstram insatisfação. Intuitivamente sugerem a diminuição dos gastos com insumos, os quais atingem valor anual de R\$ 5.200,00, das despesas com água e energia que somam em média R\$ 8.400,00 por ano, e pagamento de força de trabalho que consome de um lote familiar cerca de R\$ 7.000,00/ano, além da deficiência da comercialização e de outras despesas que pressionam as receitas e transferem rendas para outros setores.

Em relação a capacidade de geração de postos de trabalho, constata-se que estes são gerados apenas pelo viés meramente agrícola centrado na produção de frutas. Os principais produtos geradores de ocupações atualmente são, de acordo com a TABELA 36, a banana que sempre se destacou na liderança e o mamão.

TABELA 36: Potencial de EMPREGO gerado

CULTURAS / PRODUTOS	Número de Ocupações Geradas		
	PRODUÇÃO	AGROINDÚSTRIA	COMERCIALIZAÇÃO
Banana	609	-	-
Mamão	276	-	-
Manga	37	-	-
Coco	33	-	-
Outros	452	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: Questionário de pesquisa de campo, 2002. Elaboração própria.

A liderança das duas culturas se afirma e se caracteriza por gerar postos apenas na produção. E esta fase absorve todos os postos, 1.407 ocupações, remunerando com rendas baixas (1 salário mínimo em média) pessoas de pouca qualificação e instrução.

Quanto aos aspectos econômicos e sociais, como a variação da renda e a melhoria dos níveis de condição de vida, o Projeto Baixo-Açu não dispõe de números disponíveis e precisos entre os anos 1997 e 2000, pois neste período estavam sendo reativadas as atividades econômicas. Além disso, mesmo sendo bem mais dotado de recursos físicos do que Serra do Mel o modelo adotado, como visto no decorrer deste capítulo, não possibilitou a construção da estrutura que se define *capital social*.

É importante ainda destacar que os processos envolvidos na produção de frutas não foram guiados a partir de um planejamento e implementados de forma participativa. Por isso, também não resultou em mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para os produtores envolvidos, nem de mentalidade em relação à preservação do meio ambiente. A renda encontra-se muito concentrada e difícil de mensurar e é intenso o uso de insumos químicos pelos produtores mais dinâmicos. Com relação aos indicadores sociais como educação, saúde, etc. fica difícil medir, pois mesmo possuindo estrutura de escola, posto de saúde, etc. nos núcleos habitacionais, nenhuma dessas unidades funciona. Um dos motivos é o fato da maioria dos produtores, familiares, técnicos e empresários, ainda residir nas cidades próximas e não no Projeto.

Enfim, a ausência do exercício de relacionamento entre instituições e agentes, a não orientação para a diversificação e criação de ocupações a partir das atividades não agrícolas, a influência das empresas e do Estado e a deficiência na comercialização, além da falta do crédito, constata a limitada capacidade do Projeto Baixo-Açu em gerar remunerações significativas em nível local e desenvolver iniciativas capazes de engendrar um processo autônomo e dinâmico de desenvolvimento rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar os principais resultados que se espera ter alcançado através deste trabalho, pode-se enfatizar um simples comentário acerca do lugar que um esforço dessa natureza ocupa no processo de reflexão e construção do conhecimento. Obviamente, a finalização da dissertação não implica na satisfação plena quanto à solução de todas as inquietações, dúvidas e incertezas sobre um determinado objeto. Contudo, deve ser mencionado que a execução deste trabalho constituiu-se em verdadeiro aprendizado, que se iniciou buscando compreender as formas de reprodução da agricultura familiar e, em especial, o exercício da comercialização como contribuição às estratégias de desenvolvimento rural. Constatou-se que esse assunto ainda é pouco explorado, cujas possibilidades de enfoque implicaram em delimitação e recorte analítico, o que foi sendo alcançado, como esperado, com muitas dificuldades.

Nesse processo, a preocupação com o referencial teórico a ser utilizado como caminho sempre ocupou papel de destaque, sendo responsável por inúmeras incursões às abordagens informadas por diferentes matrizes analíticas e conceituais. Durante o período de elaboração da dissertação, procurou-se por esse caminho, que permitisse uma análise fundamentada para construir uma lógica na relação com o tema.

Algumas possibilidades de resolução do problema passaram a ser vislumbradas a partir do momento em que ficou esclarecido, mediante revisão bibliográfica, que as estratégias de reprodução das formas familiares no campo passavam necessariamente pela sua inserção nas relações mercantis e que a comercialização no ambiente da agricultura familiar não se constituía em fenômeno restrito e insuperável. Pelo contrário, vários estudiosos passaram a perceber e demonstrar que as relações mercantis constituíam-se historicamente em processo social formativo da estrutura agrária, afetando e transformando os mais diversos tipos de unidades de produção.

Essa foi uma pista importante para a realização deste trabalho, pois conduziu à idéia de que era necessário concentrar o foco de análise do estudo não mais na comercialização por si só, mas estudá-la como uma estratégia de contribuição ao desenvolvimento rural, a partir de suas relações com situações da agricultura familiar. Neste sentido, o objeto de análise deslocou-se para o estudo das formas familiares de

organização social e econômica, com particular atenção ao seu funcionamento na agricultura, em ambientes rurais onde se verifica a emergência de uma dinâmica local a partir de atividades integradas sem a clássica separação entre a agricultura e indústria.

Desse modo, foi possível retomar a hipótese central, qual seja, a idéia de que os agricultores familiares podem estabelecer variadas estratégias para garantir sua reprodução social, econômica e cultural, fazendo com que comunidades rurais próximas e de características de concepção semelhantes, mesmo se submetendo às mesmas políticas públicas construam, historicamente, trajetórias distintas de desenvolvimento.

É o caso das duas experiências estudadas no presente trabalho, ou seja, o município de Serra do Mel e o Projeto Baixo-Açu, no Rio Grande do Norte, onde se observou um processo de diferenciação do desenvolvimento rural, patrocinado pelo esforço, mais da primeira que da segunda, em construir uma estrutura capaz de integrar e diversificar as atividades, fazendo disso uma estratégia de reprodução local. Em face dessa delimitação teórica e empírica, passou-se a buscar maneiras de operacionalizar e tornar factível a realização de um trabalho de caráter econômico. Neste sentido, passou-se a estudar e reavaliar o itinerário que o debate acadêmico brasileiro sobre a agricultura familiar trilhou nas últimas décadas. A primeira verificação é que no Brasil os estudos sobre este tema são relativamente embrionários e pouco sistemáticos.

No primeiro capítulo desta dissertação, analisou-se o desenvolvimento do capitalismo no campo a partir da contribuição dos teóricos de inspiração marxista do início do século XX, LÊNIN e KAUTSKY, que anunciavam o fim da agricultura familiar e concluiu-se que, até os anos de 1990, não só o debate acadêmico sobre a agricultura familiar como a realidade das sociedades rurais, confirmam a permanência, inclusive no Brasil, dessa formação social que, mesmo submetida à lógica capitalista, busca, através da inserção em mercados via relações mercantis, a sua reprodução e transformação.

Do ponto de vista da instrumentalização teórica para estudar o desenvolvimento rural e a contribuição por parte da comercialização na agricultura familiar faltava, portanto, localizar um enfoque capaz de resgatar os elementos relevantes do debate de inspiração marxista e, ao mesmo tempo, permitir sua abordagem a partir de um referencial multidisciplinar. O Capítulo 2, em seu conjunto, reflete esta tentativa, pois nele são esboçadas as contribuições de um conjunto de autores, que vem reconstruindo, de forma inovadora, a interpretação sobre estratégias de desenvolvimento rural e, em especial, o lugar da agricultura familiar e as novas formas de ocupação no processo de inclusão social de agricultores familiares marginalizados.

Em uma apreciação geral pode-se dizer que a revisão bibliográfica apresentada, bem como a proposição de alguns deslocamentos para a interpretação do tema estudado, não respondem apenas às necessidades específicas da presente dissertação. Ou seja, os Capítulos 1 e 2 não foram construídos apenas com a intenção de servir como arcabouço para compreender e explicar as situações concretas, descritas nos Capítulos 3 e 4.

Foi seguindo esse raciocínio que se construiu os Capítulos 3 e 4, onde se pretendeu demonstrar, utilizando-se do método comparativo, os resultados deste trabalho realizado em duas experiências de agricultura familiar.

A comparação demonstrou-se em instrumento de grande valor, pois revelou os principais traços que caracterizam a evolução do desenvolvimento rural de duas experiências de agricultura familiar nordestinas submetidas, ainda no início dos anos 1970, à mesma concepção e finalidades. Vale a pena relembrar que tanto Serra do Mel, quanto o Projeto Baixo-Açu, foram planejados dentro das discussões que tinham como ponto central a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu-RN, tendo em vista a necessidade em alocar os agricultores familiares desapropriados pelo Decreto 76.046 de 1974, que considerou de utilidade pública a ação do Estado sobre 160 mil hectares no Vale do Baixo-Açu, área prevista de abrangência do Projeto de Irrigação e que seria de influência da barragem.

Constatou-se, com isso, uma ação de caráter centralizadora e autoritária por parte do Estado no início, uma característica do regime militar predominante no momento, que determinava com base na concepção de um modelo planejado, os eleitos para receber, em detrimento dos demais, os resultados dos investimentos, mesmo havendo contestações por parte de diversas entidades representativas.

A partir disso, a análise realizada demonstrou que algumas particularidades definiram trajetórias diferentes para as duas experiências. Em Serra do Mel, a ação incisiva do Sindicato dos Trabalhadores, da FETARN e da Igreja foram determinantes para assegurar e manter a estrutura fundiária formada por agricultores familiares, tornando mais favorável o ambiente para a ação do técnico suíço, que chegou em 1983, em iniciar em 1984 e desenvolver até o ano 2000 a lógica do *desenvolvimento local*, o que proporcionou a comunidade construir historicamente e de forma participativa uma estrutura local, o que se define *capital social*, e obter, a partir disso, maior facilidade no acesso às políticas de desenvolvimento.

No Projeto Baixo-Açu, o fato das ações sindicais e de outras instituições não terem sido suficientemente determinantes na manutenção de uma estrutura fundiária



mais uniforme de agricultores familiares, além da centralização do Estado e da ausência de um caminho próprio a seguir, fez com que este se submetesse a uma situação limitada no que diz respeito a construção do dito *capital social*, o que passou a dificultar o seu acesso aos instrumentos de desenvolvimento, mesmo possuindo recursos físicos em maior abundância do que Serra do Mel. Essa realidade se justifica ainda, dentre outras coisas, pela falta de organização participativa e pela influência das grandes empresas instaladas no Vale, herança do Projeto Baixo-Açu dos anos 1980.

Neste caso, Serra do Mel conseguiu, como conseqüência da maior organização social, planejar e desenvolver as atividades com vistas à descentralização e integrar localmente as fases da produção, agroindústria e comercialização, alcançando com isso um maior desenvolvimento rural. Convém insistir neste ponto, afirmando que o desenvolvimento rural de Serra do Mel evoluiu inicialmente através do desmonte da estrutura centralizada do Estado e, depois, pela geração de oportunidades locais impedindo com isso, a transferência da renda e de ocupações para setores externos. Como resultado melhorou seus indicadores sócio-econômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. E as estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares, precedidas da construção histórica de uma estrutura local específica, foram fundamentais no surgimento de outras atividades e na criação e manutenção da maior parcela de ocupações e da renda e, conseqüentemente, na geração de uma dinâmica diferente da ocorrida no Projeto Baixo-Açu.

Não cabe aqui retornar à descrição das principais variáveis, como a alocação do trabalho, a forma de uso da propriedade, as rendas, entre outras. As conclusões apuradas através da análise dos dados da pesquisa de campo em relação às hipóteses iniciais encontram-se no decorrer dos próprios Capítulos 3 e 4.

Na verdade, a análise da dinâmica gerada pela comercialização na agricultura familiar aqui empreendida e a necessidade de sua contribuição para o desenvolvimento rural não pretende ser conclusiva, no sentido de encerrar uma agenda de investigações. Ao contrário, acredita-se que a chave explicativa aqui proposta deverá colaborar para abrir outras "portas" e lançar novos desafios interpretativos. A sua importância, conforme se apontou, é apenas uma das trilhas a serem seguidas em pesquisas posteriores acerca do desenvolvimento no meio rural, sobre a qual ainda há ilimitadas dimensões a serem exploradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, 2ª Edição. Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo (1990). "Agricultura Familiar e capitalismo no campo". In: **A questão agrária hoje**. 3ª edição / (org.) STÉDILE, João Pedro. – Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento Regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G. et. all., (orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos : o caso da terceira itália** Rio de Janeiro, DP&A, 1999. p.33-43.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. "Agricultura e capitalismo na Europa do Sul". In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro** / SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C., (orgs). Uberlândia: 1997.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. "Território e desenvolvimento rural". In: **El desarrollo rural andaluz a las puertas del siglo XXI**. Sevilha, Junta e Andaluzia, 1993.
- BELIK, W. "Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil". In: **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. (Orgs) Walter Belik e Renato S. Maluf; Harriet Friedmann... [et.al.] – Campinas, SP: IE/Unicamp, 2000.
- CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade no Campo: o caso francês**. RBCS, n. 332, ano 11, out., 1996.
- CHARITY, Richard B. **Programa de Reestruturação Agrícola da Serra do Mel**. Natal: AACCC/IBD, Série Contribuições, ano 1, vol. 2, 1995. 54p.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- COASE, R. H. (1937). "The Nature of the Firm". In: Williamson, D. E. & Winter, S. (eds.) 1991. **The Nature of the Firm: Origin, Evolution and Development**. Oxford, Oxford University, Press.
- COCCO, G. et. all. Desenvolvimento Local e Espaço Público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, G. et. all., (orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos : o caso da terceira itália**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999. p.13-32.
- CONTAG/CUT. **Serra do Mel**. Brasília: CONTAG, 1998. Série Experiências, n. 3.
- DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone Editora, 1985.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Agricultura Familiar no Brasil: análise dos anos 90. **Boletim do DESER: conjuntura econômica**. Curitiba, outubro de 2001. Pg. 03-19.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical. **Relatório de Atividades 1996 – 1997**. Fortaleza, 1999. 156p.

FRANCO, A. Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. *In: Século XXI- Uma Revista de Futuro- Instituto de Política*. 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas. **Censo Agropecuário, vários anos: Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.

GAZETA MERCANTIL. **Revista Balanço Anual**. Rio Grande do Norte. Recife: ano II, nº 2 – julho de 1999.

GORENDER, Jacob (1979). “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. *In: A questão agrária hoje*. 3ª edição / (org.) STÉDILE, João Pedro. – Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. (Coord.). **Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: o caso dos produtores de feijão em São Paulo**. Campinas: UNICAMP, FCH/DEPE, set. 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O significado da parceria na agricultura irrigada do Nordeste**. Mossoró, RN: Coleção Mossoroense, Série “C”, v. CDL II, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *In: Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro* / SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C., (orgs). Uberlândia: 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José, DEL GROSSI, M. E. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. São Paulo, 1999. 20 p. Trabalho apresentado na ANPEC.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2001**. Natal, 2001.

JOSÉ GRAZIANO, JEAN MARC E BIANCHINI debatem **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto, Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilich (1870-1924). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANN, S., DICKINSON, J. Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, v.5, n.4, p.466-481, 1978.

MORMONT, M. La agricultura en el espacio rural europeo. **In: Economía y Sociedad.** Madrid, MAPA, nº 71, 1994.

MOYANO ESTRADA, E. “El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo”. *In: ECONOMIA e Ensaio*, vol. 13, n. 2, vol. 14, n. 1, 1999, Uberlândia.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo, Ed. Hucitech, FGV, 1989.

NAVARRO, Zander. (2001) Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** volume 15, número 43, dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

NORTH, Douglass C. (1990). Institutions and their consequences for Economic Performance. *In: Cook, K. S. & Levi, M. The Limits of Rationality.* Chicago: University of Chicago Press, pp. 383 – 401.

OHMAE, K. **O fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1996.

PINHEIRO, Moema. A. **As intervenções do Estado no Vale do Baixo-Açu no Rio Grande do Norte.** Natal, 1991. (Mimeo).

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.

REYDON, Bastiaan P. “Algumas considerações sobre o debate Kautsky e Lênin com os populistas sobre a pequena produção”. *In: ECONOMIA e Ensaio*, vol. 4, n. 2, vol. 5, n. 1, 1988, Uberlândia.

REZENDE, Alberto Martins & GOMES, Marília Fernandes Maciel. **Comercialização Agrícola.** Viçosa, CPT, 2000, 2ª Edição, 56 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

SERHID. Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos. Governo do Estado do Rio Grande do Norte. **Projeto Baixo Açu.** Natal, setembro de 1999. (mimeo).

Sesquicentenário da cidade do Assu: 1845 – 1995. ARANHA, Terezinha Queiroz. (org). Natal - RN: **Departamento Estadual de Imprensa**, 1995. (270 p.) – Coleção Vale do Assu; 12.

SIMON, Herbert (1959). Rational Decision making in Business organization. **American Economic Review**, 69 (9), pp. 493 – 513.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **Impactos sócio-econômicos e ambientais decorrentes de grandes projetos hídricos no Nordeste: o caso do Projeto Baixo-Açu/RN.** Tese (Doutorado) – UNICAMP. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciência. Campinas, 1993.

VEIGA, José Eli da (1991). “Fundamentos do agrorreformismo”. *In: A questão agrária hoje.* 3ª edição / (org.) STÉDILE, João Pedro. – Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002.

VEIGA, José Eli da. “Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural”. *In: Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro / SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C., (orgs).* Uberlândia: 1997.

VEIGA, José Eli da. et. alii. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília, Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

VEIGA, José Eli da. et. alii. **A Face Rural do Desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.

WEID, Jean Marc Von Der. **Fome em meio à abundância**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997, 28pp. (Textos para Debate, 56).

WILLIAMSON, Oliver E. (1985). **Economic Institutions of Capitalism**. New Yor: The Free Press.